

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

-----Mandato 2017-2021-----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA VINTE E TRÊS DE JULHO DE DOIS MIL E VINTE.**-----

-----**ATA NÚMERO CENTO E QUINZE**-----

----- Aos vinte e três dias do mês de julho de dois mil e vinte, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sétimo do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, por Videoconferência, em Sessão Extraordinária, sob a presidência do seu Presidente efetivo, Excelentíssimo Senhor José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, coadjuvado pelo Excelentíssimo Senhor António Miguel Silva Avelãs e pela Excelentíssima Senhora Maria Virgínia Martins Laranjeira Estorninho, Primeiro Secretário e Segunda Secretária, respetivamente.-----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais.-----

----- Aline Gallash Hall de Beuvink, Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Margarida Mota Vieira da Silva Morais, Ana Maria de Campo Pedroso Mateus, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, André Nunes de Almeida Couto, António Manuel Pimenta Prôa, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Augusto Miguel da Gama Antunes de Albuquerque, Carla Cristina Ferreira Madeira, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Davide Miguel Santos Amado, Fábio Martins de Sousa, Fernando Garcia Lopes Correia, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Francisco Américo Maurício Domingues, Gabriel Maria Simplício Baptista Fernandes, Graciela Lopes Valente Simões, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Miguel Mateus Gaspar, Isabel Cristina Rua Pires, Joana Margarida Durão Ferreira Alegre Duarte, João Diogo Santos Moura, João Luís Valente Pires, Jorge Manuel Jacinto Marques, José Alberto Ferreira Franco, José António Barbosa Borges, José António Cardoso Alves, José Inácio da Silva Ramos Antunes Faria, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Rodrigues Moreno, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Margarida Isabel Paulino Bentes Penedo, Maria Alexandra Almeida da Cunha Cordeiro da Mota Torres, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luisa de Aguiar Aldim, Maria Simonetta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Teresa Craveiro Pereira, Mário Jorge Paulino de Oliveira de Almeida Patrício, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patricia Carla Serrano Gonçalves, Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César, Paulo Jorge Velez Muacho, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Pedro Miguel Tadeu Costa, Raúl Jorge Gouveia da Silva Santos, Ricardo de Sant’Ana Godinho Moreira, Ricardo João de Oliveira Marques, Rodrigo Maria Santos de Mello Gonçalves, Rui Paulo da Silva Soeiro

Figueiredo, Rui Pedro Costa Lopes, Silvino Esteves Correia, Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado, Francisco Maria Rosa Fialho Camacho, José Roque Alexandre, João Carlos de Sousa Pereira, Tiago Maria Sousa Alvim Ivo Cruz, Gonçalo Maria Vassalo Moita, Luís Duarte de Albuquerque Carreira, Rosa Maria Carvalho da Silva, Susana Maria da Costa Guimarães e Ana Filipa Carvalho Neto. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----  
----- Mafalda Ascensão Cambeta e Natacha machado Amaro.-----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- José António Nunes do Deserto Videira (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Susana Maria da Costa Guimarães. -----

----- Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Olivais, por um dia, tendo sido substituída pelo substituto legal Deputado Municipal Luís Duarte de Albuquerque Carreira.-----

----- Diogo Leão (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Roque Alexandre.-----

----- Carlos Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Rosa Maria Carvalho da Silva. -----

----- Maria Cristina Castel Branco Alarcão Júdice (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Gonçalo Maria Vassalo Moita.-----

----- João Maria Condeixa (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Francisco Fialho Camacho.-----

----- Ana Margarida de Carvalho (PCP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal João Carlos Pereira.-----

----- António Modesto Navarro (PCP), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Natacha Amaro. -----

----- Rita Calvário (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Tiago Maria Sousa Alvim Ivo Cruz.-----

----- Inês Sousa Real (PAN), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Ana Filipa Carvalho Neto. -----

----- A Câmara esteve representada pelos Senhores Vereadores: Carlos Castro e Ricardo Veludo.-----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: João Pedro Gonçalves Pereira, Nuno Correia da Silva, Nuno da Rocha Correia, João Pedro Abreu Costa e Ana Rita Costenla.-----

----- Às quinze horas e três minutos, constatada a existência de quórum, **o Senhor Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a reunião.-----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos começar e temos uma inscrição do Público, de Luís Castro, dos Vizinhos de Arroios, que vem falar da Torre da Portugália, aliás, um tema que vai ser hoje com certeza muito discutido e a que esta Assembleia deu muita atenção desde o seu início, tendo procedido a uma ampla discussão sobre ele e teremos, naturalmente, com aprofundamento de grandes avanços nessa discussão. -----

----- Dou então a palavra ao Senhor Luís Castro, faça o favor.” -----

----- **O Município, Senhor Luís Castro**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-

----- “Muito obrigado. Muito boa tarde Senhor Presidente, muito boa tarde digníssimos Membros da Assembleia Municipal de Lisboa, Senhores Vereadores e demais convidados e pessoas presentes nesta Sessão. -----

----- Em nome dos Vizinhos do Arroios é com muito gosto que me dirijo a esta Assembleia. Venho aqui para falar sobre a Petição, que inicialmente foi promovida por colegas de um outro movimento sobre a Torre da Portugália e que acaba, se calhar, por perder um bocado de visibilidade e impacto devido à decisão tornada pública hoje por parte da Câmara Municipal de Lisboa, no diz respeito ao chumbo que o projeto da referida torre mereceu, e com o qual nos congratulamos. -----

----- Ainda assim gostaríamos de referir o seguinte, o projeto da Torre da Portugália era um projeto que desde o início parecia estar condenado, era um projeto megalómano, assente numa volumetria que era apenas possível devido à manipulação daquilo que os Vizinhos de Arroios entendem ser abusiva por parte dos promotores dos créditos de construção, dos chamados créditos de construção, que deveriam ser utilizados de uma forma mais inteligente e correta, e só essa manipulação dos créditos de construção permitiu que aquele projeto pudesse ter aquela volumetria. -----

----- A nossa preocupação é que agora que o promotor é chamado a rever a sua posição inicial, e o nosso apelo que fazemos, é que não venhamos a ter que esperar vários anos mais por um novo projeto e aquilo que gostaríamos de contar era que o novo promotor, independentemente da possibilidade de poder contestar, de vir ainda a poder contestar a decisão da Câmara Municipal de Lisboa, que comece a trabalhar já num projeto mais sustentável, mais inclusivo, que possa contribuir na realidade para a valorização do espaço da Avenida Almirante Reis e da Freguesia de Arroios e queremos dizer a nossa mensagem final, porque é disso que se trata neste momento, dirigir um obrigado aos nossos colegas do movimento Stop Torre de 60 metros, que tiveram a iniciativa de apresentar a Petição. -----

----- E em relação ao promotor dizer ao promotor que os Vizinhos de Arroios estão dispostos para ajudar a ser parte da solução daquilo que será um novo projeto para aquele espaço do Quarteirão da Portugália, se entenderem que podemos ajudar a contribuir e a ser uma força mobilizadora dos fregueses para apoiar o vosso projeto, que podem contar connosco. -----

----- Era esta mensagem que gostaria de deixar aqui. Obrigado Senhor Presidente, obrigado meus Senhores, minhas Senhoras, muito boa tarde e continuação de um bom trabalho.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Queria agradecer a sua intervenção que efetivamente é sempre bem-vinda, nós gostamos que os cidadãos tenham a oportunidade de participar. Hoje, aliás, com as Petições vamos ter uma ampla participação cidadã. Obrigado. -----

----- Vamos avançar, portanto, há uma Ata para aprovar, que está no Período da Ordem do Dia, mas antes disso queria fazer, queria apenas deixar registado o seguinte: na última sessão, por lapso, indiquei uma Recomendação do Senhor Deputado Rodrigo Mello Gonçalves, uma proposta pelo Senhor Deputado Rui Costa, como tendo sido rejeitadas, mas como já foi comunicado, elas de facto, verificámos as votações e elas foram aprovadas e, portanto, como acontece nestas situações desde o tempo da Senhora Presidente Helena Roseta, as atas são verificadas e são as votações que são corrigidas e que só figuram nas atas as votações corretas e, portanto, essas votações serão efetivamente retificadas, da mesma forma que e quando há comunicação de erro de votação da parte dos partidos, isso também é naturalmente corrigido.”-----

----- **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ATA N.º 102, DE 10 DE MARÇO DE 2020**;-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos passar à votação da Ata 102 .... Peço desculpa não me apercebi, tem então a palavra, faça o favor.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Inácio de Faria (MPT)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, boa tarde a todos os colegas presentes, peço desculpa Senhor Presidente eu só peço relativamente à Ata 102, que é aquela que vamos votar agora, só lhe pedia era que houvesse uma correção na página 38. -----

----- É que sem eu me ter dado conta, porque não me dei mesmo conta, parece que me terão mudado o sexo. -----

----- Bom já nesta Assembleia me mudaram o nome, mudaram-me o partido e agora já vamos pela mudança de sexo, eu gostaria de manter o sexo que tenho, mas gostaria só de referir que de facto nasci assim e espero vir a morrer assim e, portanto, só pedia era que essa correção fosse feita na página 38. -----

----- Eu sou o Deputado e não a Deputada Municipal, muito obrigado Senhor Presidente.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado naturalmente, mudanças de sexo só voluntárias! Portanto esteja tranquilo quanto a isso, portanto, vamos retificar esse erro e vamos passar à votação, com essa retificação naturalmente.”-----

----- **A Ata n.º 102/2020** não tem votos contra e nem de abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM e dos(as) Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto

Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. **A Ata 102/2020 foi aprovada por unanimidade.**-----

----- De forma a dar cumprimento ao disposto no DL. n. ° 4/2015, de 07 de Janeiro, que aprova o novo Código de Procedimento Administrativo, mais precisamente no n.º 3 do seu artigo 34.º, não participaram na votação da **Ata 102**, os Senhores Deputados Municipais que abaixo se referenciam, em virtude de não terem estado presentes na reunião a que a mesma respeita.-----

----- **Ata n.º 102** Sessão Extraordinária, realizada em dez de março de dois mil e vinte, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: Augusto Miguel Gama (PS), Davide Amado (PS), José Cardoso Alves (PS), Pedro Delgado Alves (PS), Ricardo João Oliveira Marques (PS), Rui Paulo Figueiredo (PS), Vasco Morgado (PSD), Francisco Camacho (CDS-PP), João Carlos Pereira (PCP), Tiago Ivo Cruz (BE), Ana Maria Gaspar Marques (IND), Joana Alegre Duarte (IND), Paulo Muacho (IND) e Raúl Silva Santos (IND).-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, a Ata foi aprovada por unanimidade, com aquela correção e, portanto, vamos passar à apreciação da primeira das Petições.”-----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

----- **PETIÇÃO Nº 20/2019 - (APRESENTADA PELO PETICIONÁRIO LEVI JOSÉ MENDES ALVES EM REPRESENTAÇÃO DE UM GRUPO DE CIDADÃOS) - APRECIACÃO DA PETIÇÃO N.º 20/2019 - "POR INTERVENÇÃO QUE TRAVE E REVERTA DEGRADACÃO DA ESCOLA EB1/JI PROF. JOSÉ SALVADO SAMPAIO", NOS TERMOS DA PETIÇÃO E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 85º DO REGIMENTO;**-----

----- Relatório da 7ª Comissão Permanente-----

----- **Recomendação 115/01 (7ª CP)**-----

----- (A Petição 20/2019 fica anexada à Ata, como **Anexo I** e dela faz parte integrante)

----- (O Relatório da 7ª. CP fica anexada à Ata, como **Anexo II** e dela faz parte integrante)-----

----- A Recomendação 115/01 da 7ª CP fica anexada à Ata, como **Anexo III** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Eu pedia ao Senhor Primeiro Secretário que conduzisse os Trabalhos mas, naturalmente que caberá primeiro que tudo a intervenção dos peticionários para usarem da palavra nesta Petição.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Senhor Presidente, sendo assim eu peço a intervenção do Senhor Levi Mendes Alves, por favor. Tem 10 minutos Senhor Levi Mendes Alves.”-----

----- **O Peticionário, Senhor Levi Mendes Alves**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde a todos, não sei se me estão a ouvir bem, agradeço a oportunidade e quero dar boa tarde a todos. -----

----- Represento uma Associação de Pais, represento uns pais preocupados, esta Associação já tem 6 anos, 2014 começou o trabalho e de então que temos vindo a solicitar intervenções que travem a degradação da escola, tendo sido um esforço da Associação de Pais e ter sido um esforço conjunto com a Junta de Freguesia, mas tal como diz a Petição achamos que é uma escola que carece de uma intervenção de fundo, as intervenções que têm sido feitas são escassas. Obviamente, que são sempre bem-vindas, mas achamos que é uma escola que poderia ter uma intervenção de fundo para travar a degradação que ela já começa a apresentar, pronto, é uma escola que tem tido muita procura, está inserida num bairro que tem tido muita procura por casais novos com crianças, é uma Freguesia que está com muita procura, com muita criança também, e há muitos pais que se preocupam com o estado da escola, nomeadamente com o calor que os meninos passam dentro das salas, o frio, nomeadamente com a constante de trocas térmicas e que que originam os espirros a saltar, ou seja, são coisas já estruturais, não é só pequenos apontamentos e nossa preocupação é que seja feita uma intervenção que trave esta degradação e que dê à escola umas condições melhores para todos os meninos e profissionais desta escola.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Levi Alves, há sobre esta Petição o parecer da 7ª. Comissão, eu peço e pergunto ao Senhor Relator João Carlos Pereira se pretende apresentar o parecer da Comissão?” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Carlos Pereira (PCP)** no uso da palavra, enquanto relator, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. Começar por saudar os promotores desta Petição que em número considerável se mobilizaram para a apresentarem, intitulado-a como Petição por uma intervenção que trave e reverta a degradação da Escola EB1 Professor José Salvado Sampaio, sendo a Petição 20/2019. -----

----- Desde logo esta petição mereceu a melhor atenção da 7ª. Comissão Permanente de Cultura, Educação, Juventude e Desporto, em particular da sua Presidente Simonetta Luz Afonso e dos Deputados Municipais que integram esta Comissão.-----

----- Referir ainda e assim de alguma forma justificar uma maior delonga na subida a plenário deste relatório, pois, no entretanto foi declarada a pandemia por COVID-19 e implementadas as medidas restritivas ao funcionamento da AML, bem como a sociedade em geral.-----

----- Com efeito a presente Petição foi subscrita por 920 peticionários e deu entrada a 31 de Outubro de 2019 em nome da Associação de Pais desta escola, nela os peticionários manifestaram as suas preocupações com as condições infraestruturais do edificado da escola, fizeram referência ao levantamento realizado pelo LNEC, referindo que para as necessidades mais urgentes foram realizadas intervenções

superficiais, mas que estas em nada substituem uma intervenção profunda e extremamente necessária, no que concerne às designadas patologias do edificado, identificando-as como necessidades críticas de intervenção ao nível das instalações e equipamentos. A Petição materializava estas preocupações identificando um conjunto vasto e pormenorizado de situações deficientes concretas e entre outras nas instalações sanitárias, na climatização, na eficiência térmica, nos pavimentos, nos revestimentos no sistema de drenagem nos recreios e nas instalações. -----

----- Perante o exposto a 7ª. Comissão Permanente desencadeou os procedimentos que considera necessários nomeadamente em sede de Comissão, primeiramente os senhores peticionários, através da Associação de Pais e do Presidente José Levi ouvidos a 2/12/2019. -----

----- Também nesta data foram ouvidos o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Benfica e vogal do pelouro da Educação. No dia 16/12/2019 a 7ª. Comissão procedeu à audição do Senhor vereador Manuel Grilo, no âmbito desta petição, de referir que durante as audições realizadas a Presidente da Comissão e diversos Deputados Municipais foram colocando questões manifestando preocupações e dando contributos à reflexão por parte da Comissão, a Comissão entendeu realizar uma visita presencial à escola no dia 11 de dezembro de 2019, tendo sido os Deputados recebidos pela Coordenadora da Escola Ana Castilho, bem como pela Diretora do Agrupamento Carmo Cravo, estando também presentes a Presidente e Vogal da Educação da Junta de Freguesia. -----

----- Esta visita foi muito útil para observar os problemas infraestruturais apresentados pelos peticionários, da mesma forma foram detetadas outras situações que, apesar de não fazerem parte do conteúdo da petição, foram consideradas relevantes pelos Deputados. -----

----- A 25 de julho do corrente foi finalmente apresentado, discutido e votado na 7ª. Comissão o presente relatório que deu origem às recomendações à CML que hoje sobem a plenário e que são as seguintes: 1- elaboração de um plano que identifique hierarquize e calendarize as necessidades de intervenção e obras reparação e melhoramentos que irá realizar na escola EB 1 Professor Salvado Sampaio e da mesma forma proceda ao estudo das necessidades em termos de pessoal; 2- que seja considerada a urgência de algumas destas intervenções, nomeadamente a necessidade de criar espaços cobertos no recreio, a reparação de infiltrações através da cobertura, a reparação do piso das salas de aula, os melhoramentos nas instalações sanitárias, o melhoramento da eficiência térmica e a requalificação do pátio interior, como novo piso e cobertura; 3- que sejam encontradas as soluções que confirmam condições dignas ao funcionamento dos gabinetes de terapia e considere a necessidade de afetação ou construção de novos espaços para este fim; 4- conceda mediante às prioridades identificadas e tendo em conta o levantamento previsto no ponto 1 à realização das obras com urgência; 5- que diligencie junto do Ministério da Educação, a melhoria do transporte dos alunos com necessidades especiais de forma a encurtar substancialmente os tempos de viagem e algumas das crianças; e finalmente 6- que

seja fornecida à AML a lista das escolas cuja intervenção para obras está prevista, bem como o cronograma de execução. -----

----- Dizer que o relatório e recomendações foram votados na 7ª. Comissão favoravelmente por unanimidade, muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, há uma recomendação, eu pergunto à Presidente da 7ª. Comissão, a Deputada Simonetta Luz Afonso se quer intervir para apresentá-la.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Simonetta Luz Afonso (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Sim, sim Senhor Presidente. -----

----- Muito obrigada Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Vereadores, Público e Senhores Funcionários e Senhores peticionários a quem aproveito para saudar hoje. -----

----- A Escola EB1apesar do grande trabalho que a Câmara Municipal de Lisboa tem vindo a fazer nestes últimos anos, o que eu tenho seguido pelo menos desde 2009 em que estou na Assembleia, esta escola nunca teve obras de conservação desde a sua criação, tem tido obras pontuais, etc. e nunca teve um olhar de conjunto que permitisse fazer uma intervenção de fundo, tem grave patologias nas instalações sanitárias no abastecimento de água e nos esgotos, nos revestimentos interiores, má climatização, caixilharia de alumínio sem corte térmico e degradação das fachadas, inexistência de recreio exterior coberto e muito mais que o meu colega José Carlos Pereira, e relator deste processo já enunciou. -----

----- As reparações até agora realizadas têm sido feitas graças ao trabalho insano da Junta de Freguesia de Benfica que tem resolvido alguns dos problemas mais prementes e que tem, enfim, evitado que a escola fechasse, no fundo com as suas intervenções, porém, o estado do edifício merece mais, merece um projeto, um plano calendarizado e um orçamento, aliás, é fácil pegar nisto, porque existe um relatório do LNEC e é bem claro sobre as patologias do edifício e as necessidades de intervenção que o edifício requer. -----

----- Porém, de acordo com a informação do Senhor Vereador da Educação, esta escola, no cronograma das intervenções da Câmara estará em 21º lugar na escala de prioridades, o que significam 3 ou 4 anos, se tudo correr bem, o que me parece, enfim, um exagero na medida em que há situações que têm que ser resolvidas.-----

----- A 7ª. Comissão visitou in loco a escola, conversou com os pais, com a Comissão de Pais, com os Senhores Peticionários, com a Diretora da escola e com os professores, com a Presidente da Junta de Freguesia que nos acompanhou e com o Senhor Vereador depois em audição em separado e realmente chegámos à conclusão que estão cobertos de razão, esta escola tem que ter um olhar específico e tem que se pagar porque ela é uma escola importante, num bairro importante da cidade, muito frequentada por muitos alunos, cada vez mais procurada, e não pode continuar nesta situação, portanto, seria necessário repensar esta calendarização nos foi apresentada,



que daria para 3 ou 4 anos e é preciso também para além do que já foi dito, eu queria reforçar, que é também necessário criar gabinetes de terapia, uma vez que esta escola é especializada em tratamento de terapia para crianças com deficiências auditivas, portanto, estas crianças fomo-las encontrar no meio de um corredor onde passam dezenas de outras crianças a terem as suas sessões de terapia, o que é absolutamente ineficaz porque essas crianças precisam de ter um espaço onde possam ter a sua atenção concentrada no monitor, portanto, solicita-se não só isso mas também que seja revista a situação urgente do recreio, que não cumpra as condições e sei que a Junta de Freguesia que está neste momento, mas sei que o Senhor Presidente da Junta está a intervir no trabalho e ele próprio dirá aquilo que irá fazer, mas independentemente destas, digamos, remendos pontuais que têm vindo a salvar a escola do seu encerramento, acho que a Câmara Municipal de Lisboa, chegou a hora, de facto, de pegar nesta escola e de pegar nela como um todo e de lhe dar a dignidade que ela merece. -----

----- Para além disso, nós gostaríamos de ter por parte da Câmara de Lisboa e do Senhor Vereador da Educação, um cronograma com o elenco das escolas para cuja intervenção as obras estão previstas com as respetivas datas. Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada. -----

----- Senhores deputados para este ponto foram registadas as seguintes inscrições: o Senhor Deputado Sobreda Antunes, Gabriel Batista Fernandes, João Carlos Pereira, Ricardo Marques, presumindo que Simonetta Luz Afonso já fez a sua intervenção, Tiago Ivo Cruz, José Inácio Faria e Ana Gaspar, se houver mais alguém que se queira inscrever fá-lo-á durante a primeira intervenção. -----

----- Chamo, pois, para intervir o Senhor Deputado do PEV Sobreda Antunes, preparando o Deputado Gabriel Batista Fernandes. -----

----- Sobreda Antunes tem 4 minutos e meio, faça favor.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhor Secretário, muito boa tarde. -----

----- Os subscritores da presente petição promovida pela Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola EB1/JI Professor José Salvado Sampaio veem requerer a esta AML que interceda pela realização de obras urgentes e estruturais, pretendendo evitar não só a contínua degradação desta escola, mas, principalmente, promover a melhoria das condições de trabalho e de estudo de toda a comunidade escolar. -----

----- Os Verdes saúdam, por isso, os peticionários pela comunicação que trazem a esta AML através da petição que hoje apreciamos, nomeadamente pelo levantamento exaustivo das necessidades prementes de benfeitorias de que a Escola necessita, e que o PEV pôde constatar no decorrer da visita efectuada no âmbito da 7ª Comissão, no passado dia 11 de dezembro de 2019. -----

----- Importa referir que esta escola não beneficia de obras significativas desde a sua criação, sendo que as intervenções pontuais realizadas desde então apenas foram promovidas pela própria comunidade escolar e pela Junta de Freguesia. -----

----- Os peticionários alertaram para problemas muito concretos, entretanto detectados, nomeadamente, deficiente organização da circulação e mobilidade interna, zonas de actividades sem canais de circulação autónomos, polivalente e refeitório subdimensionados para as actuais necessidades, paredes rachadas, revestimentos interiores e pavimento cerâmico danificados, falta de condições das instalações sanitárias. -----

----- Quanto à eficiência térmica, o isolamento do edifício é deficitário, a climatização de salas e espaços comuns tem sido insuficiente, devido à ausência de estores, cortinas ou persianas. -----

----- Nos pátios, o telheiro não comporta a totalidade dos alunos, o que faz com que passem os tempos livres nos dias mais pluviosos confinados aos espaços interiores, bem como parte das turmas não conseguem executar actividades físicas e desportivas, havendo parcial degradação dos muros na zona de recreio, para além de a drenagem dos solos, por não ter sido solucionada, criar extensões com água contida em dias de chuva. -----

----- Para culminar este panorama, o telheiro exterior é composto por cobertura de fibrocimento, já danificado, com risco de contaminação, subsistindo dúvidas se haverá ou não libertação de amianto. Também não existe plano de prevenção e emergência e mapa de evacuação. -----

----- Neste contexto, Os Verdes questionam a CML sobre para quando a introdução das medidas de autoprotecção nesta e, já agora, nas restantes escolas e jardins-de-infância da capital. -----

----- Por todos estes motivos, no relatório elaborado pelo LNEC referente à ‘Avaliação do Estado de Conservação de Escolas do Município de Lisboa - Jardins-de-infância e Escolas do 1º ciclo do EB’, são identificadas necessidades críticas de intervenção nesta escola, ao nível das instalações e equipamentos, que importa o quanto antes realizar, sob pena de se verificar o aprofundamento e um sério agravamento do ambiente e segurança escolares, factores que a CML tarda em acautelar. -----

----- Assim, o PEV subscreve as preocupações dos Encarregados de Educação, considerando ser inadiável a concretização das necessárias intervenções estruturais na Escola EB1/JI Professor José Salvado Sampaio, dando assim resposta às justas reivindicações dos peticionários. -----

----- Porém, é com preocupação que Os Verdes tomaram nota das afirmações do Senhor vereador da Educação, quando na audição da 7ª Comissão, também em Dezembro de 2019, referiu, e passo a citar, que *“esta escola está em 21º lugar nas prioridades para intervenção total, o que significa que não será intervencionada tão cedo, ou seja nunca antes de 3 ou 4 anos”*. -----

----- Senhor Vereador, se tão bem conhece esta escola, Os Verdes não encontram justificação para que não seja dado seguimento efectivo ao solicitado pelos

peticionários, bem como para o protelar das obras de reparação e melhoramentos, defendendo que o pelouro deverá, o quanto antes, proceder à calendarização e implementação das recomendações aprovadas por unanimidade na 7ª Comissão desta AML. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado do CDS Gabriel Batista Fernandes e prepara João Carlos Pereira. -----

----- Gabriel Fernandes tem 4 minutos e meio, por favor.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Gabriel Fernandes (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Secretário. -----

----- Muito boa tarde a todos, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhoras e senhores. -----

----- O CDS quer, naturalmente, saudar os peticionários, mas ao olhar para esta petição, esta Escola EB1 Professor José Salvado Sampaio e do agrupamento de escolas da Quinta de Marrocos, mais parece que estamos numa escola de uma quinta em Marrocos, com o devido respeito a Marrocos, do que em Lisboa do século 21. -----

----- A falta de condições das instalações sanitárias, a climatização, este role todo de climatização de salas e espaços, a eficiência térmica débil, má organização de circulação, zonas de atividades e refeitório com a zona de circulação, pavimento cerâmico constantemente danificado, paredes rachadas, revestimentos interiores danificados, ausência de estores, cortinas, persianas, isolamento térmico do edifício novamente, telheiro insuficiente para comportar a totalidade dos alunos, telheiro exterior com cobertura de fibrocimento, não sabe se é amianto, era bom saber, não é? O polivalente e refeitório subdimensionado, portanto, isto é, um role de deficiências que eu não sei se não estamos no terceiro mundo, a olhar para este role parece que estamos num país que não é o que nós vamos ver na televisão todos os dias, com anúncios e com propaganda, com festas, com cartolas, com tudo, mas isto é que é urgente resolver nesta escola. -----

----- por exemplo, o Senhor Presidente sabe quantas escolas existem nestas condições no país do forreta holandês? Não deve saber, eu deixei aqui um espaço, porque não há nenhuma! Na terra do forreta não há nenhuma!-----

----- Quantas ruas estão pintadas na Holanda, sabe quantas estão? Há uma em Amesterdão, e por isso a Câmara se calhar deveria ser mais frugal e ter uma estratégia, que era o concelho que o CDS dá, é pintar as ruas depois de arranjar as escolas, é um concelho, é a nossa sugestão para bem das nossas crianças. Disse.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado João Carlos Pereira, do PCP e prepara o Deputado Ricardo Marques.-----

----- João Carlos Pereira, por favor, quando quiser.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Carlos Pereira (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, em nome do Grupo Municipal do PCP saudar os peticionários, manifestar a concordância com as recomendações agora apresentadas que colocam claramente a necessidade de intervencionar e requalificar este estabelecimento de ensino. -----

----- Não podemos, no entanto, deixar de referir outros aspetos muito críticos, como a questão dos transportes das crianças com necessidades especiais. O polivalente inadequado, a absoluta necessidade de encontrar rapidamente soluções adequadas para os gabinetes de terapia que, como já foi dito, funcionam sem condições mínimas, numa situação mais do que improvisada. A questão do espaço exterior e do telheiro também já referido, no recreio, e também as questões de logística e circulação interna dos alunos que já era extremamente deficiente e que, para breve com o recomeço das aulas presenciais pós desconfinamento, será com certeza uma necessidade de acautelar, tendo em conta as regras sanitárias emanadas pela DGS e, portanto, que se nos afigura com redobrada preocupação. -----

----- Até por isto preocupa-nos ainda a necessidade de estabelecer planos de contingência no que respeita a recursos humanos, não só de cumprir os rácios anteriores no que respeita a pessoal não docente, mas com o efetivo reforço do número de docentes e não docentes, sem agravar, naturalmente, situações de precariedade laboral e assim garantindo a todos os alunos aulas em segurança e, naturalmente de qualidade. -----

----- É por isso absolutamente necessário priorizar e proceder efetivamente a obras de requalificação num prazo que não se parece coadunar com a lista de prioridades de intervenção anunciada pelo Senhor Vereador. Obrigado.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado Ricardo Marques, tem 4 minutos e meio, e prepara Tiago Ivo Cruz.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Marques (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde Senhor Presidente, boa tarde caros Deputados. -----

----- Eu penso que tem sido clarificador aquilo que com a intervenção da Senhora Presidente e também dos peticionários, de facto isto é uma escola que tem algumas patologias sérias que não se compadecem de intervenções de alguma cosmética que é que foi feito durante vários anos antes da transferência desta escola obviamente para a manutenção da Junta de Freguesia de Benfica. -----

----- Temos problemas graves do ponto de vista daquilo que tem a ver com a salubridade dos wc, temos problemas graves com aquilo que é a adaptação não só dos telheiros, mas dos pisos exteriores, no entanto, permitem-me que também refute este cenário dantesco aqui do nosso caríssimo amigo e Deputado do CDS que categoriza a

Escola Salvado Sampaio como uma escola de terceiro mundo! Portanto, meu caro amigo faça uma coisa, visite o território e visite a escola antes de fazer afirmações de facto eu diria que inusitadas e bem distantes daquilo que é a realidade da Escola José Salvado Sampaio. -----

----- De facto a Escola José Salvado Sampaio tem os mesmos problemas que urge resolver, mas daí a pintá-la como uma escola do terceiro mundo, sem condições, de facto, só pode ser por desconhecimento da própria escola. -----

----- Portanto, a escola tem vindo a fazer ao longo dos últimos anos intervenções nesta escola que, no nosso entendimento, transcendem aquilo que é, de facto, a competência e o âmbito das pequenas reparações, desde a manutenção e substituição integral do piso de amortecimento dos parques infantis, desde a questão de substituição de muitos equipamentos infantis danificados, de facto na leitura daquilo que é competência a mesma se devia definir só na manutenção e reparação, e não na substituição. A pintura interior da escola na sua integralidade foi feita no verão passado, a substituição de todos os vidros partidos e de ajuste nas caixilharias. -----

----- Olhe, ainda há bocado falava o nosso Caro Deputado do CDS que era uma escola sem climatização, é mentira, a Junta de Freguesia trocou todos os caloríferos da escola, mais de 30 caloríferos foram substituídos por versões mais modernas, mais eficientes e, obviamente, mais amigas do ambiente, foi feito um conjunto de intervenções ao longo destes anos que já transcendem mais de 50.000 euros e neste momento a Junta de Freguesia tem um contrato de delegação de competências ao abrigo do Programa Escola Segura no valor de 45.000 euros, que está neste momento em execução para melhorias nesta escola e que nos próximos tempos, se tudo correr bem até ao final desta interrupção letiva de verão havemos de ter a criação de uma sala polivalente numa zona de saguão na escola, uma zona que não tinha utilização, uma sala polivalente para utilização não só na prática de educação física, mas também na prática expressão musical e de apoio a várias entidades do jardim de infância. -----

----- A substituição dos telheiros da escola, alguns com a construção de novos telheiros e outros com a reconstrução dos existentes, por soluções que se encontram hoje em dia telheiros na Escola Arquiteto Ribeiro Teles, que como sabem vai para obras profundas e, portanto, vamos reutilizar esses telheiros colocando-os na Escola José Salvado Sampaio e aumentando a zona coberta exterior e, portanto, quem ouvir, de facto, este discurso de há bocado, não é por certo a descrição do que é a Escola José Salvado Sampaio, tem problemas sim, tem problemas que a Junta tem vindo ao longo dos anos a tentar mitigar o agravamento dos mesmos, e temos gasto esta Escola mais do que seria expectável, naquilo que é o nosso entendimento do contrato de pequenas reparações escolares, mas vamos ter aqui conta, peso e medida, porque de facto, não é este descritivo dantesco. -----

----- Permita-me que de facto deixe aqui um agradecimento aos peticionários aqui na figura do Senhor Presidente Levi Alves, aqui um lutador estoico pela melhoria das condições de funcionamento da Escola, às dezenas e dezenas de pais que conosco vão interagindo e muitas vezes quase aqui no princípio de *Team Building* e trabalho social solidário, têm vindo conosco a trabalhar em muitas das melhorias na Escola e,

de facto, deixou-nos a nós todos estarecidos quando uma escola com estes problemas e que são problemas que tem a ver com a nível dos esgotos, a nível de desadequação daquilo que é hoje o número de alunos que este espaço, ficou categorizada como em 23º lugar, se não estou enganado ou em 26º. das prioridades do Município e, portanto, claramente é uma Escola que urgia uma intervenção mais profunda e claramente merecia estar com outra categoria naquilo que são as emergências da Cidade. -----

----- Do ponto de vista da Junta iremos concluir até ao final deste verão, portanto, esta intervenção ao obrigo da Escola Segura, volto a reforçar, com uma empreitada da criação de uma sala polivalente de apoio ao funcionamento da Escola, a substituição dos telheiros de fibrocimento e a adaptação dos toldos provenientes da Escola Arquitecto Ribeiro Telles, quando a mesma fechar e os meninos forem transitados para a escola provisória da Arquitecto Ribeiro Telles, a transferência desses meninos todos para a Escola José Salvado Sampaio e a sua instalação, aumentando assim a zona coberta do exterior, portanto, são as intervenções que estão previstas, mas, como vos digo, eu acho que é verdade que a escola necessita de intervenções urgentes, mas também não vamos pintar aqui um cenário de terceiro mundo porque também é um exagero e, de facto só pode ser de alguém que desconhece profundamente a realidade desta Escola. Muito boa tarde.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado do Bloco de Esquerda Tiago Ivo Cruz e prepara José Inácio Faria.-----

----- Tiago Ivo Cruz, tem 4 minutos e meio por favor.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Tiago Ivo Cruz (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente e muito obrigado aos signatários da Petição e ao trabalho de cidadania e envolvimento da comunidade que fizeram, um bocadinho no seguimento da intervenção anterior do senhor Deputado Ricardo Quaresma, eu não só apelava a que não se esquecesse o contexto, o atual e o esforço que tem sido feito para manter a escola, como não nos esqueçamos do trabalho que o atual Executivo tem feito, extraordinário na reparação de todo o parque escolar. -----

----- Só no pacote de investimentos apresentado para este ano e aprovado em abril em Reunião de Câmara, metade desse pacote de 67 milhões são para escolas, para reparação do parque escolar, e relembro também que foi precisamente a iniciativa direta desta Vereação de Educação que pediu ao LNEC o relatório que todos agora louvamos, é com base nesse relatório que se construíram as prioridades, face a um cenário de falhas estruturais em algumas escolas e se vimos a discussão desta Petição sobre esta escola, também com o consenso de que é preciso acelerar as intervenções no parque escolar para acelerar também a intervenção nesta Escola, então ainda louvo, fico contente de haver um consenso para aumentar as verbas de investimento na recuperação do parque escolar, espero que isto se traduza num aumento do pacote investimentos atual.-----

----- Já foi aqui reconhecido que a Câmara tem feito intervenções pontuais e é reconhecido também pela Vereação e pelo próprio Executivo Municipal que é preciso uma intervenção estrutural. -----

----- O Gabinete da Vereação tem acompanhado a Associação de Pais. Nós acompanhamos a recomendação desta Comissão, aliás, a periodização de intervenções é uma lista que já aqui foi mencionada, parte das recomendações, as recomendações em geral já estão garantidas, e não queria deixar de dar aqui uma nota só para terminar aqui uma nota sobre este elogio perante, primeiro esta ponte com o contato entre o PEV e o CDS muito estranha, e do CDS à ladroagem fiscal nos Países Baixos, que precisamente tiraram e ainda ontem foi apresentado um relatório internacional da ONG que se segue a fuga fiscal a nível internacional a culpar os Países Baixos como um dos principais centros de fuga fiscal a nível internacional. -----

----- Bom, por isso, vir aqui dizer, e isso, meus senhores, significa menos receita pública para investimento nos equipamentos públicos, por isso, acho de péssimo tom vir a esta Assembleia Municipal elogiar os Países Baixos como um centro de fuga fiscal e em que o roubo de recursos públicos para países, como Portugal, que poderia investir nos seus equipamentos.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado do MPT José Inácio Faria e prepara a Deputada Ana Gaspar. -----

----- José Inácio Faria, 4 minutos e meio, por favor. “ -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Inácio de Faria (MPT)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Secretário, isto vai ser mais telegráfico, rápido, até porque não é a Comissão onde eu participo, mas acho que é importante dar aqui uma nota de apreço e agradecer a intervenção dos Senhores Peticionários e a Petição que nos foi enviada e entregue, até porque nos alerta para quem tem responsabilidades nestas áreas para o cumprimento das suas obrigações e, portanto, agradecer uma vez mais a preocupação que aqui demonstram com esta petição que decorre da obrigação, aliás, que a Constituição impõe ao Estado e que este deve criar uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubram todas as necessidades de toda a população, e isto como todos sabem é o que diz o artigo 75 do nosso texto fundamental. -----

----- Acontece que ao que parece nada disto se tem aplicado à Escola Professor José Salgado Sampaio e porque o Estado não cumpre a sua obrigação não só de criar mas e também, e essencialmente, de manter estabelecimentos públicos de ensino que cubram as necessidades de toda a população, os Senhores Peticionários viram-se na obrigação, e muito bem, de nos chamarem a atenção para esta situação e, por isso, penso que só temos que agradecer o espírito de cidadania demonstrado pelos Senhores Peticionários. -----

----- Quanto à Petição, e já agora também acrescentar que também não comungo no elogio aos Países Baixos pelos motivos de há longos anos que conhecemos, de facto, não há forma qualquer de elogiar seja que setor em área que se possa pensar e também acredito relativamente a esta escola que não podemos falar de terceiro-mundismo porque, enfim, não estamos propriamente do lado de lá do Estreito de Gibraltar, e eu conheço bem o outro lado do Estreito de Gibraltar e a situação, de facto, são situações completamente diferentes mas para que não tenhamos que voltar a falar ou eventualmente, alguém falar de terceiro-mundismo relativamente às nossas escolas, eu penso que há que urgentemente acelerar as intervenções nesta escola. -----

----- Em relação esta esta Petição gostaria de referir que o MPT concorda com as recomendações em primeiro lugar e, desde já, com as recomendações preparadas pela 7ª Comissão à Câmara, a Recomendação 115/01 especialmente no que respeita ao ponto 4 da mesma, para que se proceda à realização das obras com urgência até porque daqui a cerca de 2 meses e meio, iniciaremos o novo ano letivo. -----

----- Portanto, Senhor Presidente só para referir que iremos, obviamente, votar favoravelmente todos os pontos desta recomendação. -----

----- Muito obrigado e uma vez mais agradecer aos Senhores Peticionários terem-nos alertado para esta situação já de há longos anos. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Tem a palavra a Senhora Deputada Ana Gaspar, dispõe também 4 minutos e meio por acumulação de tempo de seis Deputados. -----

----- Ana Gaspar por favor, 4 minutos e meio.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Gaspar (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, serei rápida.-----

----- Caríssimos, saudar os Senhores Peticionários em primeiro lugar, e saudar este comum desiderato da defesa de uma escola pública de qualidade e naturalmente qualidade significa também as condições físicas dos equipamentos, e ainda naturalmente o trabalho da Junta de Freguesia, desta e de outras, naturalmente, que pugnam por este por este trabalho. -----

----- Lembrar também uma ainda recente degradação das escolas, desta tipologia e de outras, que a Câmara tem sucessivamente estado a alterar, e dizer da importância que nós aqui na Assembleia Municipal, naturalmente, sigamos um cronograma de intervenções das escolas da Cidade. -----

----- Penso que isto nos une a todos, este não é o futuro, é também o presente dos meninos e das meninas desta Cidade e, de facto, sem educação não há de certeza futuro e, portanto, não há presente. Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada. -----



----- Eu não tenho mais inscrições pelo que pergunto à Câmara Municipal se quer intervir? Faça favor.”-----

----- **O Senhor Vereador Carlos Castro**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde a todos, naturalmente cumprimentar o Senhor Presidente, os elementos da Mesa, Senhoras e Senhores Deputados, também saudar os Peticionários pela situação que nós hoje enfrentamos na escola, e penso que a intervenção do Senhor Deputado e Presidente da Junta de Freguesia de Benfica colocou a discussão naquilo que deve ser centrada, a Escola carece, de facto, de intervenção e vale a pena aqui recordar o trabalho que também a Senhora Deputada Simonetta Luz Afonso já teve a oportunidade de aqui recordar, que tem sido feito ao longo dos últimos anos por parte da Câmara Municipal de Lisboa de recuperação do nosso parque escolar.-----

----- Assim, nós, em 2018, estabelecemos um protocolo com o Laboratório Nacional de Engenharia Civil para fazer um estudo de conservação das escolas da Cidade, no seguimento desse relatório o nosso departamento municipal de manutenção e conservação teve oportunidade de verificar em várias escolas do concelho de Lisboa a situação, verificar os procedimentos relativamente às obras, nesse sentido foi já aprovado este ano, em abril, a empreitada e, portanto, temos previsto um pacote de reabilitação das escolas no âmbito de 30 milhões de euros e na próxima semana, na reunião de Câmara do dia 30 de julho, a Escola Professor José Salvado Sampaio é uma das que está contemplada para a intervenção, portanto, após, e assim haja a aprovação em reunião de Câmara, será enviada a proposta, irá para o Tribunal de Contas para o visto, tendo um bom tempo de resposta por parte do Tribunal de Contas, estamos e esperamos que a obra nesta escola se inicie no final do ano e, portanto, a escola volta a ter a qualidade que todos os seus docentes e discentes carecem, mas também naturalmente que toda a comunidade escolar, bem como os pais e a própria Freguesia e comunidade de Benfica. -----

----- Por último, permitam-me só um pequeno remate para fazer aqui justiça também àquilo que tem sido a postura da Deputada Simonetta Luz Afonso, mas também do Deputado António Prôa e espantar-me um pouco com a postura do Deputado Sobreda Antunes relativamente à questão, sabemos bem aquilo que foi a posição, e bem, desta Assembleia Municipal há pouco mais de ano e meio relativamente à questão das MAP, esta situação hoje está praticamente ultrapassada na cidade de Lisboa, fruto de um bom trabalho que a equipa da Proteção Civil e da Educação desenvolveram e a propósito das medidas de autoproteção desta Escola José Salvado Sampaio elas já estão preparadas, apenas aguardam o assinar do documento por parte do Diretor de Agrupamento para ser encaminhado para a Autoridade Nacional de Proteção Civil e, portanto, continuamos a trabalhar para termos aqui que sublinhava, e bem, a Senhora Deputada Ana Gaspar, uma escola pública de qualidade e à altura daquilo que são os desafios no século 21, porque como também já agora aproveito as palavras do Senhor Deputado José Inácio Faria, a realidade não é aquilo que foi descrito pelo Deputado do CDS, mas, de facto, temos que continuar a melhorar e é isso que estamos a fazer em Lisboa. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
----- “Muito obrigado Senhor Vereador.-----  
----- Senhor Presidente não tenho mais inscrições.”-----  
----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
----- “Muito bem, vamos proceder à votação da Recomendação 115/01, emanada da 7ª. Comissão Permanente.”-----  
----- **Recomendação 115/01 (7ª. CP)** não tem votos contra e nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, dos Senhores Deputado Municipais Independentes Paulo Muacho, Patricia Gonçalves, António Avelãs, Teresa Craveiro, Joana Alegre, Ana Gaspar, José Alberto Franco, Miguel Graça, Rui Costa, Rodrigo Mello Gonçalves e Raúl Santos. **A Recomendação 115/01 (7ª. CP) foi aprovada por unanimidade.**-----  
----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
----- “Vamos passar à apreciação do ponto 3 da Ordem de trabalhos, Petição nº 14/2019.”-----  
----- **PETIÇÃO Nº 14/2019 - (APRESENTADA PELOS PETICIONÁRIOS ANTÓNIO DIAS COELHO E TIAGO PERDIGÃO EM REPRESENTAÇÃO DE UM GRUPO DE CIDADÃOS) - “VAMOS SALVAR AS ÁGUAS LIVRES”, NOS TERMOS DA PETIÇÃO E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 85º DO REGIMENTO;** -----  
----- Relatório conjunto da 3ª e 4ª Comissões Permanentes; -----  
----- **Recomendação 115/02 (3ª e 4ª CP)** -----  
----- (A Petição 14/2019 fica anexada a esta Ata como **Anexo IV** e dela faz parte integrante)-----  
----- (O Relatório da 3ª e 4ª Comissões Permanentes fica anexada a esta Ata como **Anexo V** e dela faz parte integrante)-----  
----- (A Recomendação 115/02 (3ª e 4ª C P) fica anexada a esta Ata como **Anexo VI** e dela faz parte integrante)-----  
----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
----- “Pedia ao Senhor Primeiro Secretário António Avelãs que conduzisse os trabalhos.”-----  
----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----  
----- Eu chamo para intervir os Senhores Peticionários, os cidadãos António Dias Coelho e Tiago Perdigão que têm 10 minutos para utilizar. -----  
----- Por favor Senhor António Dias Coelho.”-----  
----- **O Peticionário, Senhor António Dias Coelho**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, obrigado por esta oportunidade. -----

----- Vou recomençar por agradecer ao Senhor Presidente, aos Senhores Vereadores e Senhores Deputados, a todos os presentes por esta oportunidade que nos deram de estar presentes nesta Assembleia e de intervir, obviamente. -----

----- Gostaria em nome da Associação de Moradores “Vamos salvar as Águas Livres”, ou seja, dos cidadãos e moradores das zonas vizinhas do Aqueduto das Águas Livres e do bloco das Águas Livres, número 8 da Praça, monumento e edifício classificado, agradecer a ação da Assembleia Municipal de Lisboa na figura do seu Presidente na resolução dos problemas por nós identificados na Petição, já com um processo de quase 3 anos para que fossemos ouvidos e considerados nas decisões que dificultam a nossa qualidade de vida, eu peço desculpa. -----

----- Peço desculpa, mas com este problema do microfone esqueci-me de dizer uma coisa importante, eu depois passaria no decorrer da intervenção a palavra ao vizinho e associado, peticionário também, Tiago Perdigão, está bem? Peço desculpa porque devia ter começado por aí. -----

----- Continuando gostaria também de agradecer o papel das 3ª e 4ª Comissões, dos seus membros e dos Partidos nelas representados pelo interesse que têm demonstrado e pela ação junto da Câmara Municipal, uma verdadeira demonstração da importância desta instituição na vida da Cidade e dos seus munícipes. -----

----- Não posso também deixar de enaltecer e agradecer todo o interesse demonstrado pela resolução dos problemas que nos afetam e por todo o trabalho realizado pelo Senhor Vereador Engenheiro Ricardo Veludo na obtenção de um acordo entre a Câmara Municipal, o Ginásio Clube Português e os moradores. As principais questões que nos trouxeram aqui inicialmente e posteriormente com a Petição “Vamos salvar as Águas Livres” fizeram e recordo vagamente dos impactos muito negativos para o sossego, bem-estar e qualidade de vida dos moradores consequência da instalação de vários cortes no Ginásio Clube Português, muito próximo das nossas habitações, o impacto visual das coberturas dos campos desportivos junto ao Aqueduto das Águas Livres, monumento nacional, e na obra já realizada pelo Ginásio Clube Português, não esquecer que todas estas construções foram feitas na zona especial de proteção do Aqueduto e do Bloco das Águas Livres, e que inclusivamente levaram à destruição de um jardim. -----

----- Também o enorme impacto na Praça, nos seus edifícios limítrofes, nomeadamente do número 6 e número 7 do edifício planeado pelo Ginásio Clube, projeto de expansão a construir também dentro da referida zona de proteção. -----

----- Foi para tratar destas questões e na realidade que consubstanciam na proteção e valorização urbanística das zonas limítrofes de dois edifícios classificados e muito relevantes da nossa cidade de Lisboa, bem como a defesa da qualidade de vida e sossego de quantos aí habitam e a Associação de Moradores foi criada e desenvolve habitualmente a sua atividade. -----

----- Relativamente a estes três temas, agora também contemplados no memorando de entendimento que iremos assinar com a Câmara Municipal de Lisboa e o Ginásio

Clube é importante relevar o seguinte: ruído, as análises e ensaios e tá decisões judiciais referentes ao incómodo e perturbação criados pelos campos de padel em Lisboa que justifica em face da rápida disseminação deste tipo de campos de padel equipamentos desportivos, uma outra abordagem das instâncias públicas a este problema, mesmo sendo como se constatou muitas vezes cumpridos os requisitos legais, o que é um facto é que a perturbação, o mal-estar e incómodo que entra pelas nossas casas é um facto que não pode ser escamoteado. -----

----- Ao nível municipal faria todo o sentido que houvesse um regulamento que não só estabelecesse critérios de ruído que protegessem de facto os munícipes, mas também definissem as soluções técnicas de isolamento acústico dos campos de padel, no nosso caso e com a implementação do memorando de entendimento que vamos assinar acreditamos e temos fundadas esperanças de que será possível implementar a curto prazo medidas de mitigação de ruído que permitam um convívio saudável entre a prática do padel e a vizinhança, essas medidas resultam da própria aceitação da parte do GCP de criar perturbação e mal-estar com o ruído provocado com o padel e que justificam a tomada de medidas que visem a sua mitigação, aliás, pela gradual adoção de uma Petição e razoabilidade face às questões por nós levantadas, para chegarem a este primeiro e decisivo entendimento. -----

----- Passaria agora a palavra ao meu vizinho, o Tiago Perdigão.” -----

----- **O Peticionário, Senhor Tiago Perdigão**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde a todos. Obrigada António. -----

----- Em relação à proteção do património e ao impacto visual, embora de solução mais difícil, as questões relativas ao impacto visual e qualidade arquitetónica das soluções adotadas pelo Ginásio Clube Português e aprovadas pelas entidades públicas junto de um monumento classificado como património nacional e, aliás, com pretensão a património mundial, como é o aqueduto das Águas Livres, que estão de alguma maneira reconhecidas no memorando de entendimento, embora tenhamos expresso tanto à Câmara Municipal de Lisboa como ao próprio Ginásio Clube Português, que estas questões deveriam ser analisadas no âmbito mais alargado de requalificação e valorização da própria Praça e das suas zonas envolventes. -----

----- A futura intervenção, ou seja, a fase 3 do alargamento do complexo do Ginásio Clube Português deverá evitar os erros que foram cometidos na fase anterior de não considerar o valor urbanístico e patrimonial intrínseco que envolve as zonas de edificação. -----

----- A intenção da AMALI no quadro do memorando de entendimento, tudo fazer para que se mitiguem as intervenções feitas, nomeadamente ao nível das coberturas dos campos de padel e que se evitem que as novas intervenções não levem em consideração na sua solução arquitetónica a sua envolvente. -----

----- Neste quadro, consideramos muito importante e decisiva a intervenção do Senhor Vereador Ricardo Veludo no sentido não só de aproximar as partes, mas também de nas opções e restrições do PIP levar em consideração que se entendeu ser a manutenção das condições mínimas que asseguram a relação entre o Bloco das Águas

Livres e o Aqueduto, através da limitação da volumetria do novo edifício e o seu recuo. -----

----- A AMALI continuará a pugnar no quadro de colaboração agora estabelecido para que a intervenção a realizar e a possível requalificação da Praça possam fazer jus à imensa qualidade e valor do Bloco das Águas Livres e do Aqueduto das Águas Livres.

----- Contamos também com a Assembleia Municipal para, como sempre fez, se manter atenta e disponível assegurando que este assunto possa sempre voltar a esta casa sempre e quando se revele útil e necessário. -----

----- Em relação ao novo edifício trata-se de uma enorme preocupação dos munícipes moradores na Praça não só pela enorme volumetria a edificar, mas também pelo mais que expectável enorme aumento dos utilizadores no Ginásio Clube que conduzirá ao agravamento de o já caótico estacionamento da praça, apesar de se tratar de uma zona de estacionamento para moradores. -----

----- Acresce que se levantam legítimas apreensões relativamente à construção e ao impacto na integridade dos edifícios número 6 e número 7 em particular no primeiro, imediatamente contíguo à construção, é também importante que sejam acauteladas as condições de insonorização da nova instalação, seja no que respeita aos sistemas a instalar, seja as de mitigação do próprio ruído da atividade gímnica. -----

----- Neste sentido o memorando de entendimento é um instrumento que pretende inovar na forma como as diversas partes se devem relacionar. -----

----- Também nesta questão a AMALI tem enormes expectativas que o memorando de entendimento possa ajudar à criação de mecanismos de acompanhamento por parte dos vizinhos, no sentido de minorar os efeitos do novo edifício, tanto na fase de construção como também durante a sua utilização. -----

----- A AMALI acredita que o memorando de entendimento é um instrumento útil e inovador para o relacionamento entre as partes, congratulando-se por isso com a iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- A AMALI mantém e manterá a mesma determinação e postura construtiva no sentido de sem abrir mãos dos objetivos para os quais foi criada, encontrar em cada momento soluções que permitam assegurar entendimentos com o Ginásio Clube Português. -----

----- A AMALI continuará fortemente comprometida em valorizar o espaço da Praça das Águas Livres e espera poder contar também com a Assembleia Municipal e com a Câmara Municipal de Lisboa para esta missão. Muito obrigado a todos.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- Sobre essa matéria, ao relatório conjunto da terceira e quarta Comissões, eu pergunto ao Relator, o Senhor Deputado se o quer apresentar? Não tenho resposta, Deputado Jorge Marques por favor.” -----

----- Não é possível assim não conseguimos ouvir. Senhor Deputado está desligado, ligue o seu som, por favor.” -----

----- (Há várias tentativas de comunicação por parte do Senhor Deputado Jorge Marques) -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Marques (PS)**, enquanto relator, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito bem, eu serei rápido nesta altura, já não há muito a dizer, os peticionários fizeram uma boa apresentação de qual era a questão que colocavam, que se resumia acima de tudo a um problema de litígio entre os moradores e o Ginásio Clube Português que tinha a ver com o ruído e com impacto que tinha no edifício classificado onde residiam. -----

----- A terceira e a quarta Comissões ouviram os peticionários, ouviram o Senhor Presidente do Ginásio Clube Português e mais tarde o Senhor Vereador e penso eu que contribuíram para um desfecho feliz que foi um acordo entre as partes para resolver o problema. -----

----- Eu diria que este é um belo exemplo, onde as Comissões desta casa podem servir a Cidade de Lisboa de uma maneira a encontrar soluções que aparentemente, pareciam difíceis há bastante tempo e, neste momento, julgo que não nada de importante haverá mais a dizer visto que as partes chegaram a acordo.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- A Recomendação 115/02, eu pergunto aos Senhores Presidentes da terceira Comissão, Miguel Gama, e da quarta Comissão, Luís Newton se querem apresentá-la?

----- Não há resposta, quer dizer que avançamos. -----

----- Nesse caso estão inscritos para este ponto os Senhores Deputados Cláudia Madeira, Diogo Moura, Miguel Santos, Graziela Simões, Jorge Marques, Tiago Ivo Cruz, José Inácio Faria e Teresa Craveiro. -----

----- Dou então a palavra à Senhora Deputada do PEV, Cláudia Madeira e prepara o Deputado Diogo Moura. -----

----- Cláudia Madeira tem 4 minutos e meio, faça o favor.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde a todos, obrigada. -----

----- Os Verdes saúdam os peticionários que nos alertaram para o seu descontentamento com a instalação dos campos de padel do Ginásio Clube Português na Praça das Águas Livres, assim como com o projecto do novo edifício previsto para o local. -----

----- Desde logo, estávamos perante vários problemas como o ruído, a ameaça ao património arquitectónico classificado devido aos impactos visuais no Aqueduto das Águas Livres (Monumento Nacional) e no Bloco das Águas Livres (Monumento de Interesse Público) e a destruição de zonas ajardinadas, assim como o impacto no estacionamento para os residentes. -----

----- Relembramos que sobre esta matéria Os Verdes entregaram, logo em Março de 2019, um requerimento procurando obter alguns esclarecimentos, pois os moradores levantavam alguns aspectos que nos deixaram apreensivos. -----

----- Os Verdes têm tido oportunidade de defender, em diversas ocasiões, um equilíbrio e a compatibilização entre a prática desportiva e o descanso dos moradores, e esta acaba por ser mais uma dessas situações, além de que aqui ainda está em causa a salvaguarda dos valores patrimoniais, algo que também não pode ser descuidado.-----

----- Segundo os próprios peticionários, os moradores e o Ginásio Clube Português chegaram a acordo, faltando apenas a sua formalização. Parece-nos positivo que, através do diálogo e de alguma flexibilidade de ambas as partes, tenha sido possível encontrar soluções para os problemas, nomeadamente através da desactivação dos dois campos mais próximos dos edifícios de habitação, da redução do horário de funcionamento e também pela reformulação do projecto para o novo edifício, por forma a minimizar os impactos negativos. -----

----- Aqui, além das diligências por parte das 3.<sup>a</sup> e 4.<sup>a</sup> Comissões que foram importantes, a CML assumiu também um papel fundamental na obtenção deste acordo e fez o que muitas vezes devia fazer e não faz, que é intervir em defesa da cidade, ouvir os dois lados e empenhar-se na procura de uma solução mais equilibrada. A CML pode sempre fazer mais e melhor e esta petição acaba por ser um exemplo claro disso. -----

----- É verdade que poderia não ter sido fácil chegar a uma solução, pois de início havia alguns aspectos mais complexos e as diligências não estavam a surtir efeito, mas houve um esforço nesse sentido, que deve ser valorizado e que, mais uma vez, vem demonstrar a importância do envolvimento dos cidadãos na vida da cidade. -----

----- Por isso mesmo, reforçamos a nossa saudação aos peticionários que alertaram a AML e a CML para vários problemas e se envolveram activamente na procura de soluções. -----

----- Por fim e sobre as recomendações que resultaram da Petição nas 3.<sup>a</sup> e 4.<sup>a</sup> Comissões os Verdes estão de acordo e julgamos que acabam por responder ao que nos foi colocado pelos peticionários. Obrigada.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada. -----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado do CDS, Diogo Moura, e prepara Miguel Santos. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Secretário, Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Vereadores, caros Deputados, caro público. -----

----- Queria, obviamente em primeiro lugar saudar os peticionários com esta ação de cidadania que nos chama a nós a atenção para um problema que é vivido por estes moradores e que obviamente, coloca aqui várias partes em posições distintas, mas também já percebemos com este processo que é possível conciliá-las. -----

----- Este é um problema antigo na cidade de Lisboa que nós temos discutido aqui várias vezes, desta vez estamos a falar de um clube importante da cidade, mas que coloca dois direitos constitucionais, digamos assim, em questão e em debate por um lado o direito constitucional ao descanso e, por outro lado, o direito à cultura física e ao desporto, o projeto expansão do Ginásio Clube Português é conhecida e, portanto, não me vou prender ao mesmo, há aqui um enquadramento muito específico, como já foi aqui também relatado, estamos a falar de uma zona da cidade que é consolidada e, portanto, aquele era o único espaço para onde o Ginásio Clube podia crescer para aquele terreno, estamos a falar de uma em que o edifício das Águas Livres é um imóvel classificado e de interesse público e, obviamente na zona especial a ação está agregada ao Aqueduto das Águas Livres e que é importante salvaguardar e que em muitas vezes aqui temos lembrado a sua necessidade de realmente efetivar e cumprir o respeito por essa mesma zona. -----

----- Ambos os direitos, quer destes moradores que nos apresentaram, mas também do Ginásio Clube em ficar todos eles são legítimos e aqui a Câmara tem um papel essencial no cumprimento da lei, da regulamentação em vigor, mas também de acautelar os direitos contados de ambas as partes, sempre na medida do possível. -----

----- Esta questão do ponto de vista e temos a parte a lei do ruído que provocam aliás, mais do que ter um pouco a rua, irmos à Rua de São Bento e vemos esse problema com os campos do Clube Nacional de Natação que demorou vários anos a resolver e, felizmente, neste caso e era algo que eu queria salientar neste processo, que esperemos que com aquilo que é o consenso gerado entre as partes, obviamente com a intervenção da Câmara, esperemos que não venha a acontecer e, portanto, que o problema fique resolvido logo à priori. -----

----- Salientava também a garantia dos direitos de ambas as partes, quer dos moradores quer daquilo que é o ambiente e qualidade do Ginásio Clube e daquilo que é a sua importância enquanto entidade desportiva, mas também com o papel social que desenvolve, não só na zona onde está implantada a sua sede, mas também em toda a cidade, a necessidade de minimizar os impactos e o enquadramento da construção do edifício que está aqui em apreço, mas também do impacto causado pelo ruído dos campos de padel, em particular no período noturno e nos fins de semana, e acho acima de tudo pagar aqui o encontro de vontade de ambas as partes e também registar uma nova postura por parte da Vereação do Urbanismo do Senhor Engenheiro Ricardo Veludo, que conseguiu aqui, juntando à mesa as várias partes, conciliar aquilo que eram as várias vontades, as necessidades, minimizar problemas e encontrar soluções que pudessem agradar, obviamente na medida do possível, nunca a 100%, as várias partes e, portanto, também deixar aqui uma palavra de apreço por este novo registo e postura por parte da Vereação. -----

----- E este deve ser, obviamente, e também deve ser saudado, esta nova prática que esperemos que não se fique apenas por este processo, que iremos também discutir a questão da Portugália mais à frente, mas que deveria ser uma regra, ouvir as várias partes e tentar gerar bom senso e aí é que a Câmara é essencial, deve ser um motor,



deve ser a alavanca desta gerência, digamos assim, do consenso que é tão importante na nossa cidade para que ela possa evoluir com respeito por todos. -----

----- Nós, obviamente, acompanhamos as recomendações da 3ª e da 4ª Comissões, penso que também o trabalho que fizemos quer com os peticionários, quer em sede de audição, quer na visita, mas também o trabalho que fizemos junto do Senhor Vereador também foi importante para que se chegasse a um consenso e, por fim a levantar uma questão que não tem a ver diretamente com esta obra, mas é levantada na petição e que tem que ver com a fiscalização por parte da EMEL. -----

----- Aquela zona da Praça das Águas Livres é uma zona de residentes, portanto entre as 19 horas e as 9 da manhã do dia seguinte é apenas para residentes, a verdade é que mais uma vez é um problema que assola grande parte da cidade onde existem estas zonas e é o facto de não haver fiscalização por parte da EMEL porque, obviamente, provavelmente não são zonas atrativas do ponto de vista financeiro e, portanto, não há uma fiscalização e aí é importante que a Câmara junto EMEL reforce que seja cumprida a promessa há vários anos de que haja fiscalização nestas zonas, porque sem haver fiscalização nestas zonas estas zonas acabam por ser um engodo de estacionamento por parte das pessoas que não são residentes e sabemos que esta zona é efetivamente crítica pelo número de nomeadamente ginásios que existem naquela zona, mas também estabelecimentos comerciais de grande dimensão. -----

----- Por fim e mais uma vez deixar uma pode agradecimento aos peticionários, pelo um trabalho que fizeram de defesa naquilo que consideram que são os vossos interesses e os vossos direitos e o caminho aqui trilhado por consenso deve ser, obviamente, continuado noutros processos na cidade de Lisboa, a bem da nossa Cidade. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Tem então a palavra o Senhor Deputado do PAN, Miguel Santos e prepara Graciela Simões. -----

----- Miguel Santos, tem 4 minutos e meio por favor.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Secretário, boa tarde a todos, cumprimentar os Senhores Peticionários por nos terem trazido uma possibilidade de mostrar que a Assembleia Municipal tem um papel a dizer nas questões de conflitos que envolvem problemas às vezes difíceis e que está sempre disponível para mediar as situações, como foi este o caso, portanto, nós tomamos conhecimento desta situação, visitámos algumas vezes o local, apercebemos das questões que estavam a ser levantadas, falámos também várias vezes com o Senhor Vereador e finalmente, vê-se que todo esse esforço foi compensado e vemos uma solução acordada entre as partes, o que nos agrada bastante e queria, tal como já foi anteriormente feito, dar os parabéns ao Senhor Vereador porque mostra realmente uma postura diferente relativamente aos problemas que surgem na cidade e que são alvo de preocupação dos cidadãos e que também estamos

a ver é mesmo o tipo de postura de uma petição que vamos a seguir relativamente à Portugália. Portanto o que é que nós vimos nesta situação?-----

----- Através da presente petição vieram os seus subscritores apelar à salvaguarda do direito ao descanso dos moradores das Águas Livres e à preservação dos monumentos adjacentes, demonstrando a sua insatisfação relativamente à instalação e ao ruído provocado pelo funcionamento dos campos de padel do Ginásio Clube Português (GCP), bem como relativamente ao projeto do novo edifício previsto para o local, que se encontra em apreciação nos serviços de urbanismo da Câmara.-----

----- Para o efeito apontaram três tipos de problemas:-----

----- Que o barulho provocado pela prática daquela atividade lúdica interfere com o direito ao descanso dos moradores da Praça das Águas Livres e das ruas adjacentes; ---

----- Que a construção dos campos de padel e das respetivas coberturas, constituem uma ameaça ao Património Arquitetónico Classificado, em face dos inqualificáveis impactos visuais causados nos monumentos vizinhos, Aqueduto das Águas Livres e Bloco das Águas Livres, e bem assim pelo facto de aquela construção ter levado à destruição de zonas ajardinadas;-----

----- Por último, pelo impacto urbanístico do projeto de ampliação das instalações do GCP, designadamente pela volumetria e pela falta de preocupação estética e de integração com os monumentos circundantes, uma vez que se pretende construir um novo edifício que irá trazer mais de 3.000 utentes ao GCP, com implicações ainda mais gravosas para o estacionamento. -----

----- Ora e apesar das inúmeras iniciativas já encetadas pelos moradores da zona, designadamente reuniões com o executivo municipal, intervenção em reuniões descentralizadas da CML, queixas à mesma entidade e à Polícia Municipal, nada surtiu efeito e nenhum dos problemas que afetam os moradores terão sido resolvidos, pelo vieram solicitar a intervenção urgente na Praça das Águas Livres e ruas adjacentes, petição com a qual nos mostramos inteiramente solidários.-----

----- Dos trabalhos realizados pela 3.<sup>a</sup> e 4.<sup>a</sup> Comissões Permanentes, da análise dos documentos relativos a esta petição e das audições realizadas podemos concluir o seguinte:-----

----- Os peticionários fundamentaram a sua posição alegando que estão em causa dois princípios fundamentais: o direito dos moradores ao descanso e a salvaguarda dos valores patrimoniais arquitetónicos, requerendo a adoção pelo GCP de medidas concretas que mitiguem o ruído e o impacto urbanístico das construções existentes, que não passa necessariamente pela demolição dos campos de padel, mas pela regulamentação da sua prática, estabelecendo regras de insonorização e horários de funcionamento que salvaguardem a saúde e o bem-estar dos moradores, associada à necessidade de uma maior fiscalização das áreas de estacionamento para residentes, após as 19 horas e aos fins de semana, de forma a evitar o estacionamento abusivo; ----

----- O Presidente do GCP invocou por sua vez a legitimidade da pretensão do clube em ampliar as suas instalações e, deste modo, proporcionar mais prática desportiva aos cidadãos, enquanto entidade de utilidade pública sem fins lucrativos, que possui

atualmente 10 000 associados e serve 5 200 praticantes de prática desportiva com idades compreendidas entre os 6 meses e os 90 anos;-----

----- Por sua vez, o Vereador Ricardo Veludo informou que o GCP formulou um PIP relativo ao projeto de expansão das suas instalações, o qual se encontra em fase de apreciação nos Serviços de Urbanismo e que foi possível chegar a um consenso entre as partes envolvidas, relativamente às medidas de mitigação do ruído e de salvaguarda dos valores patrimoniais e culturais. -----

----- Assim o GCP irá desativar os dois campos de padel mais próximos dos edifícios, os mais ruidosos, e reformular a volumetria e a implantação do novo edifício previsto de modo a salvaguardar as vistas dos dois imóveis classificados (Aqueduto e Bloco) no percurso entre o Jardim das Amoreiras e o Bloco das Águas Livres. -----

----- Considerando que a habitação é o local privilegiado para o repouso, sossego e tranquilidade necessários à preservação da saúde e, assim, da integridade moral e física das pessoas nos termos do art.º 25, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa.-----

----- No caso em análise existindo uma relação conflituante entre direitos constitucionalmente garantidos, designadamente o direito ao descanso e sossego dos moradores, enquanto direito de personalidade e o direito de propriedade do Ginásio Clube Português, impõe-se a necessidade de uma intervenção no sentido de dirimir o conflito entre os direitos envolvidos. -----

----- Assim torna-se imperioso que sejam encontradas soluções de ordem técnica de modo a minimizar os efeitos decorrentes do ruído provocado pelos campos de Padel, quer ao nível dos horários de funcionamento que deverão ser reduzidos, quer ao nível da adaptação das estruturas de cobertura de forma minimizar o ruído e ser encontrada uma solução para não sobrecarregar as dificuldades de estacionamento já existentes por via da operação urbanística em curso que prevê um projeto de ampliação que trará mais utentes ao Ginásio. -----

----- Deste modo, esperamos que sejam acatadas pela CML as recomendações aprovadas em sede de comissão, designadamente que seja verificado o cumprimento rigoroso dos níveis de ruído impostos pela legislação em vigor, tendo em vista a salvaguarda do direito dos residentes ao repouso e das determinações do Serviço de Urbanismo em matéria de projeto, e ainda que a CML diligencie junto da EMEL, uma maior fiscalização das áreas de estacionamento para residentes após as 19 horas e aos fins de semana. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Tem então a palavra a Senhora Deputada do PCP Graciela Simões e prepara o Deputado Jorge Marques, se quiser voltar a intervir. -----

----- Deputada Graciela Simões 4 minutos e meio, faça o favor. Senhora deputada Graciela Simões, bom, não estando disponível neste momento a Deputada Graciela Simões. -----

----- A Deputada Graciela Simões.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Graciela Simões (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa tarde a todos e votos de saúde. -----

----- Em nome do grupo Municipal do PCP saudamos os Senhores Peticionários que exerceram o direito de cidadania, forma de dar voz à comunidade, permitindo trazer até a esta AML os problemas ou situações para serem discutidos e assim se encontrem respostas de resolução dos problemas identificados. -----

----- O PCP acompanha estas situações e lembra que este problema surge quando o GCP altera a sua intenção de projetar no espaço uma piscina, porque lhe foi cedido a gestão do equipamento Municipal de Campo de Ourique e naquele espaço surgem os campos de padel, com o impacto negativo, tanto na qualidade de vida dos moradores como nos bens patrimoniais. -----

----- Por isso congratulamo-nos e louvamos o esforço da CML e de todas as partes envolvidas na procura de soluções para os problemas identificados, assim como acompanhamos as recomendações, considerando que a CML terá um papel muito importante na vigilância e fiscalização na execução dos acordos alcançados e por isso nos congratulamos. Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada. -----

----- Não sei se o Senhor Deputado Jorge Marques quer intervir de novo, não tendo resposta chamo o Senhor Deputado do Bloco de Esquerda Tiago Ivo Cruz e prepara o Senhor Deputado José Inácio Faria.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Tiago Ivo Cruz (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, não me vou estender muito, o principal já foi aqui dito pelos meus colegas. -----

----- Saudamos os peticionários pelo trabalho desenvolvido, nomeadamente pela salvaguarda do património classificado, qualificado, são matérias muitas vezes, colocadas de lado face às pressões de projetos urbanísticos e saudamos também o trabalho da Vereação, do Senhor Vereador Ricardo Veludo, que permitiu salvaguardar todas as partes. -----

----- As recomendações do relatório concordamos com todas como positivas por alcançarem todos os pontos da petição, claramente um passo positivo, abrange as áreas de competência municipal, e esperamos que se mantenha o diálogo gerado neste processo para eventuais problemas futuros. Disse. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado José Inácio Faria do MPT, e prepara Teresa Craveiro. -----

----- José Inácio Faria, 4 minutos e meio, por favor.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Inácio de Faria (MPT)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Uma vez mais gostaria de cumprimentar todos os presentes, cumprimentar também muito especialmente o Senhor vereador Ricardo Veludo e os peticionários e saudar os peticionários, uma vez mais também, como já disse numa outra intervenção que aqui fiz, em outra petição, pela iniciativa de cidadania ativa que esta petição demonstra e também pela apresentação extensiva e completa da própria petição, que os senhores peticionados, os dois, fizeram aqui. -----

----- A verdade é que os peticionaram demonstraram a sua insatisfação relativamente à instalação e ao ruído provocado pelo funcionamento dos campos de padel do Ginásio Clube Português na Freguesia de Campo de Ourique, bem como do projeto do novo edifício previsto para o local atualmente em apreciação nos serviços de Urbanismo da Câmara. -----

----- Alguns de nós Deputados Municipais da terceira e da quarta comissão, estivemos lá para nos inteirarmos desta situação e tivemos a oportunidade de, em sede da terceira e quarta Comissões, vermos também os senhores peticionários, o Presidente do Ginásio Clube de Portugal, bem como o Senhor Vereador Ricardo Veludo que, aliás, já foi aqui mencionado anteriormente pelo peticionário, pelo apoio, pelo excelente apoio que prestou na resolução deste diferendo, e desta diálogo constituído a três, mais um, peticionários, moradores, Ginásio Clube de Portugal e Câmara, mais a Assembleia Municipal, foram entretanto obtidas algumas soluções por um lado, a redução do horário de funcionamento dos campos de padel, como forma de reduzir o ruído. -----

----- E depois em relação à arquitetura do novo edifício, o Ginásio Clube de Portugal tem acatado, segundo nos tem sido relatado, todas as decisões da Câmara Municipal e o projeto tem vindo a sofrer alterações de modo a responder a todas as condicionantes que poderiam de alguma forma interferir na vivência e na dinâmica, daquela Praça. ----

----- Assim, com o apoio, a verdade é que com o apoio da Câmara foi realizado novo estudo acústico promovido pelo Ginásio Clube de Portugal que acabou por obter a concordância do próprio Ginásio em desativar os dois campos mais próximos dos edifícios habitacionais localizados junto à Praça das Águas Livres. -----

----- Foi também reformulada a cêrcea e a relação do novo edifício com a Praça das Águas Livres reforçando a integração voluntária volumétrica com as pré-existentes arquitetónicas e a sua articulação com o espaço público. -----

----- A Comissões Permanentes 3 e 4 elaboraram recomendações com vista ao cumprimento da lei não só no que toca aos problemas de ruído, entre outras. -----

----- No final, penso que se terá conseguido alcançar uma solução equitativa entre os diversos interesses em jogo uma vez que as soluções perfeitas que salvaguardem 100% todos os interesses em causa, ou em presença, só num mundo perfeito que infelizmente não é o nosso, mas diria que no melhor dos mundos possíveis os interesses estarão equilibrados da melhor forma possível e que o consenso entre todos foi alcançado. -----

----- E terminava Senhor Presidente com a referência de que para a resolução disto, para a resolução deste diferendo há que realçar uma vez mais, o muito que contribuiu o esforço e o empenho do Senhor Vereador Ricardo Veludo, mesmo que todos saibamos, e é um aparte que eu gostaria de fazer aqui, porque sem este aparte não faria sentido sequer estarmos a falar disto, mesmo que todos saibamos que, como referiu o Deputado Municipal Miguel Santos, que se não fosse o PAN nada disto teria sido possível e que se no Município de Lisboa se consegue conciliar as partes é tudo porque existe um partido dos animais e da natureza, o PAN. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Tem a palavra a Senhora Deputada Teresa Craveiro, o que acumula o tempo dos seis deputados independentes do CPL, 4 minutos e meio, por favor.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Teresa Craveiro (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde Senhor Presidente, boa tarde Senhores Deputados, boa tarde enfim, aos vários cidadãos ligados às várias petições e também os Vereadores em presença e público em geral.-----

----- Os Deputados Independentes Cidadãos por Lisboa saúdam efetivamente o dia de hoje, e saúdam porquê? Porque hoje na Assembleia Municipal comemora-se a participação cidadã, o mesmo é dizer a cidadania, assistimos ao pelouro de urbanismo, na pessoa do Vereador Ricardo Veludo, a atender as críticas e sugestões de alguns movimentos de cidadania, não houve apenas uma participação reivindicativa, mas sim uma participação neste caso prepositiva, onde os cidadãos disseram que queriam, mas disseram também que não queriam, o que espelha uma democracia madura. -----

---- O Urbanismo consiste cada vez menos no plasmar a cidade futura de um gesto iluminado, antes cada vez mais resultado da procura de consensos e acordos e esta é a diferença do que estamos a viver neste momento, hoje e aqui. -----

----- Felicitações pelo resultado encontrado que o Ginásio Clube Português que se mostrou também fazendo parte da solução, parceiro tão importante na promoção da atividade física e desportiva na cidade de Lisboa e na cidade consolidada que queremos também que permaneça aí.-----

----- Estamos cientes que o resultado da intervenção constitui um bom exemplo a estudar e a divulgar enquanto processo participativo auspicioso na cidade em universidades e demais, ou seja, o urbanismo negociado é possível e não é jamais um desperdício de tempo, e tal e qual como os cidadãos diziam e os peticionários o memorando de entendimento ele não chega para, de facto, termos já a solução, acreditamos que vai ser um bom projeto é preciso uma cidadania ativa e acreditamos que, em parceria com o pelouro com os demais elementos conseguimos neutralizar os impactos do ruído, as soluções de salvaguarda da Praça e dos edifícios e do património do Aqueduto, e nomeadamente o que não é despendendo a qualidade de vida e o bem-estar dos residentes.-----

----- Felicitações mais uma vez e o nosso obrigada também ao papel da 3ª e 4ª Comissão e da Assembleia Municipal como casa de cidadania.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada. -----

----- Não tenho mais inscrições, pergunto à Câmara Municipal de Lisboa se quer intervir.” -----

----- **O Senhor Vereador Ricardo Veludo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Sim Senhor Presidente, muito boa tarde. -----

----- A todos os cidadãos e que participam nesta sessão, meus Senhores e Senhoras Deputadas, queria começar por dizer, queria referir cinco pontos, queria começar por dizer que o planeamento e a gestão da cidade nem sempre resulta em soluções consensuais e de harmonia, é normalmente, a cidade é o palco de conflitos entre direitos, todos eles legítimos, e isso faz parte da vida em comunidade em que existem vários cidadãos que não têm todos o mesmo pensamento, e existem várias entidades que também não têm todas o mesmo os objetivos e as mesmas formas de atuação.-----

----- Eu creio que é preciso continuarmos a aprofundar esta cultura democrática de diálogo, de utilização e de valorização dos órgãos democráticos do Município de Lisboa, mormente da Assembleia Municipal, e cá estaremos para fazer a parte que nos compete para contribuirmos nesse processo. -----

----- O caso da Petição que estamos a discutir, apresentada pela AMALI é, de facto, um exercício de direitos de cidadania. Evidenciou bem o papel e a importância que tem a Assembleia Municipal de Lisboa, em especial a 3ª. e a 4ª. Comissão que quanto a mim fizeram um trabalho exemplar ao ampliar e tratar de forma apropriada as preocupações dos moradores, mas também atendendo àquilo que são os direitos e as legítimas expectativas do Ginásio Clube Português. -----

----- Acho que conseguimos chegar aqui a um resultado positivo porque houve, de facto, uma conjugação de múltiplos fatores que ajudaram, desde logo as partes envolvidas nesta questão, os moradores e o Ginásio Clube Português que evidenciaram desde a primeira hora abertura a tentar compreender também o outro lado. -----

----- Os Senhores Deputados, e em especial da 3ª e 4ª Comissão, que foram acompanhando de perto tudo isto e criaram, ajudaram a criar condições para que a Câmara também conseguisse fazer a parte que lhe cabia fazer, espero por isso que tão cedo quanto possível o Ginásio Clube Português entregue uma versão atualizada do projeto em que se apoia o pedido de informação prévia, que faremos por apreciar rapidamente e submeter, em reunião de Câmara. -----

----- Há aqui aspetos que foram referidos que, por vezes, são muito difíceis de regular, falou-se da questão do ruído e da necessidade ou do interesse de poder haver um Regulamento Municipal do Ruído.-----

----- O regime jurídico do ruído e os critérios para aferição de direito na cidade não permite medir determinado tipo de perturbação e, portanto, isso prejudica muitas

vezes as partes que estão a ser incomodadas, é como querer imaginar o que ter uma torneira a gotejar à noite num compartimento ao lado, que não vai aparecer no registo acústico, mas se nos pode impedir de conseguir dormir tranquilamente e isso não é registável, e portanto, não faz prova de incumprimento da lei do ruído, é preciso por isso nós tentarmos criar condições para que quer do lado da geração dessa fonte de ruído que pode não estar em incumprimento objetivo da lei, mas que, de facto, pode estar a ofender um direito tem que ser protegido, que é o direito ao sossego. -----

----- Portanto, isto é, de facto uma matéria difícil, houve um outro caso parecido que foi no Clube Nacional de Natação e que com os moradores á volta, que se resolveu por via judicial ao fim de um período muito prolongado de tempo, vários anos, felizmente isso não foi necessário fazer aqui. -----

----- Em relação à questão que também foi referida da fiscalização do estacionamento eu só queria tranquilizar todos que a EMEL não se orienta nos critérios, digamos, nas áreas onde faz a sua atividade inspetiva, por critérios de rentabilização de incumprimentos, portanto, nas zonas onde normalmente.... Estou mesmo a terminar. Portanto, só queria deixar esse esclarecimento, que não fique essa ideia porque ela não tem e não tem adesão factual e, naturalmente, tomámos boa nota das preocupações que aqui foram transmitidas relativamente a essa matéria. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador.-----

----- Senhor presidente, não tenho mais inscrições.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito bem, vamos passar à votação da Recomendação 115/02, emanada da 3ª e 4ª Comissões Permanentes.” -----

----- **Recomendação 115/02 (3ª e 4ª CP),** não tem votos contra e nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, dos Senhores Deputado Municipais Independentes Paulo Muacho, Patricia Gonçalves, António Avelãs, Teresa Craveiro, Joana Alegre, Ana Gaspar, José Alberto Franco, Miguel Graça, Rui Costa, Rodrigo Mello Gonçalves e Raúl Santos. A **Recomendação 115/02 (3ª e 4ª CP) foi aprovada por unanimidade.** -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos passar à apreciação do ponto 4 da Ordem de Trabalhos, Petição nº 12/2019.”-----

----- **PETIÇÃO Nº 12/2019 - "STOP TORRE 60M PORTUGÁLIA", NOS TERMOS DA PETIÇÃO E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 85º DO REGIMENTO;** -----

----- Relatório da 3ª Comissão Permanente -----

----- **Recomendação 115/03 (3ª CP)** -----

----- (A Petição 12/2019 fica anexada a esta Ata como **Anexo VII** e dela faz parte integrante)-----



----- (O Relatório da 3ª Comissão Permanente fica anexada a esta Ata como **Anexo VIII** e dela faz parte integrante) -----

----- (A Recomendação 115/03 (3ª CP) fica anexada a esta Ata como **Anexo IX** e dela faz parte integrante) -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Pedia ao Senhor Primeiro Secretário António Avelãs que conduzisse os trabalhos.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Estão para intervir os peticionários, os cidadãos Miguel Pinto e Rita Cruz que terão 10 minutos. Informo que o cidadão Miguel Pinto vai projetar slides.” -----

----- Tem a palavra por favor. “ -----

----- **O Peticionário, Senhor Miguel Pinto**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde então Senhor Presidente, eu tinha pedido para fazer uma apresentação em PowerPoint, mas vou prescindir atendendo a que existe aqui uma alteração de contexto e a mais fácil, de facto, a falar diretamente para a Câmara. -----

----- Começo por cumprimentar o senhor Presidente, as Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Vereadores e, obviamente, os outros peticionários que estão hoje presentes nesta sessão, e o público em geral. -----

----- A decisão que foi hoje anunciada pela Câmara Municipal de Lisboa, pelo Vereador do Urbanismo em particular é bastante positiva, vem ao encontro daquilo que nós defendíamos e, portanto, saudamos essa posição, ou essa tomada de decisão. --

----- Esta decisão resulta, obviamente, de um bom trabalho conjunto, de uma vitória coletiva que envolve várias centenas de pessoas e eu falarei um pouco mais sobre isso, no fim. -----

----- Já no ano passado nós falamos sobre este processo da Torre da Portugália, nós enquanto grupo somos favoráveis a uma intervenção integrada no Quarteirão da Portugália, ela constitui uma ferida em Almirante Reis já há muitos anos, mas, em maio de 2019 fomos confrontados com um projeto que nos começou por chamar a atenção pela altura e pela volumetria, mas que depois à medida que fomos estudando o projeto e fomos cruzando com o quadro legal e regulamentar em vigor. Foram surgindo algumas dúvidas quer sobre o que o quadro, em particular sobre o regulamento que define a atribuição dos decretos de construção quer sobre a sua própria aplicação e, portanto, a nossa análise ultrapassou um pouco o projeto e acabou por se focar num instrumento de política pública, em particular no PDM e nesses regulamentos de tetos construção, e a discussão passou, obviamente, de um projeto apenas, embora estejamos aqui a falar disso e passou a ser um pouco mais do que isso e alargou-se para a cidade, e para a cidade porque uma decisão como aquela que eventualmente ter vindo a ser tomada constituiria um precedente. -----

----- Decidimos então fazer um conjunto de iniciativas, logo à partida para dinamizar uma petição que entregámos na Assembleia Municipal com cerca de 2300 assinaturas, era para nós importante envolver a Assembleia Municipal neste processo enquanto órgão autárquico, participámos também no processo de discussão pública que foi motivado pela Câmara de Lisboa. -----

----- Entregámos um relatório onde fazíamos toda a análise do que nos parecia ser o projeto, mas também da aplicação do PDM e do regulamento de construção. A análise focou-se sobretudo no projeto que estava em causa, mas acabou por fazer um pouco mais a análise também sobre o próprio regulamento. Nós entregamos uma cópia, está disponível no site da AML deste relatório na Assembleia Municipal. -----

----- Depois trabalhámos também na Assembleia Municipal na definição dessa audição pública, uma iniciativa que saudamos porque permitiu convidar e envolver no debate um conjunto de técnicos, permitiu uma discussão informada.-----

----- Passando então a nossa discussão além do projeto focou-se bastante no conjunto elementos do PDM e dos decretos de construção que eu iria focar numa primeira abordagem, mas decidi prescindir porque já falámos sobre ele várias vezes, e porque me parece haver aqui um alinhamento entre os objetivos da petição, a Assembleia Municipal e Câmara Municipal e de alguma forma podemos saltar essa parte. -----

----- Temos então um relatório da 3ª.Comissão Permanente de Urbanismo sobre a petição que tem um conjunto de doze recomendações... Começo por solicitar à Câmara uma melhor fundamentação do processo de tomada de decisão inicial, agora terá sido então alterado, algum respeito também, o maior respeito pelas linhas do PDM e da estratégia municipal de combate ou de mitigação das alterações climáticas, mas também o reforço dos mecanismos de participação e a revisão do regulamento de atribuição dos decretos de construção, portanto, eu diria que são estas as doze recomendações, podem ser agrupadas nestas quatro grandes linhas que nos permitem compreender um pouco melhor o processo e que vão também ao encontro daquilo que se pretendia, ou seja, o conjunto de recomendações que se dirige ao projeto, mas também a um conjunto, a um instrumento em particular de política pública que tem um impacto na cidade, tem um impacto sobre a forma como as mais-valias que cidade gera e que são distribuídas entre a população e outras entidades. -----

----- Portanto, o nosso apelo enquanto peticionários, é que nesta votação em Plenário esse conjunto de recomendações seja aprovado, ele já foi aprovado por unanimidade na 3ª. Comissão esse será ou é o nosso apelo-----

----- Em jeito de conclusão, já referi que parece haver um alinhamento quer entre os peticionários, a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal. É uma vitória coletiva, conjunto de cidadãos individuais, de associações, de dezenas de técnicos e profissionais que nos foram ajudando neste processo, arquitetos, arquitetos paisagistas, engenheiros, biólogos, etc., mas também é uma vitória coletiva onde estão envolvidos os agentes políticos e que fazem parte disto que nos parece ser a melhor solução para a cidade. -----

----- Eu acho que há aqui dois elementos muito relevantes a ter em conta, o primeiro é a importância dos mecanismos democráticos de participação, aqui foram basicamente

dois, o processo de discussão pública iniciado pela Câmara e um instrumento, uma petição, que permite esta discussão e esta transformação da realidade e, portanto, estes mecanismos democráticos de participação permitem envolver outros agentes, aqui no caso diretamente os cidadãos, e que permitem encontrar outras soluções, eventualmente, as melhores soluções para a cidade, para o território e a outra grande conclusão, é que me parece que não é possível hoje desenvolver projetos com impacto na cidade com esta dimensão, que são estruturantes, de se envolver a população em geral e as comunidades em que eles se inserem em particular devido ao impacto que eles podem ter. -----

----- Em relação aos próximos passos eu gostava de deixar aqui claro que nós continuamos a ser favoráveis a uma intervenção estruturada no Quarteirão da Portugália, o facto de haver um quarteirão inteiro numa zona consolidada da cidade que será intervencionada uma só vez constitui de facto uma mais-valia, podemos ter ali uma mais-valia para Arroios e para a cidade de Lisboa. -----

----- Obviamente a legitimidade para conduzir este processo é da Câmara Municipal, os cidadãos e nós enquanto cidadãos estamos disponíveis para participar nesse processo, eu deixo aqui uma nota, nós fomos, entretanto, contactados pelo Gabinete do Vereador de Urbanismo para uma reunião agora no início do mês de agosto, nós estamos disponíveis para contribuir com um conjunto de notas que possam ser relevantes para o processo e gostava de deixar aqui ainda duas notas que estavam já presentes no nosso relatório, há cerca de um ano, uma é sobre a importância do eixo da Rua da Palma e a Almirante Reis, Arroios, que temos a sensação enquanto residentes, enquanto pessoas trabalham na área, que sempre há algum descuido, portanto, nós podemos identificar um conjunto de espaços de situações que precisam de alguma intervenção.-----

----- Podemos começar pelo Jardim do Martim Moniz que deve também ser votada a petição ainda hoje na Assembleia Municipal, depois está a Colina de Santana, o Hospital do Desterro, a Igreja dos Anjos, Regueirão dos Anjos, a Praça das Novas Nações onde eventualmente haverá também uma intervenção em breve, o Jardim do Caracol da Penha que está em obras, o Quarteirão da Portugália, toda a zona envolvente à Praça do Chile, mas também um conjunto de intervenções que não são tão focadas em pontos geográficos específicos, mas são questões mais transversais como a falta de espaço público e que decorre, obviamente, do processo histórico construção daquela zona da cidade, mas também reduzida qualidade deste espaço público que é bastante degradado, o excesso de ruído, as dificuldades que existem ao nível da higiene urbana em algumas áreas, a falta de equipamentos culturais, havia no ano passado a questão das ciclovias, que entretanto está parcialmente resolvida, existe uma nova ciclovia na Almirante Reis que me parece, apenas uma posição pessoal, ser um sucesso e acredito que vá ser ainda um maior sucesso com o tempo, e há também vários problemas de índice social.-----

----- Só para rematar, o Vereador do urbanismo já se mostrou disponível para rever o regulamento municipal que permite a atribuição de decretos de construção, mas achamos que isso é relevante, esse regulamento faz algum sentido e, eventualmente,

não na atual configuração, mas existe ali um espaço de melhoria, obviamente e eu penso que se conseguirmos concluir este processo com todos estes impactos positivos, quer ao nível do Quarteirão da Portugália, quer ao nível de um futuro impacto noutras zonas da cidade que hoje em dia ainda não conseguimos ver, acho que foi um processo muito participado e que será uma mais-valia para toda a gente. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. Estou a dizer que já não há tempo para a intervenção de Rita Cruz. -----

----- Há um relatório da 3ª. Comissão e eu pergunto ao Senhor Deputado Relator Miguel Teixeira se o quer apresentar. O Deputado Miguel Teixeira, por favor.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Teixeira (PS)** no uso da palavra, enquanto relator, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Cumprimentar todos, o Senhor Presidente, excelentíssimos senhores membros da Mesa, excelentíssimos senhores membros do Executivo, Senhores Deputados.-----

----- Começo naturalmente por saudar todos os peticionários, mas também as senhoras e Senhores Deputados, que no âmbito da 3ª. Comissão que contribuíram para que o debate apresente o tema do Quarteirão da Portugália, que conheceu esta qualidade e profundidade. O exercício da cidadania ativa foi uma vez mais evidenciado com vários benefícios ara a cidade, como ainda há pouco aqui citou um dos peticionários, o senhor Miguel Pinto. -----

----- Muito obviamente que o debate dita muitas vezes contrárias, assim é o valor maior da democracia que cumpre preservar, o presente tema relativo ao projeto da Portugália, até pela sua localização, tipologia de execução e volumetria, teria sempre que motivar um debate alargado com uma base inicial assente num número de cidadãos que expressaram uma enorme insatisfação alegando o seu entusiasmo pela requalificação e reconhecendo as potencialidades associadas a uma intervenção integral, porém, manifestando a oposição a uma construção de dezasseis pisos que corresponde a uma volumetria na opinião destes muito superiores à existente no local, referindo que o mesmo descarateriza a identidade do bairro e a sua linguagem arquitetónica, interferindo negativamente no sistema de vistas tendo como perspetivas os miradouros da Penha de França, do Monte Agudo e do futuro Jardim do Caracol, questionando ainda a área de sombra que considerariam que viria a suceder-se sobre as habitações circundantes. -----

----- Relativamente ao projeto este visa a construção, ou visava a construção, de habitação e comércio, tratando-se de um terreno inserido numa área qualificada como espaço central e residencial urbano B e consolidado, onde se verificam preexistência como a fábrica e a Cervejaria Portugália e o terreno era a qualidade de baldio e a fábrica está em ruína, verificando-se registos de uma ocupação indevida e de vandalismo. -----

----- A proposta de intervenção assenta num conjunto de blocos autónomos separados para atravessamentos, a 3ª. Comissão procedeu a audições convidando várias

identidade e personalidades intervenientes no processo com o objetivo claro e inequívoco de reunir a melhor e maior informação tendo realizado de uma forma pública, numa evidente demonstração da abertura que se impõe entre o poder político e a sociedade. -----

----- Estou em crer que a cidade de Lisboa retira através dos vários desenvolvimentos que decorreram deste alargado debate o público, claros benefícios quer quanto à importância da cidadania e da sua livre manifestação, quer quanto aos procedimentos e recomendações que resultam do relatório da 3ª. Comissão e que passarei telegraficamente a apresentar, sabendo-se que algumas destas já foram atendidas, mas há outras que serão ainda assim e em respeito com o trabalho da 3ª. Comissão anunciadas e passaria, são doze as recomendações. -----

-----A primeira é que procurem responder quando questionado os municípios, de forma mais célere porque a informação deve ser disponibilizada com clareza e transparência, em situações futuras se reforçam os mecanismos de divulgação e participação junto da população. -----

-----No 1.3 que proceda a uma revisão do regulamento de atribuição de créditos de construção. -----

----- 1.4- uma realização de estudos aprofundados de hidrogeologia de forma a evitar impactos negativos relevantes e permanentes numa zona de grande fragilidade, com as consequências que as negativas no solo e na estabilidade das construções. -----

----- Apresente os estudos de avaliação dos impactos ambientais resultantes deste projeto, nomeadamente a nível do tráfego, estacionamento, ruído e níveis de poluição naquela zona procedendo ao seu envio à Assembleia Municipal de Lisboa.-----

----- Que se avalie a volumetria do projeto que continua dissonante em altura dos edifícios da Almirante Reis, neste caso se continuar com a informação de hoje isto passa a passar, bem como a obtenção de créditos ao abrigo Plano Diretor Municipal em vigor quanto à primordialidade do logradouro, regime de evento, temperaturas e riscos sísmicos.-----

----- O ponto 1.7- que o projeto deve respeitar o Plano Diretor Municipal e a estratégia municipal de adaptação às alterações climáticas, tem que ser contextualizado com a zona envolvente, protegendo também o sistema de vales que o Plano Diretor Municipal refere.-----

----- Ponto 1.8- tenha em conta as preocupações manifestadas pela população em relação ao excesso de volumetria deste projeto, aos seus impactos negativos, não aprovando o licenciamento deste projeto devido às características do mesmo.-----

----- 1.9- que envie á Assembleia Municipal o relatório de ponderação da discussão pública que foi realizada. -----

----- 1.10- que a proposta urbanística a ser apresentada seja previamente avaliada por execução de um modelo digital 3 D que traduza o impacto urbanístico sobre a mobilidade, sistema de vistas, morfologia urbana do Quarteirão da Portugália e a Avenida Almirante Reis.-----

----- 1.11- no que diz respeito às questões levantadas pelos peticionários que tanto a nível das cercaas do Quarteirão, como a nível do sistema de vistas a Câmara com base

no PDM de Lisboa proceda a um relatório justificativo da decisão tomada e que o mesmo seja distribuído pelos peticionários. -----

----- E um último ponto que aborda caso em não encontrem incompatibilidades no projeto face ao PDM de Lisboa se proceda a uma urgente do PDM sobre estes pontos de forma a não suscitar mais dúvidas do projeto do Quarteirão da Portugália bem como em projetos futuros. -----

----- Terminarei dizendo que estamos em crer que as recomendações aqui expressas são também elas em si uma explicação para que, de igual modo a Direção Municipal de Urbanismo tenha indeferido o pedido de licenciamento, como hoje tomámos conhecimento. -----

----- Contudo com as próprias declarações do Senhor Vereador Ricardo Veludo, que hoje deu ao jornal Público, também vem ao encontro quando este afirma que a discussão foi um aprendizado para o Município repensar a forma de discussão pública de futuros projetos. -----

----- Cremos e acreditamos que muitas dessas recomendações, aqui hoje trazidas também no âmbito desta reportagem que o jornal Público trouxe relativamente a este tema. -----

----- Estamos também em crer que iria cumprimentar todos os Senhores Deputados da 3ª Comissão pelo trabalho, pela dedicação que apresentaram, foi um trabalho árduo, e cumprimentar, naturalmente e muito o alargado grupo de peticionários que demonstram que a cidade de Lisboa está ativa porque pode contar não só os eleitos, mas também que o exercício público de cidadania. Tenho dito Senhor Presidente, muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Sobre esta matéria, a Recomendação 115/0 3, eu pergunto ao Senhor Presidente da 3ª. Comissão, o Deputado Miguel Gama se quer intervir? -----

----- O Deputado Miguel Gama diz que não há necessidade de intervir. Muito bem muito obrigado. -----

----- Então estão inscritos para este ponto os seguintes Deputados: Cláudia Madeira, Aline Beuvink, Margarida Penedo, João Miguel Santos, Fernando Correia, Miguel Teixeira, se quiser voltar a intervir, Tiago Ivo Cruz, Luís Newton, Miguel Graça, Paulo Muacho, José Inácio Faria e Rodrigo Mello Gonçalves, penso que não me esqueci de ninguém. -----

----- Tenho que agora a inscrição do Deputado Rui Costa, com todo o gosto. -----

----- Sendo assim, tem a palavra a Senhora Deputada do PEV, Cláudia Madeira e prepara Aline Beuvink.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Secretário, desculpe, eu tinha feito um pedido para substituírem a minha intervenção pelo Deputado Francisco Domingues.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Pronto, tomo nota. -----

----- A Senhora Deputada Cláudia Madeira, faça o favor, tem 4 minutos e meio, por favor.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, boa tarde a todos. -----

----- Começamos por saudar, em nome de Os Verdes, os signatários desta petição que, em boa hora, fizeram uso da sua cidadania em defesa da cidade, alertando para o atentado que seria construir a torre da Portugália e solicitando a suspensão do projecto. -----

----- Importa salientar, desde já, que Os Verdes entendem que é necessário requalificar o quarteirão da Portugália, mas não a qualquer custo. -----

----- O que estava inicialmente em causa era uma torre de 16 pisos, com mais de 60 metros de altura acima do solo, o triplo da altura dos prédios circundantes e com uma volumetria muito superior à que ali existe, o que iria descaracterizar a identidade daquela zona e interferir no sistema de vistas dos miradouros da Penha de França, do Monte Agudo e do Jardim do Caracol. Ou seja, este projecto teria impactos muito negativos na qualidade de vida da cidade. -----

----- Após muita contestação, o promotor decidiu que a torre teria 49 metros, além de incluir outras alterações no projecto, o que nos leva a questionar por que razão não foram logo equacionadas. Parece que se estava a atirar o barro à parede. -----

----- Outra questão apresentada pelos peticionários foi a forma como o debate público foi feito inicialmente, esperando-se mais da CML neste processo pois não estávamos perante um mero formalismo. -----

----- Por outro lado, esta polémica trouxe de novo à discussão os créditos de construção, que Os Verdes sempre consideraram uma moeda de troca para os promotores, que se comprometem a criar contrapartidas que, por princípio, já deviam fazer parte dos projectos originais, mas que são incluídas porque o município concede o direito de construir mais área. Neste caso concreto, falamos de mais 6 mil metros quadrados, mas inicialmente estavam previstos mais de 11 mil metros quadrados. -----

----- Foi precisamente por essa razão que apresentámos uma recomendação com vista à revogação dos créditos de construção, mas este ponto em concreto infelizmente foi rejeitado. -----

----- Mas, mesmo com algumas alterações, a questão de fundo deste projecto mantinha-se. Uma torre com 49 metros continuava a ser excessiva para a zona em questão e continuaria a ser o maior edifício dessa avenida em termos de volumetria, solução que está longe de ser consensual. -----

----- Este projecto ia descaracterizar o contexto envolvente, interferir de forma grave no sistema de vistas e abria o precedente para, naquela avenida, começarem a eclodir torres. Mas os problemas não ficavam por aqui, pois havia ainda a baixa permeabilidade dos solos devido à sua natureza e à construção de caves, que podia

contribuir para um aumento do risco de inundação e da própria instabilidade dos edifícios, em situações de ocorrência de sismos.-----

----- Nesse sentido, congratulamo-nos com a decisão da CML de travar o projecto e com o facto de poder haver casas a rendas acessíveis. Este caso é um exemplo de que é possível aprender com os erros e repensar e refazer os projectos que não são bons para a cidade.-----

----- Qualquer projeto deve respeitar a cidade, o bairro e as pessoas. A Câmara não se pode limitar a aceitar tudo o que é proposto pelos promotores privados, porque cabe-lhe defender os interesses da cidade e viabilizar, ou não, este e outros projectos e a posição que foi, entretanto, conhecida é positiva e vai ao encontro do que é reivindicado na petição.-----

----- Os Verdes acreditam que é possível fixar residentes, requalificar o quarteirão e a própria avenida, e devolvê-los à população através de um projecto participado, que reúna mais consensos.-----

----- Sobre as recomendações, de uma forma geral estamos de acordo, e vêm confirmar que afinal havia ainda muito por analisar, nomeadamente a nível de estudos e na procura de soluções que permitam minimizar os impactos negativos e é importante que futuros projectos tenham estes aspectos em conta.-----

----- Em relação ao ponto 3 das recomendações, solicitamos que seja votado de forma autónoma, pois Os Verdes defendem o fim dos créditos de construção e não apenas a sua revisão, e por isso não o poderemos viabilizar, contrariamente aos restantes pontos.-----

----- Terminamos reforçando a saudação aos peticionários e valorizando este exercício de cidadania ativa que permitiu dar voz aos cidadãos e procurar alternativas sem baixar os braços e que resultou numa vitória coletiva. Obrigada.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada.-----

----- Tem a palavra a Senhor Deputada do PPM Aline Beuvink e prepara Margarida Penedo.-----

----- Aline Beuvink tem 4 minutos e meio, por favor.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Aline Beuvink (PPM)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigada pela palavra Senhor Secretário. Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, minhas senhoras e meus senhores, caríssimos Senhores Peticionários a quem saúdo particularmente pelo seu exercício de cidadania e dou os parabéns porque conseguiram fazer realmente um “stop” à Torre da Portugália.-----

----- Deu entrada a 5 de junho do ano passado esta petição subscrita por 318 cidadãos a que se acrescentaram mais 2.489 subscrições, estávamos perante um projeto imobiliário no quarteirão da cervejaria Portugália na Avenida Almirante Reis, um que segundo a petição permite a construção de uma torre de 16 pisos, com um total de 60



metros acima do solo, ou seja, a ser construída teria apenas o triplo da altura dos prédios circundantes. -----

----- Este quarteirão está situado numa zona das mais nobres da cidade classificado como espaço central e residencial, traçado urbano B consolidado.-----

----- Ora o terreno em causa está repleto de memórias industriais, contendo as pré-existências da fábrica e da cervejaria Portugália, parte das quais se encontram em estado de ruína.-----

----- Na audição realizada de 8/6/2019 na Assembleia, ficamos a saber que alguns aspetos relevantes no decorrer deste processo, o arquiteto José Mateus na qualidade de representante dos projetistas falou da revisão do projeto, tendo em conta o processo de consulta pública como uma ferramenta fundamental para as alterações do mesmo, com destaque para a redução de 2000 metros quadrados e para a redução também da cércea do edifício mais alto, passando este a ter menos de 10 metros e 85 de altura, mesmo com esta modificação, continuaria a ser um atentado arquitetónico, mais um dos muitos temos visto a aparecer ao longo dos últimos anos de trabalho do executivo do Partido Socialista, mas ficamos hoje a saber, vejam bem a coincidência, que, afinal, a Câmara não quer uma torre nesta zona, diz-se que o Senhor Vereador do Urbanismo, Ricardo Veludo, através da comunicação social, e cito, “a conclusão a que chegamos é que não pode haver Torre neste quarteirão”. -----

----- Muito bem Senhor Vereador e queria deixar aqui expresso o meu agradecimento e a minha consideração pelo trabalho que o Senhor Vereador tem desenvolvido bem como a nova Diretora Rosália Russo neste caso em particular, é uma lufada de ar fresco na Câmara esta atitude do Senhor Vereador, muda o vereador responsável pelo Urbanismo e a Câmara Municipal de Lisboa passa logo a ter outra opinião sobre este atentado à Cidade e à Almirante Reis, parabéns.-----

----- No entanto, aguardaremos para ver sublinhando que qualquer novo projeto deve preservar a memória histórica desta zona, com um planeamento devidamente enquadrado e que esse sim possa ser efetivamente um projeto inovador para a cidade de Lisboa, seja qual for o resultado final, ele deverá conter um restauro metuculoso do que resta da antiga fábrica da Portugália através de uma arqueologia cuidadosa, aspetos nunca mencionados na apresentação, mantendo o máximo de elementos possíveis deste edifício industrial que no projeto anterior não era considerado. -----

----- Este é para nós um ponto fundamental para o desenvolvimento de uma cidade, não podemos nem devemos apagar o passado, devemos sim cuidar, enquadrar os elementos da cidade. Isto é um bairro residencial e com uma vivência de bairro, não um espaço virgem de construção em altura para a especulação imobiliária, há limites, respeitemos a cidade e os seus moradores e principalmente a vontade daqueles que ali moram, eles estão contra, os munícipes têm o direito de dizer da sua justiça sobre os destinos do espaço onde vivem. -----

----- Assim o Grupo Municipal do PPM revê-se nas preocupações dos peticionários, estamos perante um grupo de cidadãos que estudou exaustivamente toda a proposta e que nesta casa apresentou ponto por ponto todos os aspetos negativos da mesma, salientamos o facto de finalmente a Câmara vir assumir que o projeto que contraria e

viola o PDM de Lisboa, tal como os peticionários bem demonstraram, nomeadamente os artigos 46 de 17, 60 e 88, o projeto apresentado pelo seu volume não se enquadrava, mas sim fraturava a malha urbana da cidade descaracterizando-a por completo. -----

----- Aguardamos então com grande expectativa um novo projeto! Disse.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada. -----

----- Tem a palavra a Senhora Deputada do CDS Margarida Penedo e prepara Miguel Santos. -----

----- Margarida Penedo, tem 4 minutos e meio, faça favor.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Penedo (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Secretário. Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, sobretudo o Senhor Vereador do Urbanismo, Engenheiro Ricardo Veludo, Senhores Deputados. -----

----- O CDS não têm e um quero começar por esclarecer isto, não tem nada contra a construção em altura, isso não é por si um problema, antes pelo contrário, muitas vezes até pode ser a maneira mais adequada de distribuir uma determinada quantidade de metros quadrados até de maneira a deixar mais solo livre e mais área de espaço público, portanto, o problema não está na altura, está sim na volumetria, a volumetria não é só altura, a volumetria tem a ver com a quantidade de metros quadrados que se constroem, podem ser muitos e serem muito baixinhos, podem ser poucos a serem todos em altura, o nosso problema não está aí. -----

----- Naquele caso da chamada Torre da Portugália o problema estava no excesso de volumetria, também não queremos pôr a tónica nem discutir se é bonito ou se é feito, porque pensamos que esse não é um critério, porque por ser discutível e educável não tem a objetividade suficiente para poder ficar entregue aos arbítrios da administração e da burocracia, ainda que possa de vez em quando ecoar o arbítrio do poder político que esse é escrutinável. -----

----- De toda a maneira ali assim o que se passava é que o edifício, ou o conjunto de edifícios que se pretendiam, que se planeavam construir, iam introduzir um peso desproporcional naquele pedaço de tecido urbano, iam prejudicar por ensombramentos e por vistas e até alterar com toda a probabilidade as classificações energéticas dos edifícios circundantes, iam prejudicar a mobilidade ali à volta porque as vias de transporte, as vias rodoviárias não têm ali naquela zona a capacidade de servir uma área tão grande de construção, de maneira que na nossa perspetiva do erro não era arquitetónica, que era um erro sobretudo urbanístico e neste aspeto temos duas coisas a salientar, uma delas é que o CDS sempre foi contra o modelo dos créditos à construção, precisamente porque é um modelo que pode causar grandes amolgadelas no planeamento e grandes distorções no urbanismo da cidade, e a outra coisa que nós queremos salientar, e tenho muito gosto em dizê-lo perante o Senhor Vereador Ricardo Veludo, é que o Senhor Vereador teve neste caso concreto um gesto político a

travar o processo, que mostra competência, mostra conhecimento urbanístico e mostra acima de tudo uma grande coragem política, que nós que gostamos de sublinhar e de saudar. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada. -----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado do PAN, Miguel Santos, e prepara Fernando Correia. -----

----- Miguel Santos, 4 minutos e meio, faça favor.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Secretário. -----

----- Este processo é um processo que nos traz surpresas quase todos os dias, muitas delas negativas, mas algumas positivas como esta, esta notícia que tivemos o prazer de ler esta manhã, eu, aliás, diria que o Senhor Vereador, é o detentor de um novo recorde, que eu tenha memória nunca nesta Assembleia, numa discussão de 3 petições do pelouro do Urbanismo, o Senhor Vereador do pelouro não sai daqui com as orelhas bem quentes. -----

----- Portanto, o Senhor Vereador está a inaugurar uma nova era nessa matéria, efetivamente esta questão de altura é uma questão, e na continuação daquilo que disse a Senhora Deputada do CDS, é uma questão que tem que ser ponderada de uma reforma profunda, pelas próprias associações o Ordem dos Arquitetos, etc., porque eu não eu não me vou opor que apareçam, sei lá, 1000 fogos para PRA, é altura. -----

----- Apareçam eles numa zona em que na cidade isso faça sentido, o que não era manifestamente o caso da Almirante Reis, e nós estamos a precisar de habitação, portanto, se isso for a solução para o PRA ótimo, mas que apareça no numa zona da cidade onde faça sentido, portanto, os subscritores da petição vieram há mais de um ano manifestar a sua discordância relativamente ao projeto daquele empreendimento, pois, apresentava uma altura excessiva em pelo menos um dos edifícios propostos, que com mais de 60 metros e 16 pisos acima do solo, criaria uma importante disrupção no tecido urbano. -----

----- No exercício forte de cidadania e de defesa de assinar fundamentaram de forma exaustiva e clara as suas preocupações. No entanto, continuamos a aguardar a conclusão do relatório de ponderação de discussão pública, pelo que ainda não se conhece a apreciação final do projeto, mas já se conhece a decisão, o que neste momento já é insuficiente. -----

----- Gostava de deixar aqui alguns pontos que foram questionados e que achamos que são da maior importância, que a Câmara procure responder quando questionada pelos municípios de modo mais célere, tendo em conta que a informação deve ser disponibilizada com clareza e transparência, que reforce os mecanismos de divulgação e participação junto da população diretamente e indiretamente afetadas, que reveja o regulamento de atribuição de créditos de construção, que apresenta os estudos de avaliação dos impactos ambientais resultantes dos projetos, entre eles o tráfego,

estacionamento, ruído e níveis de poluição nas diversas zonas, que avalie a volumetria dos projetos sempre que surgirem dúvidas, como foi no caso dos edifícios da Almirante Reis. -----

----- Que os projetos respeitem sempre o PDM e o EMAC, note-se que a Comissão alerta para a necessidade de o projeto cumprir o PDM, creio que agora será mesmo respeitado, que procedam ao relatório justificativo das decisões tomadas no âmbito do projeto, quer no que concerne às cêrceas quer no que concerne aos sistemas de vistas e ao cumprimento do PDM, e com isto termino.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado do PCP, Fernando Correia e prepara Tiago Ivo Cruz. -----

----- Fernandes Correia é o primeiro, faça o favor.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fernando Correia (PCP-Independente)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde Senhor Secretário, boa tarde Senhoras e Senhores Deputadas. -----

----- Gostaríamos de saudar os Senhores Peticionários por terem trazido este problema à Assembleia Municipal de Lisboa, fazendo valer os seus direitos de participação e discussão nos assuntos da Cidade, e pelos vistos com resultados que até agora são bastante satisfatórios para todos nós. -----

----- Convictos das razões que levaram à vossa petição, a 18 de junho de 2019, esta assembleia aprovou a Recomendação 74/10, apresentada pelo PCP, instando a Câmara a informar esta Assembleia do resultado da consulta pública e a divulgação pública do conteúdo dessa mesma consulta e das sessões realizadas. Recomendava-se ainda que a Câmara Municipal não aprovasse o licenciamento do projeto, devido às características do mesmo. -----

----- Em causa estava e está a construção de uma torre com 60 metros de altura, (entretanto reduzida para 49) comportando 16 pisos acima do solo e cinco pisos subterrâneos, com uma volumetria dissonante em altura dos edifícios da Av. Almirante Reis, onde as cêrceas do edificado não vão acima dos 25 metros e abre precedentes, para uma ideia de Avenida que não consta em nenhum plano, e que por isso carece de discussão e de validação pública. -----

----- Este projeto da Portugália Plaza, que tem um parecer positivo do Departamento de Urbanismo, não é apenas problemático do ponto de vista da construção em altura, como apresenta paradoxos em relação à obtenção de créditos ao abrigo do PDM em vigor, obtidos com construção bioclimática, mas sem ter em consideração questões ambientais, nomeadamente relativas à natureza dos solos, à impermeabilidade do logradouro, às alterações de regimes de vento e das temperaturas causadas pela altura dos prédios, provocando ilhas de calor, ou os riscos sísmicos. Aos fortes impactos visuais, pondo em causa as vistas e ensombramento dos prédios vizinhos. -----

----- Para nós PCP, não está em causa a reabilitação do quarteirão da Portugália, que é urgente que se encontre uma solução adequada, como já foi aqui dito por tanta gente, para que se ultrapasse aquela ruína que ali está.-----

----- Está em causa um projeto que tem uma expressiva demonstração de rejeição da população e que só foi possível graças ao expediente urbanístico dos créditos de construção, que permitem aos promotores imobiliários exceder os índices de construção, contemplado na revisão do PDM de 2012, e de que o PCP foi a única força política que votou contra a sua aprovação.-----

----- O projeto, que soubemos hoje pela comunicação social terá sido rejeitado pela Câmara Municipal, portanto acho que a Câmara Municipal e o Senhor Vereador Ricardo Veludo cumpriram aqui o seu papel em defesa da cidade e dos seus munícipes, e esperamos que haja bom senso e seja revisto em nome do interesse público. Da nossa parte tudo faremos para que assim seja e os senhores peticionários podem continuar a contar com o PCP nesta luta que é mais que justa.-----

----- Concordamos com as recomendações do relatório da 3ª Comissão Permanente, que votaremos favoravelmente. Tenho dito.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.-----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado do Bloco de Esquerda, Tiago Ivo Cruz e prepara Francisco Domingos.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Tiago Ivo Cruz (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente.-----

----- Esta petição foi particularmente importante, a Almirante Reis teve duas vitórias neste mês, a ciclovia e o cancelamento desta Torre.-----

----- A petição permitiu desde logo que se fizessem audições às partes interessadas na audição pública na Assembleia Municipal e isso ajudou, trouxe alguma democraticidade na discussão de um processo que se revelou um erro para a cidade. --

----- Desde o início que o Bloco levantou questões à Câmara Municipal, fez a sua análise e teceu as suas críticas e grande parte das críticas e dúvidas que foram sendo levantadas foram sendo completamente desprezadas pelo Senhor Vereador da época, bem como de quem estava encarregue pelo projeto.-----

----- Só o processo de petição veio trazer o debate para a rua e para os bairros afetados, é que veio trazer a importância do debate político na cidade a que o tema obrigava, refira-se que durante todo o debate que ocorreu em torno deste tema apenas duas entidades defenderam o projeto, quem o desenhou e o Arquiteto Manuel Salgado.-----

----- A verdade é que o próprio projeto sofreu alterações nos metros de altura, mas isso não resolve o problema de fundo, a cidade não pode ser esventrada por projetos de especulação imobiliária, muito menos em momento de crise, como o de atravessamos.-----

----- As respostas habitação e quaisquer projetos que surjam devem ter em conta uma visão para a cidade diferente, uma cidade que não vende o seu espaço e que pensa melhor a sua funcionalidade.-----

----- Acompanhamos as recomendações da 3ª. Comissão sendo que deixamos uma ressalva, é que neste caso é mais um que demonstra bem que os créditos de construção servem apenas como moeda de troca para promotores imobiliários fazerem o que bem entenderem, desde que paguem, e isso não pode ser aceite nem para este projeto e nem para qualquer outro que venha a surgir. Disse.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.-----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado do PSD Francisco Domingos e prepara Miguel Graça.-----

----- Francisco Domingos, 4 minutos e meio por favor.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Francisco Domingos (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Senhor Secretário. Boa tarde a todos.-----

----- Relativamente à Petição n.º 12/2019 com o título “*STOP Torre 60m Portugal*”, o Partido Social Democrata não poderá começar sem primeiro saudar os peticionários da mesma, não só pelo acto de cidadania demonstrado, mas também por acharmos que a referida petição foi muito importante para o debate que depois da sua apresentação se realizou sobre o tema e, também, para as recentes notícias conhecidas sobre o futuro do referido empreendimento.-----

----- Por outro lado, não podemos deixar de evidenciar, tal como já o tinha-mos feito aquando da audição pública realizada nesta Assembleia, que a zona da cidade onde se pretendia a construção da torre, trata-se de uma zona na qual a implementação do referido projecto iria provocar uma alteração, tão descaracterizadora que, necessariamente, a desvirtualizaria de forma irreversível.-----

----- Tendo presente a altura pretendida para a torre, a mesma, vindo a ser edificada, iria alterar de forma drástica toda a zona circundante, bem como, e não menos importante, o sistema de vistas de parte da cidade, como por exemplo, a partir dos miradouros da Penha de França e do Monte Agudo (bem como do futuro miradouro do jardim do Caracol da Penha), locais privilegiados da nossa cidade.-----

----- Por outro lado, o conjunto de edificações constituintes do projecto, iria ser um ponto óbvio de sombra sobre os arruamentos e edifícios adjacentes.-----

----- A requalificação do edificado da nossa cidade é sempre positiva, mas, no entanto, é entendimento do PSD que o aproveitamento do referido quarteirão não deveria nunca ter a volumetria proposta, não só pelas já referidas questões da luz e das vistas, mas também pelo enquadramento de todo o empreendimento.-----

----- Este projecto se fosse implementado, iria ter um impacto fortemente negativo na qualidade de vida que a cidade oferece a todos os cidadãos que habitam e trabalham naquela zona da cidade, bem como a todos aqueles que nos visitam.-----

----- Ultrapassar a altura actualmente existente na Avenida Almirante Reis, com este tipo de empreendimento, é do ponto de vista urbanístico descontinuador e poderia ser um claro precedente para futuros empreendimentos privados, que iriam colocar em causa o ambiente e a qualidade de vida dos cidadãos.-----

----- Felizmente, foi agora anunciado que o Senhor Vereador do Urbanismo fez imperar o bom senso, o que saudamos, ao ter chegado à conclusão de que, naquela zona, não poderá ser construída uma torre com aquela volumetria, sendo o referido projecto uma clara aprendizagem para a Câmara Municipal de Lisboa sobre a forma de discussão pública de futuros projectos, tendo em conta a primeira abordagem que a autarquia fez sobre a referida torre. -----

----- Esperamos, e acreditamos, que esta nova abordagem a este empreendimento por parte da CML, seja, como acreditamos, o início de um novo paradigma para as questões urbanísticas futuras, e para as que ainda se encontram pendentes na nossa cidade. -----

----- Esta petição também demonstrou a parca informação que os cidadãos (e a própria Assembleia Municipal) tinham sobre o empreendimento, o que é sempre de lamentar, evidenciando, ainda, a questão dos créditos de construção que estavam em causa, e que sempre questionamos por não serem os correctos, bem como de que se estaria com aquele empreendimento a violar o PDM, como agora a CML veio a admitir. -----

----- Por fim, o PSD não poderá deixar de referir que a prioridade não passa, nem nunca deverá passar, por construções em altura, descontextualizadas da zona envolvente, mas sim por requalificar aquela zona da cidade, tornando-a incrementadora da qualidade de vida das pessoas, que serão sempre a nossa causa maior. -----

----- Sobre as recomendações formuladas, contantes do Relatório pertinente à Petição n.º 12/2019, o PSD acompanha-as, votando-as favoravelmente. Disse.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado Miguel Graça que dispõe de acumulação de tempo dos Cidadãos por Lisboa, portanto, são de 4 minutos e meio, e prepara o Senhor Deputado Paulo Mucho.-----

----- Miguel Graça por favor.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimos Senhores Vereadores, caros colegas Deputados, caros peticionários. --

----- Apreciamos hoje o parecer sobre a petição 12 de 2019, “Stop Torre 60 metros Portugália”, apresentada por um grupo de cidadãos que saudamos e que demonstraram através desta petição a sua insatisfação relativamente ao projeto anunciado ou denominado quarteirão da cervejaria Portugália na Avenida Almirante Reis, de uma torre de 16 pisos, com mais de 60 metros de altura muito superior à existente nesta parte da cidade. -----

----- Estes entendem que descarateriza a identidade arquitetónica do bairro e constitui uma interferência no sistema de vistas existentes, e que cria uma área de sombra significativa sobre as ruas circundantes.-----

----- Os signatários da petição solicitam que a Assembleia Municipal intervenha junto da Câmara para que não seja construída qualquer torre sem o devido respeito pela identidade arquitetónica do espaço urbano em que se encontra.-----

----- Atendendo à relevância do assunto considerou a 3ª. Comissão Permanente, aliás, na sequência da apresentação de uma proposta dos Deputados Municipais Independentes Cidadãos por Lisboa ser vantajoso proceder à audição pública das várias entidades intervenientes no processo, que decorreu no dia 18/7/2019, no Fórum Lisboa.-----

----- A audição pública cujas conclusões são conhecidas de todos e todas, e que não iremos aqui, naturalmente. Os Deputados Municipais Independentes Cidadãos por Lisboa gostariam assim de declarar a sua concordância com as recomendações da 3ª. Comissão Permanente, a saber as várias considerações, medidas de avaliação e pedidos de informação sobre o projeto, incluindo a recomendação de qualquer proposta urbanística a ser apresentada e previamente avaliada pela execução do modelo digital 3 D que traduz o impacto urbanístico sobre a mobilidade de sistema de vistas, morfologia urbana do quarteirão da Portugália e Avenida Almirante, culminando estas recomendações, isto é o mais importante, com pedidos de que a Câmara não aprovasse o licenciamento deste projeto devido às características do mesmo, mas de manhã soubemos pelo jornal Público que a Câmara de Lisboa pretende travar o projeto da Torre da Portugália declarando o Vereador do Urbanismo, Ricardo Veludo que naquele quarteirão não pode haver uma torre, informando mesmo jornal que os serviços de Urbanismo da Câmara de Lisboa analisaram o projeto e que decidiram indeferi-lo.-----

----- Diz ainda o jornal Público que depois da análise do relatório de ponderação da discussão pública o entendimento dos serviços de urbanismo vai no sentido de que não estão reunidas as condições estabelecidas no PDM para podermos assumir a excecionalidade da proposta, no despacho de 21 de julho que indefere o pedido de licenciamento.-----

----- Declara ainda o Vereador Ricardo Veludo no jornal Público que a Câmara propõe que uma parte dos imóveis construídos sejam transmitidos em propriedade plena ao município para serem integrados no programa de renda acessível, assim como que a norma que regula a atribuição dos créditos já não é adequada, uma vez que as normas técnicas de estabilidade para a construção já ultrapassaram, sendo que a Câmara Municipal irá avançar com a sua revisão.-----

----- Assim sendo os Deputados Municipais Independentes dos Cidadãos por Lisboa gostariam de referir que saudamos, naturalmente, a decisão da Câmara Municipal de Lisboa, do vereador Ricardo Veludo e dos Serviços de Urbanismo a indeferir o projeto de licenciamento do quarteirão da Portugália, aliás, de acordo com as recomendações da 3ª. Comissão Permanente, mas fazemos uma sugestão para que da próxima vez o Senhor Vereador Ricardo Veludo informe primeiro esta Assembleia,



em vez relativamente ao andamento dos processos em curso, em vez do jornal Público, pois era obrigação da Câmara enviar com a devida antecedência a informação necessária e suficiente para que o debate de hoje fosse útil para a cidade e para as várias partes interessadas, ou seja, não recebemos ainda o relatório de ponderação da discussão pública, mas sabemos pelo jornal Público que este já existe, não recebemos informação sobre o indeferimento do projeto de licenciamento, mas sabemos pelo jornal Público também que o despacho existe desde 21 de julho, pedimos assim o envio desses documentos da parte da Câmara assim que possível, pois não achamos justo nem adequado que a Assembleia Municipal de Lisboa, que tanto colaborou neste processo e que até organizou uma audição pública sobre o quarteirão da Portugália seja a última a saber. Disse.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado Independente Paulo Muacho, prepara José Inácio Faria.-----

----- Paulo Muacho possui um minuto e meio pela cedência de tempo também da Deputada Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho a palavra é sua.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Muacho (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, envio também um cumprimento aos senhores peticionários. -----

----- Nós analisamos hoje relatório desta petição “stop Torre 60 metros Portugália” que pretendia travar este projeto urbanístico, curiosamente ou não, como também já foi aqui várias vezes referido, foi hoje divulgado nas notícias no jornal Público que a Câmara Municipal vai travar o licenciamento deste projeto e que, portanto, esta Torre não verá a luz do dia, sendo que a esta Assembleia se preparava precisamente para recomendar à Câmara Municipal que fizesse exatamente isso. -----

----- Paninhos à parte, esta é uma decisão que saudamos e com a qual nos congratulamos, desde o início que subscrevemos as preocupações dos senhores peticionários relativamente à construção desta Torre, sendo que o impacto negativo deste projeto tanto a nível urbanístico como ambiental era claro desde a primeira hora e, portanto, deixamos aqui também uma nota relativamente à mobilização cidadã, à mobilização destes peticionários, sem a qual não teria sido possível travar este projeto e fica, no nosso entender, mais uma vez demonstrado que a participação dos cidadãos na política da cidade é uma mais-valia para a democracia e também para o papel desta Assembleia Municipal.-----

----- Esperamos agora que efetivamente que se possa avançar com um projeto para aquele local que possa beneficiar a cidade, que possa beneficiar o bairro e que possa melhorar a qualidade de vida das pessoas que ali vivem, que não era aquilo que acontecia com o projeto da Torre da Portugália. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----  
----- Tem a palavra o Senhor Deputado José Inácio Faria e prepara Rodrigo Mello Gonçalves. -----  
----- José Inácio Faria, do MPT, tem 4 minutos e meio, faz favor.”-----  
----- **O Senhor Deputado Municipal José Inácio de Faria (MPT)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
----- “Muito obrigado Senhor Secretário, uma vez mais saudar todos os presentes e em primeiro lugar saudar os peticionários não só pela submissão desta petição para travar uma monstruosidade projetada para o quarteirão da Portugália, mas também pela vitória que conseguiram alcançar com a decisão da Câmara Municipal em travar este projeto de descaracterização daquela zona e é claramente contra o PDM. -----  
----- Penso que já tudo foi dito sobre esta petição e sobre o chumbo do projeto que referi, bem como voltar atrás na decisão camarária inicial, penso que o bom senso imperou mesmo que para tanto tivessem que intervir os cidadãos preocupados, como foi o caso dos peticionários. -----  
----- Pouco mais haverá a acrescentar exceto, para além daquilo que já foi aqui também referenciado pelos colegas e pelos peticionários, exceto que o MPT irá estar atento aos projetos que futuramente ali vierem a ser apresentados que não se enquadrem urbanística e arquitetonicamente naquela zona e que não obedeçam aos critérios mínimos ambientais para uma cidade como Lisboa. -----  
----- O MPT não quer nem mil nem num só prédio em altura que viole as normas legais, ambientais, arquitetónicas, urbanísticas existente e muito menos que vá contra a vontade da população, especialmente dos habitantes da zona em causa. -----  
----- Terminando congratulando uma vez mais os senhores peticionários e a Câmara, por terem tido o bom senso de não aprovar o projeto para a Torre dos 60 metros projetada para ali e designada por Portugália Plaza. -----  
----- O MPT irá acompanhar favoravelmente as recomendações da 3ª. Comissão Permanente. Muito obrigado.”-----  
----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----  
----- Tem a palavra o Senhor Deputado Independente Rodrigo Mello Gonçalves e prepara Rui Costa. -----  
----- Rodrigo Mello Gonçalves tem 1 minuto e meio por cedência de tempo do Deputado Raul Santos.”-----  
----- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----  
----- "Obrigado Senhor Secretário, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados e Senhores Peticionários.-----  
----- Uma primeira nota para saudar os peticionários pelo ato de cidadania, por terem chamado a atenção para este projeto e pela clareza e profundidade com que contestaram vários aspetos do mesmo, quer na audição nesta Assembleia, quer nos vários debates a que tive oportunidade de assistir.-----

----- Uma segunda nota para saudar a 3ª. Comissão pelo relatório e recomendações que apresenta e que votarei favoravelmente, terceira e última nota para saudar o Vereador Ricardo Veludo pela decisão anunciada hoje e com a qual me congratulo, note-se que é já a segunda vez que o vereador Ricardo Veludo trava projetos polémicos, pouco claros e de legalidade duvidosa, para não dizer mais, que tenham sido validados pelo seu antecessor. -----

----- Eu que muitas batalhas travei com o Vereador Manuel Salgado nesta Assembleia não podia hoje deixar de elogiar esta nova postura do pelouro do Urbanismo nas pessoas do Vereador Ricardo Veludo e da Diretora Municipal Rosália Russo saudando esta nova era no urbanismo em Lisboa, mais dialogante e transparente que põe fim a uma época negra e de má memória. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado Rui Costa, com 45 segundos.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado tentarei cumprir com o tempo. Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vereador Ricardo Veludo, Senhores peticionários, os meus parabéns e muito obrigado pelo debate que despoletaram na cidade, nesta matéria concreta, mas que nos chama a atenção para a necessidade de as decisões urbanísticas serem mais participadas.-----

----- Senhor Vereador Ricardo Veludo, os meus parabéns, mas ainda assim, mas ainda assim, o grosso do trabalho está por fazer e temos, de facto, de rever quanto antes o critério dos créditos urbanísticos, conforme já aqui foi proposto na Assembleia Municipal e chumbado recentemente por iniciativa do PEV e temos também de ter em conta aquilo que são os direitos adquiridos urbanísticos, que alguns deles já caducaram e continuam a enxamear os nossos mapas e a nossa liberdade de planeamento da cidade na recomendação aprovada em 2018. Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- O Senhor Deputado Miguel Teixeira pediu para a palavra, ele tem direito ao tempo, eu perguntei se pretendia intervir, não respondeu, mas agora inscreveu-se, portanto, tem a palavra o Senhor Deputado Miguel Teixeira.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Teixeira (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Secretário, pensei que estaria inscrito na matéria visto que na primeira intervenção fi-lo na qualidade de relator, portanto queria exercer a minha oportunidade na qualidade de deputado. -----

----- Senhores Deputados eu tenho que dizer isto, fiquei muito contente com tudo o que ouvi e estamos todos aqui a cantar vitória, uns a cantar mais vitória do que outros, e perdoem que leve a conversa para aqui, a verdade é que a análise aqui relativamente

a este processo e a este projeto não a análise política, é uma análise relembro a todos, técnica que foi desenvolvida e a seguir foi analisada pelos mesmos técnicos do Urbanismo na cidade de Lisboa que ao dia de hoje são os mesmos que o eram há um ano atrás e os mesmos que o eram há dois anos atrás e, por aí sucessivamente, com como é natural, mas eu fico contente e palavra de honra que me associo por completo às felicitações que são dados o Senhor Vereador Ricardo Veludo, um grande vereador desta cidade de Lisboa e o grande vereador que honra o Partido Socialista, que é o Governo da cidade de Lisboa e, portanto, ainda bem que numa matéria tão importante como esta todos os partidos políticos com assento nesta Assembleia Municipal traçaram rasgados elogios àquele que é a atividade e àquelas que têm sido as decisões assumidas em matéria de urbanismo e assumidas por alguém que faz parte do Governo Socialista na cidade de Lisboa, e o PS toma registo disso, bem sabemos, bem sabemos e o Grupo Municipal do Partido Socialista também o sabe, estamos muito próximo das eleições autárquicas e é por isto que eu digo, com alguma tristeza, que ficamos ligeiramente tristes, Senhores Deputados, mas quando se tenta tirar daqui uma grande vitória dos partidos quanto eu inicialmente na intervenção que fiz na qualidade de relator citei a importância do trabalho dos peticionários, das associações, do debate público e das Senhoras e dos Senhores Deputados, é evidente que nós também sabemos que isso também é política e que os grupos políticos aqui presentes hoje tentam tirar aqui louros de uma coisa que é normalíssima.-----

----- Uma intervenção como aquela que se nos propõe para este espaço, Senhoras e Senhores Deputados, vamos ser absolutamente claros, demoraria sempre muito tempo, é uma decisão que seria sempre polémica qualquer que fosse a decisão, fosse em Lisboa, em Madrid ou no Porto ou em Paris ou em Estocolmo porque estamos a falar de uma área sensível de uma intervenção que felizmente estava a ser proposta por arquitetos de grande nome, não só nacional mas também internacional, mas como é evidente que nós acompanharemos todas as propostas de recomendação, ficamos contentes que este debate tenha sido feito, mas não podemos, naturalmente, deixar de lembrar a todas e a todos, louvando inclusivamente os senhores peticionários pela personalidade do vosso exercício de cidadania, de cidadania que este Vereador que hoje elogiam é um Vereador que está a integrar uma estrutura e num governo da cidade, que não começou hoje nem começou ontem, começou pelo menos neste mandato há três anos atrás e vem desde há muitos anos. Muito obrigado a todos, muito Senhor Secretário pela oportunidade de poder intervir.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Não tenho mais inscrições, pergunto à Câmara Municipal de Lisboa se quer intervir.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Aline Beuvink (PPM)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Desculpe Senhor Secretário queria pedir uma interpelação à Mesa.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
 ----- “Sim, sim, registo e agora que chegou faça o favor.”-----  
 ----- **A Senhora Deputada Municipal Aline Beuvink (PPM)** no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa:-----  
 ----- “Eu queria perguntar à Mesa se realmente isto na sequência da intervenção do deputado anterior, do Senhor Deputado Miguel Teixeira, se, de facto, os serviços são os mesmos, e portanto, quem fez a análise do projeto são as mesmas pessoas anteriormente, porque é que na opinião do o Senhor Arquiteto Manuel Salgado era um excelente projeto e tinha tudo para com pernas para andar e agora a situação se inverte? Era só esta a questão que eu queria colocar à Mesa, por favor.”-----  
 ----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
 ----- “Eu acho que a Mesa não pode responder a essa questão, não tem a ver com condução dos trabalhos. Mas não sei se o senhor Presidente quer responder? -----  
 ----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
 ----- “O Senhor Deputado Miguel Teixeira, que é o relator, pode com certeza responder.”-----  
 ----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Teixeira (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
 ----- “Obrigado Senhora Deputada Aline Beuvink, que já não vejo presencialmente, com muita pena minha, mas que vou acompanhando com natural entusiasmo.”-----  
 ----- **A Senhora Deputada Municipal Aline Beuvink (PPM)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----  
 ----- “Imagino, imagino nem dorme!” -----  
 ----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Teixeira (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
 ----- “Deixe-me só lembrar-lhe uma coisa, o projeto nunca esteve aprovado Senhora Deputada, há aí uma confusão qualquer!”-----  
 ----- **A Senhora Deputada Municipal Aline Beuvink (PPM)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----  
 ----- “Eu não disse que estava aprovado, foi elogiado!” -----  
 ----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Teixeira (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
 ----- “Senhora Deputada, deixe-me só terminar, e depois, provavelmente, poderá falar, mas depois, porque poderemos entrar aqui numa disputa que não faz sentido. -----  
 ----- O projeto nunca foi aprovado e o Senhor Vereador, ou o Senhor ex-Vereador Manuel Salgado não era técnico do Município. É um decisor político, tal como é o Senhor Vereador Ricardo Veludo. Não é técnico e eu referi-me foi aos técnicos, e os técnicos são os mesmos. -----  
 ----- Essa é uma questão que me deixa até um bocadinho perplexo essa questão que coloca. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Aline Beuvink (PPM)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Só apenas um ponto, é que o Senhores Deputado Miguel Teixeira disse que também era uma decisão política, é só isso, era só para me explicar. Obrigada.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Vereador Ricardo Veludo, por favor.”-----

----- **O Senhor Vereador Ricardo Veludo,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Bom, em relação a este projeto para o quarteirão da Portugália, e a petição que foi submetida, eu gostaria de referir o seguinte: eu assisti aos debates públicos que foram promovidos, assisti a três sessões na qualidade de cidadão, estava longe de imaginar que iria ser Vereador da Câmara de Lisboa, e com este pelouro nessa altura e quero assinalar que dos debates que assisti o que foi promovido pela Assembleia Municipal foi de longe o mais informativo e o que permitiu uma maior flexibilidade sobre o que estava em causa. -----

-----Percebi enquanto observador desse processo que temos que melhorar na forma como explicamos os projetos de urbanismo que estão a ser propostos pelos proprietários dos imóveis em causa, temos que melhorar na explicação de quais são as regras ao abrigo das quais eles vão ser analisados, temos que explicar que o que está em debate não é proposta Câmara, ou a opinião da Câmara mas sim a proposta do proprietário dos imóveis e, portanto, isso é, que foi muito pedagógico e tenciono muito brevemente apresentar, pode ficar descansado o Senhor Deputado Rui Costa, e outros que, partilho também dessa necessidade e dessa vontade de melhorarmos a forma como dialogamos em matéria de urbanismo com a cidade e trarei notícias sobre isso em breve. -----

----- Considero que este processo não tem nem vitoriosos nem derrotados, este processo foi um processo que é o processo normal para um projeto que convoca uma norma excepcional do PDM e que, por isso, é naturalmente polémico e também por força da norma do PDM tem que ser sujeito a debate público, e foi o que se fez. -----

----- O projeto foi trazido a debate público sem uma pronúncia formal nem dos serviços de urbanismo nem da Câmara Municipal de Lisboa, foi discutido, creio que devíamos ter explicado melhor o enquadramento em que este projeto se desenvolveu, creio que isso alimentou algum ruído em torno deste processo. -----

----- Este debate público foi acionado pelo porque foi convocado pelo requerente uma norma de exceção à altura dos edifícios, a regra geral, como sabem, é utilizarmos a média da altura dos edifícios mais próximos de cada arruamento deste quarteirão e foi proposta uma forma urbana dissonante daquele que é o padrão e que é a regra prevista para esta área da cidade. -----

----- Por outro lado, também se convocou a utilização de créditos de construção que ajudariam a viabilizar a edificabilidade organizada numa composição volumétrica em Torre, isso por um lado permitia libertar espaço para utilização pública e não espaço público conforme incorretamente muitas vezes foi dito, permitia aumentar uma maior

permeabilidade daquela zona circular por exemplo entre a Almirante Reis e Rua António Pedro através do atravessamento deste quarteirão e por isso foi promovido um debate.-----

----- Bom, então nesse caso...”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “O PS cede o tempo que tem ao Vereador do PS.”-----

----- **O Senhor Vereador Ricardo Veludo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado.-----

----- Portanto, o que eu queria então dizer de forma mais sintética é que a apreciação técnica final ocorre após o debate, foi agora neste momento que foi possível concluir, ouvimos e ponderámos tudo aquilo que foi dito no debate público, há matérias que são objetivas e quantitativas que foram relativamente simples de analisar, mas há outras matérias que estavam em especial para a decisão, neste caso, e que tinha a ver com a excecionalidade da forma urbana, em que essa matéria não é objetiva, é subjetiva e por isso, foi preciso promover um debate dentro dos serviços.-----

----- Foi preciso convocar, e fizemo-lo, especialistas na área do Urbanismo, da arquitetura do conforto bio climático da Universidade de Lisboa e que não eram parte na polémica para nos ajudar e enquadrar na doutrina, na história da cidade, nas boas práticas para a utilização deste tipo de soluções mais excecionais, isso ajudou-nos a robustecer e a evoluir no nosso pensamento relativamente à solução que devia acontecer neste quarteirão da Freguesia de Arroios, portanto, é um processo evolutivo normal de análise de um projeto que foi apresentado...”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Queira terminar Senhor Vereador. Adoro ouvi-lo, mas tem que terminar.”-----

----- **O Senhor Vereador Ricardo Veludo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito bem, Senhora Secretária, muito obrigada.-----

----- Agora, o que é que se segue? Foi feita uma mitificação ontem ao requerente, hoje o meu Gabinete enviou para a Assembleia Municipal toda a documentação pertinente sobre isto, incluindo o relatório de ponderação do debate público e será assim feita há poucas horas e, por isso não terá havido a oportunidade da Mesa em distribuir, portanto, isso é uma condicionante da sucessão dos factos que aqui e se seguiram e, portanto, agora aguardamos que o requerente decida se quer contestar ou se vai apresentar uma alteração ao projeto que resolva todos os incumprimentos identificados e que cumpra com as orientações que estão expressas neste documentos.-

----- Queria só terminar que construir uma cidade próspera, com emprego, com capacidade para se manterem os edifícios conservados, para ter dinamismo económico, para ser justa, para ter coesão social e para ser sustentável do ponto de vista ambiental nós precisamos de todos, precisamos dos investidores, precisamos dos cidadãos que nos fazem ser mais exigentes connosco próprios e estarmos mais

próximos daquilo que são as suas necessidades e legítimas aspirações, precisamos de instituições públicas independentes, credíveis e profissionais que façam o seu trabalho quando são chamadas a intervir no planeamento e na gestão da cidade, e precisamos da comunicação social, porque mantém um apertado escrutínio sobre toda a nossa atividade e não se surpreendam os Senhor Deputados pelo acesso do jornal Público e de outros órgãos de comunicação social a esta informação! Muitas vezes eu tomo conhecimento pelos jornais de coisas que se passam nos Serviços de Urbanismo, nós também facultamos o acesso imediato aos órgãos de comunicação social, inclusive quando estamos sob escrutínio ou crítica, não há dúvidas sobre a nossa atuação e, portanto, quero aqui também agradecer o trabalho da comunicação social nesta matéria. -----

----- Por último para terminar agradecendo a compreensão da Mesa quero agradecer o trabalho e dedicação dos cidadãos dos vários movimentos, em especial do “Stop Torre” pela qualidade da argumentação e pela fundamentação, pela seriedade com que se posicionaram neste debate e por isso também acompanho o que foi dito pelo Miguel Pinto, relativamente a uma necessidade de se olhar para este eixo entre a Praça do Martim Moniz e a Praça Francisco Sá Carneiro de uma forma mais integrada e com uma abordagem ao tratamento do espaço público e às áreas sujeitas a transformação, que seja condicente com aquilo que nós queremos que seja a cidade de Lisboa. Muito obrigado Senhores Deputados.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador.-----

----- Senhor Presidente não tenho mais inscrições.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Bem, eu antes de passar à votação, devo dar uma informação, dada a intervenção do Senhor Vereador.-----

----- Eu, de facto tive conhecimento de algumas destas situações pelo jornal Público só chegou uma informação ao meu *e-mail* já depois do meio-dia e, portanto, não tive oportunidade de divulgar aos Senhores Deputados, divulgarei amanhã ou peço que o Senhor Vereador se possível que faça chegar de véspera para nós podermos divulgar atempadamente aos Senhores Deputados.-----

----- Não é propriamente a melhor hora a hora do almoço para fazer essa divulgação. Muito obrigado, de qualquer forma houve aqui talvez algum atraso involuntário, estou certo disso e, portanto, proceder-se-á de outra forma noutras oportunidades. -----

----- Vamos passar à votação.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, o PEV pediu a votação separada do ponto 3.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----



----- “Senhor Presidente o Vereador Veludo pôs a mão no ar, não sei se quer usar da palavra.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Com certeza, peço desculpa, mas não vi, faça o favor então.”-----

----- **O Senhor Vereador Ricardo Veludo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente, as minhas desculpas por termos enviado apenas a essa hora, foi algumas horas depois de termos praticado o ato administrativo que enviámos, compreendemos o constrangimento que isso pode colocar, não foi deliberado.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “É evidente que não foi deliberado, eu só estou a explicar porque é que efetivamente não pudemos fazer essa distribuição.-----

----- **O Senhor Vereador Ricardo Veludo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “E queria dizer que estou à disposição dos Senhores Deputados para prestar todos os esclarecimentos que entenderem sobre este processo nas comissões ou quando considerem oportuno naturalmente. Muito obrigado.-----

----- Obrigado e a mão estava no ar porque me esqueci de a baixar há pouco. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado.-----

----- Portanto, vamos passar à votação do ponto 3 da Recomendação 115/03 emanada pela 3ª Comissão Permanente sobre esta Petição 12/2019. “-----

----- **Ponto 3 da Recomendação 115/03 (3ª)**, tem votos contra do PEN, não tem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, MPT, PPM, dos Senhores Deputado Municipais Independentes Paulo Muacho, Patricia Gonçalves, António Avelãs, Teresa Craveiro, Joana Alegre, Ana Gaspar, José Alberto Franco, Miguel Graça, Rui Costa, Rodrigo Mello Gonçalves e Raúl Santos. **O Ponto 3 da Recomendação 115/03 (3ª CP) foi aprovada por maioria.**-----

----- **Restantes Pontos (1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12) da Recomendação 115/03 (3ª)**, não têm votos contra e nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, dos Senhores Deputado Municipais Independentes Paulo Muacho, Patricia Gonçalves, António Avelãs, Teresa Craveiro, Joana Alegre, Ana Gaspar, José Alberto Franco, Miguel Graça, Rui Costa, Rodrigo Mello Gonçalves e Raúl Santos. **Os Restantes Pontos (1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12) da Recomendação 115/03 (3ªCP) foram aprovados por unanimidade.**-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos passar à apreciação da Petição nº 15/2019.”-----

----- **PETIÇÃO Nº 15/2019 – (APRESENTADA PELO PETICIONÁRIO ANTÓNIO BAGÃO FELIX EM REPRESENTAÇÃO DE UM GRUPO DE CIDADÃOS) "PETIÇÃO A FAVOR DA MANUTENÇÃO DO MUSEU NACIONAL DA MÚSICA EM LISBOA", NOS TERMOS DA PETIÇÃO E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 85º DO REGIMENTO**; -----

----- Relatório da 7ª Comissão Permanente -----

----- **Moção 103/01 (7ª CP)** -----

----- (A Petição 15/2019 fica anexada a esta Ata, como **Anexo X** e dela faz parte integrante)-----

----- (O Relatório da 7ª Comissão Permanente fica anexada a esta Ata, como **Anexo XI** e dela faz parte integrante) -----

----- (A Moção 103/01 (7ª CP) fica anexada a esta Ata como **Anexo XII** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Portanto, tem a palavra o Peticionário António Bagão Félix. -----

-----Peço ao meu colega para conduzir os trabalhos relativamente a esta Petição.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Com certeza Senhor Presidente, muito obrigado. -----

----- Tem a palavra o Peticionário cidadão António Bagão Félix que dispõe de dez minutos, por favor.” -----

----- **O Peticionário, Senhor António Bagão Félix**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal também todas as Senhoras e Senhores Deputados Municipais, os Senhores Vereadores presentes e os peticionários que também participam nesta Assembleia. -----

----- Eu creio que a petição que está neste momento em análise e discussão, ainda que muito sintética fala por si, aliás, também tivemos a possibilidade de a apresentar na sede da 7ª. Comissão e de ouvir os Senhores Deputados Municipais com toda a atenção. Em breves palavras direi seguinte, o Museu da música está em instalações provisórias há mais de um quarto de século no Alto dos Moinhos e isto por força de um protocolo então assinado com o Metro de Lisboa e evidentemente que o fim dessa situação provisória é uma oportunidade para ultrapassar problemas, custos e, sobretudo, limitações dela advindos.-----

----- Nesse sentido uma nova solução se coloca agora e, entretanto, de há 5 anos a esta parte, os dois emes do Museu da Música passaram a ter um m de nacional, Museu Nacional da Música, ora bem, essa característica, um nacional, dá-lhe uma expressão mais viva, mais dinâmica, certamente com mais estabilidade, integradora e identitária.

----- Nós como peticionários entendemos que não está em causa uma visão dicotómica de ser em Lisboa ou fora de Lisboa, achamos que não ignoramos outras opções, não nos move sequer uma visão centralista mesmo que por inércia. Não há um plano de desconsideração sobre outras alternativas fora de Lisboa, mas queremos sobretudo de

sublinhar as vantagens inequívocas de estar em Lisboa, referiria apenas duas ou três entre muitas, a primeira é de que no Museu não é uma mera realidade física, é muito mais do que isso, num Museu destas características importa potenciar ao máximo a procura por parte de visitantes e participantes, sejam eles portugueses, sejam eles estrangeiros, e isso, obviamente, de estar sediada em Lisboa em instalações que podem, por exemplo, ser e que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica referiu algumas vezes ou até em outras instalações, falou-se aliás no ministro anterior que falou do Palácio Foz e de outras alternativas. -----

-----Por outro lado é sem dúvida um caso em que a oferta do museu e a sua localização são elementos importantes para influenciar a procura, e um museu vive da sua procura, vive da participação, vida das sinergias que são criadas e essas sinergias, quer do lado da oferta, quer na gestão de meios e recursos, têm muito a ver com o aproveitamento de 30 anos de experiência técnica e profissional ainda que numa situação fisicamente provisória. -----

----- Neste aspeto e para concluir as vantagens de estar em Lisboa podem gerar, permita-me o jargão de economista, podem gerar externalidades positivas, a saber, uma plena articulação com o Conservatório Nacional, com as Universidades, com a Biblioteca Nacional e outras parcerias de investigação, de documentação, de produção até do conhecimento neste domínio e de captação de recursos próprios, nesse aspeto é importante salientar que tem havido alguns apoios de mecenato que jogo, que explícita ou implicitamente o fazem porque o museu está e se pensa estar na cidade de Lisboa. -----

----- Bem, no fundo, é isto que está em causa, repito, os peticionários independentemente de se pesarem ou de saberem que há sempre vantagens e inconvenientes em qualquer solução, não há soluções quimicamente puras, entenderam que deve ser em Lisboa que deve estar fixado por estas razões e por muito mais, muitas mais razões, este Museu Nacional, eu sublinho nacional, e foi esse o objeto da petição, ou seja, sensibilizar a disponibilidade dos órgãos camarários e neste caso também da Assembleia Municipal para em articulação com o Governo, o Ministério da Cultura com a Direção do próprio Museu. -----

----- Só para terminar, uma solução que permita que as novas instalações do museu em Lisboa, em condições dignas permanentes com capacidade de expansão e com conclui-o, sem prejuízo de a criação de polos em função e edição da história da cultura e da oportunidade de determinado tipo de situações relacionadas com música. -

----- Não sei se se trata de uma causa perdida ou não, não sabemos se o ponto em que se encontra esta situação, mas assim entendemos que é nossa convicção e dever de cidadania, dever cívico, entender que esta seria a solução, uma solução adequada e certamente melhor para a música na sua aceção mais lata e também para aqueles que querem participar da sua existência. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor António Bagão Félix. -----

----- Há um parecer da 7ª. Comissão, eu pergunto à relatora, Senhora Deputada Aline Beuvink se a quer apresentar.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Aline Beuvink (PPM)** no uso da palavra, enquanto relatora, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, bom, em nome dos peticionários o cidadão Bagão Félix acabou por salientar os principais elementos que foram processados no nosso parecer e queria apenas salientar as nossas principais conclusões e a Moção, visto todas as forças políticas e Deputados Municipais Independentes que pertencem a esta Comissão, portanto, estiveram todos de acordo e, portanto, as nossas principais conclusões foram as seguintes: que o Museu Nacional da Música possui uma das mais ricas coleções da Europa de instrumentos musicais dos séculos XVI a XX, o protocolo de mecenato assinado entre o ex-Instituto Português de Museus e Metropolitano de Lisboa que permitiu a instalação temporária do Museu Nacional da Música na ala poente da estação do Metropolitano Alto dos Moinhos está no seu término, sendo necessário outro espaço que o Museu Nacional da Música necessita de aumentar o seu espaço físico para continuar a receber instrumentos, doações, o público e realizar as atividades de extensão cultural, como habitualmente tem feito e que deve manter o seu núcleo central na cidade de Lisboa, sem prejuízo de polos que se justifiquem em função dos fatores históricos, culturais, educativos e de expressão pluridimensional integrada no seu desenvolvimento.-----

----- Por tudo isto, portanto, a 7ª. Comissão, no fundo, quer pedir à Câmara para apresentar alternativas na cidade de Lisboa, de forma a haver uma colocação da totalidade dos serviços e espólio do Museu Nacional da Música como um núcleo museológico e cultural agregador, tendo como objetivo continuar a aproximar o Conservatório de Música e Museu Nacional da Música como uma extensão prática do mesmo, bem como de outras escolas de música, de investigadores e do público de concertos. Disse.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada.-----

----- Pergunto à Senhora Deputada Simonetta Luz Afonso se quer apresentar a Moção 03/01?”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Simonetta Luz Afonso (PS)** no uso da palavra, enquanto relatora, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Secretário, eu quero sim, quero falar sobre este assunto.-----

----- Ora bem, Senhor Secretário, Senhores Deputados, Senhores Vereadores, público, Senhores Peticionários que aproveito para saudar, enfim, funcionários, técnicos do Museu Nacional da Música.-----

----- O núcleo central, eu vou fazer um bocadinho de história, porque acho que é importante para entender esta discussão que faça um bocadinho de história, o núcleo central do Museu Nacional da Música nasceu em Lisboa, nasceu ainda dentro de um espírito republicano muito interessante, foi um homem, o italiano Miguel Ângelo Lambertini, que vivia em Lisboa e que era fabricante de pianos, que é encarregado

pelos, o José Relvas também estava de acordo, enfim, todo um conjunto de republicanos encarregam-no de ir recolher instrumentos musicais aos antigos conventos extintos o aos palácios, etc., e criar uma coleção de instrumentos, de facto, ele fez isso e conseguiu juntar o núcleo inicial da coleção do Museu da Música que são 500 instrumentos, alguns deles muitíssimo importantes.-----

----- Outra figura importante neste Museu, em termos históricos é o então diretor do Conservatório Nacional, o professor Ivo Cruz, o maestro Ivo Cruz que também foi depois Diretor do São Carlos, que trouxe os instrumentos para o Conservatório e criou ali um núcleo pedagógico muito importante, relacionado e próximo dos alunos, do Conservatório, etc.-----

----- Em 71 ele sai do Conservatório, começou a haver falta de espaço e os instrumentos foram a primeira coisa a marchar e foram para vários armazéns da cidade de Lisboa em péssimas condições de conservação, lamentável de facto, e assim os foi encontrar em 1974, presidia eu então ao extinto instituto Português de Museus, e por ocasião da Lisboa Capital Europeia da Cultura conseguimos um acordo de mecenato com o Metropolitano de Lisboa, que tinha um espaço devoluto na estação do Alto dos Moinhos e era uma zona importante da cidade para instalar um Museu uma vez que tem poucos espaços culturais, não tem nenhum museu instalado nesta Freguesia e o Museu foi para aí com todas as condições, pronto, foi uma instalação temporária, pensada para 25 anos, porque pensava eu então que ao fim de 25 anos teria encontrado uma solução definitiva para uma coleção tão importante.-----

----- De facto pelos vistos ainda não foi encontrada, porém, o modelo foi instalado com todas as condições técnicas de segurança, de conservação e apresentação ao público, etc. e tem tido uma vida interessante durante estes anos, graças também ao trabalho dos técnicos que lá estão o que têm feito uma grande, um grande trabalho junto desta coleção aproximando-a do público, mas este não é um museu de grandes públicos, não é um museu de massas, é um museu para alunos do Conservatório, para especialistas, para investigadores, é evidente para um aluno do Conservatório é muito importante poder tocar num violino, num Stradivarius, poder tocar no piano de Liszt, quer dizer, este Museu tem preciosidades muito importantes para a história da música e da cultura musical na cidade de Lisboa.-----

----- Eu de forma nenhuma, o protocolo está a terminar, portanto surgiu então a ideia pelos vistos, visto que o museu está na tutela do Ministério da Cultura de o levar para Mafra, fazendo uma ligação, de facto, com os órgãos e os carrilhões, etc., o que gaz sentido, porém, parece a todos que têm entrado nesta discussão que a criação de um polo em Mafra até queria estimável, a descentralização, de facto, é uma coisa importante a descentralização cultural é importantíssima, mas o núcleo central de um museu, aqueles 500 instrumentos, considerado o núcleo central não deveriam sair de Lisboa, deveriam estar mais próximo ainda do Conservatório, dos investigadores, de toda a gente ligada à música e à história dos instrumentos musicais e à cultura musical portuguesa e internacional.-----

----- Parece-me que não seria difícil criar um polo em Mafra e surgiu-me até uma ideia que deixo aqui cair, o que seria um núcleo dedicado às bandas de música, nós

temos uma grande tradição de bandas de música, que é uma coisa que percorre o país todo, Mafra poderia ter ali um papel importante, as bandas de música podemos começá-las na *charnela* real, enfim, podemos com as trombetas, etc. e por aí fora, portanto, poderia ser um núcleo interessante.-----

----- Há muitas bandas de música distintas que procuram localização para os seus instrumentos, para as suas partituras, etc. poderia ser um núcleo interessante de uma raiz mais popular, menos erudita, mas que poderia ser, de facto, uma forma de certo modo cumprir um compromisso, presumo já tomado com Mafra, de levar para lá a coleção dos instrumentos musicais, mas é preciso que se tome, de facto, uma decisão para que os instrumentos coitados não continuem de novo à procura de um museu, aliás, há muito há muitos anos eu escrevi uma exposição sobre estes instrumentos no Palácio de Queluz, a que lhe chamei “Uma coleção à procura de um Museu” não me digam que tenho que voltar a fazer uma exposição para chamar a atenção da opinião pública de uma coleção que anda à procura de um museu!-----

----- Portanto, gostaríamos muito que este processo terminasse em bem para todos e que com algum bom senso pudéssemos conseguir criar aqui um projeto, de renovar este projeto agregador, que já existia, e continuar a sua vida este museu que tem tido interrupções várias e que merece outro tratamento. Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada. -----

----- Estão inscritos para este ponto o Senhor Deputado Sobreda, Aline Beuvink, Diogo Moura, Fernando Correia, António Cardoso, Ana Mateus, Isabel Pires, José Inácio Faria e Ana Gaspar, se há alguma falha é altura de se inscrever.-----

----- Dou então a palavra ao Senhor Deputado do PEV Sobreda Antunes e prepara Aline Beuvink. -----

----- Senhor Deputado Sobreda Antunes tem 4 minutos e meio por favor.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Secretário, muito boa tarde de novo.-----

----- Em 10 de Outubro do ano transacto, a 7ª Comissão recebeu os primeiros subscritores de uma petição, a favor da manutenção do Museu Nacional da Música (MNM) em Lisboa, promovida pela Associação dos Amigos do Museu da Música, e representada pelos peticionários Bagão Félix, Luísa Amaro e Helena Marques da Silva, a quem daqui saudamos. -----

----- Centraram o seu objectivo no princípio de o Museu dever “manter o seu núcleo central na cidade de Lisboa, sem prejuízo de polos que se justifiquem em função de factores históricos, culturais, educativos e da expressão pluridimensional e integrada do seu desenvolvimento”. -----

----- Como enunciam na petição, o Museu “é muito mais do que uma exposição de instrumentos musicais”, tendo “como principal missão estatutária salvaguardar, conservar, estudar, valorizar, divulgar e desenvolver os seus bens culturais,

promovendo o património musicológico, fonográfico e organológico português, e, ainda, incentivar a qualificação e divulgação da cultura musical portuguesa”.

-----

----- O Museu tem conseguido garantir novas doações e legados, mantido uma articulação estreita com as numerosas escolas de música, aceitando visitas e promovendo audições de estudantes de música, incluindo estágios e coordenação de mestrados de estudantes universitários, beneficiando da disponibilidade mecenática dos músicos que nele se apresentam e tocam regularmente. -----

----- Este Museu, que se encontra instalado na ala poente da estação de Metro do Alto dos Moinhos, abriu ao público em 1994, na sequência de um protocolo de mecenato, com a duração de 25 anos, rubricado entre o ex-Instituto Português de Museus e o Metropolitano de Lisboa, prazo esse que se cumpriu no início deste ano. -----

----- Esclareceram que, entretanto, foram procuradas e já sugeridas diversas localizações alternativas e condignas na capital, e que as suas diligências têm recebido inúmeros apoios de musicólogos, investigadores e até do senhor presidente da Junta de Freguesia, pelo que lamentam a falta de disponibilidade da tutela para encetar as indispensáveis consultas prévias alargadas, nomeadamente com a Associação dos Amigos do Museu da Música. -----

----- Com efeito, em (27 de) Março do ano passado, a ministra da Cultura participou numa cerimónia de assinatura de um novo protocolo para a constituição de um Agrupamento de Entidades Adjudicantes, com vista à mudança do museu, na sua totalidade, para o Palácio Nacional de Mafra. -----

----- A ministra da tutela elencou o carácter histórico do local, critérios de descentralização cultural, para além de hipotéticas sinergias entre as actividades do Museu e do Palácio, tanto na partilha de serviços, como na complementaridade das actividades culturais. -----

----- Contudo, o anúncio desta possível realocação para a ala norte do Palácio de Mafra, numa área de 3 mil m<sup>2</sup>, desde logo suscitou vários pareceres contrários, desde os elevados custos para o seu manuseamento e transporte em segurança, para uma cidade que nem dispõe de acesso por linha ferroviária para o público, até às adversas circunstâncias climatéricas do edifício do Convento, em particular, devido à não prevista análise dos impactos da humidade nos instrumentos musicais e por a preservação naquele espaço ter de ser mais frequente e tecnicamente bastante mais difícil. -----

----- Com efeito, são até hoje desconhecidos quaisquer estudos ambientais e de avaliação das condições mínimas de temperatura que ali permitam acolher este valioso espólio, pois o Palácio dispõe de um elevado pé de altura e até possui uma cisterna no subsolo, tudo factores que comprometem a devida conservação. -----

----- Em suma, de entre todas as petições recebidas nesta AML, para Os Verdes, esta consubstancia-se como tendo conseguido a unanimidade de todos os grupos municipais, o que só abona na excelente capacidade de apresentação e argumentação pelos peticionários, a quem desde já voltamos a agradecer a sua iniciativa em prol da Cultura. -----

----- Assim, o Governo arrepie caminho a medidas de “eu quero, posso e mando” e, sem desafinar, saiba interpretar uma partitura diferente com a elevada mestria que todos desejamos. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Tem a palavra a Senhora Deputada do PPM Aline Beuvink e prepara o Senhor Deputado Diogo Moura. -----

----- Aline Beuvink tem 4 minutos e meio por favor.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Aline Beuvink (PPM)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada pela palavra Senhor Secretário, boa tarde novamente a todos e, em particular aos senhores peticionários, a quem saúdo particularmente. -----

----- O Museu da Música aberto desde 1994, não é apenas um espaço museológico de exposição de instrumentos, muitos deles de impacto internacional, alguns de extrema raridade dos quais destaco os seguintes: o oboé de Elchentopf , o cravo de Pascal Taskin, ou o de Joaquim José Antunes, os clavicórneos cientistas das oficinas lisboetas e portuenses, os violinos e violoncelos de José Galvão, as flautas transversais da dinastia Horst, o órgão de Joaquim Fontanes, o piano de Liszt, a trompa construída para Joaquim Pedro Quintela, Primeiro Conde Farrobo, o violoncelo de António Stradivarius, que pertencer foi tocado pelo rei Dom Luís, e o violoncelo de Henry Lockey Hill, apenas para citar alguns. -----

----- A acrescentar a este espólio único o museu tem agregado um conceito mais alargado com um amplo projeto de desenvolvimento de investigação e de uma forte componente didática dos quais não pode ser separado. -----

----- A sua ligação e parceria com várias entidades expressa bem esse caráter de conjunto, destaque para a parceria que tem com o Conservatório Nacional da Música também ele num espaço que precisa de recuperação, sendo a mesma parceria a expressão mais evidente da sua componente a lei museu, estágios, visitas audições disponibilidade mecénica aos músicos são algumas das ligações que se perderão com a mudança para fora da cidade de Lisboa, mesmos benefícios concedidos ao Museu, enquanto o recetáculo de doações e legados têm lugar exatamente pela sua localização na cidade de Lisboa. -----

----- Não podemos esquecer que algumas dessas doações só se efetivaram porque é suposto as instalações do Museu serem definitivas nesta cidade e não em outra qualquer próxima ou não da capital, quando falam e mudar o Museu para o Palácio Nacional de Mafra, ficamos apenas pela notícia, não nos foi demonstrado qualquer estudo, qualquer projeto, qualquer proposta para esse processo, não, não é só uma questão de geografia, tem, obviamente muito a ver com a natureza do local e para o qual coleção irá habitar. -----

----- Não podemos deslocar todo o museu para um espaço que não está preparado para o receber e não há quaisquer condições museológicas no Palácio de Mafra para conter uma coleção desta natureza, o conhecido nível de humidade, a falta de



condicionamento, elementos próprios deste edifício, entre outros aspetos, levariam à deterioração rápida dos instrumentos, para além de ser um local de difícil acesso aos estudantes do Conservatório ou mesmo aos músicos, bem como aos trabalhadores afetos ao museu, o Palácio de Mafra tem uma estrutura com grande e amplas salas, pé-direito altíssimo e uma espacialidade arquitetónica que não se adequa a este tipo de museu, que se quer mais intimista, mais específico, a delicadeza e natureza particular destes instrumentos não se coadunam com aquele espaço que requer outra preparação museológica.-----

----- Somos contra esta mudança por todos os motivos enunciados e principalmente por não ter sido demonstrado em momento algum um projeto sólido, concreto, com números e estimativas de restauro e preparação do espaço para conter tal espólio que não se trata só da disposição dos mesmos nas salas, mais ainda o material que terá de ficar nas reservas como será tratado? Há outros espaços disponíveis para conter o Museu da Música, se acaso quiserem e tiverem mesmo de abandonar o local onde estão, como podemos verificar no parecer, não precisando de sair da sua zona geográfica, em São Domingos de Benfica, por exemplo, o Presidente da Junta mencionou um espaço com 5.000 metros quadrados entre outros. -----

----- Por último, talvez fosse mais ajuizado prestarem atenção ao próprio Palácio de Mafra que precisa urgentemente de vários restauros e consolidação arquitetónica, sem se falar no paiol que se situa junto à sacristia, antes de o transformarem num pseudo Museu da Música, por outro lado, será inconcebível Lisboa permitir que um seu património desta natureza e importância lhe seja retirado. Disse.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada. -----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado do CDS Diogo Moura e prepara João Carlos Pereira. -----

----- Diogo Moura, por favor, 4 minutos e meio.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Secretário, queria obviamente em primeiro lugar saudar esta iniciativa “Democracia participativa” apresentada pelos cidadãos e agradecer na pessoa do Doutor Bagão Félix, é um gosto revê-lo, dizer que esta petição já entrou há um ano, mas a história do Museu Nacional da Música e a sua deslocação para Mafra tem mais anos, já vem de 2013.-----

----- Nós estamos a falar de uma peça que é fundamental na história da musicologia em Portugal e, portanto, não é um assunto de somenos. -----

----- Aquilo que também os peticionários nos trazem, o Doutor Bagão Félix é Presidente da Assembleia Geral, mas também os restantes, é uma vontade exatamente da Associação dos Amigos do Museu Nacional da Música, mas também de muitos milhares que acompanham o trabalho deste museu, que aguenta o trabalho deste museu, musicólogos, investigadores e que acompanham também esta intenção de que

o Museu Nacional da Música não saia de Lisboa, pelas razões já aqui apresentadas quer pelo peticionário quer também pela Deputada Aline Beuvink. -----

----- O espaço atual, também já aqui foi referido, ele é provisório desde 1994, infelizmente temos este problema no país de que o que é provisório torna-se muitas vezes definitivo, esse é um problema a vários níveis. -----

----- Este museu em várias vertentes e não cumpre só o seu objetivo de instalação e conservação, mas também do estudo, da valorização, da divulgação do património musicológico, e como também já foi referido em articulação muito estreita com várias entidades, a maior parte delas sediadas aqui em Lisboa, em particular a de Paris educativo e, portanto, cumpre também o facto de ser um espaço de encontro vivo, mas também vivido onde nós sabemos que existem exposições e também concertos.-----

----- Temos este problema, temos uma espada em cima da cabeça, o protocolo com o Metropolitano está a terminar, o museu e bem cada vez recebe mais instrumentos, o seu espólio é vasto e de enorme importância, acho que começou com doações do Keil do Amaral e do Michel Lamberghini, e eu gostaria de começar por aqui, por uma das razões do museu estar em Lisboa é que a doação que foi feita à Câmara Municipal de Lisboa por parte da família de Michel Lamberghini dizia especificamente que a doação era feita à cidade de Lisboa e, portanto, logo por aí não só essa doação como outras doações e legados de outras famílias e de outros músicos e investigadores foram atribuídos ao museu com o intuito de elas ficarem Lisboa e, portanto, só por essa mesma razão já é, penso eu, que suficiente, para que a mesma se mantenha em Lisboa.-----

----- Esta decisão foi uma má decisão, vem de em 2013, o CDS em Lisboa tem dito desde 2013, e esta decisão tem sido mantida por vários G que é uma decisão errada já foi aqui dito qual é a situação atual do Palácio de Mafra, aliás, estão lá várias partituras de bandas e convém ver o estado em que elas estão, e é um alerta que eu também aqui quero deixar, conheço a situação e, portanto, parece-nos que é um espaço que não tem as mínimas condições.-----

----- Como também já foi dito esta decisão foi tomada sem haver um programa conceptual, científico ou museológico para o Palácio de Mafra albergar a coleção do Museu Nacional da Música e logo por aí e podemos começar por aí, há logo um erro à partida, sabemos que o transporte destas peças custará milhões e é preciso ter muita atenção esse mesmo transporte e devo dizer que nós temos apresentado propostas desde a 2013, nomeadamente na Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica, onde os nossos autarcas apresentaram a propositura de uma petição online nível nacional em 2015, que foi aprovada por unanimidade, mas nunca foi para a frente.-----

----- Em 2017/2019 apresentaram textos que foram aprovados por unanimidade contra a transferência do Museu Nacional da Música do Alto dos Moinhos para fora do concelho de Lisboa e agora em 2019 propusemos também que fosse colocada uma providência cautelar ao Ministério da Cultura para que impedisse essa mesma transferência.-----

----- Por fim, eu penso que aqui estamos todos de acordo, o Museu deve ficar em Lisboa por inúmeras razões que todos nós aqui já apresentámos e que muitos apresentarão ainda, dizer que nós acompanhamos, obviamente, o conteúdo do parecer da 7ª. Comissão e aquilo que é a Moção que é extraída ao Governo e, em particular, ao Ministério da Cultura e, portanto, é preciso que Lisboa mantenha esta luta pela manutenção do museu na sua cidade, é importante que Lisboa saiba honrar o lugar que lhe é deixado por doação, nomeadamente pela Família Lamberghini, que o museu deve ficar na cidade de Lisboa e é preciso que nós também aqui nesta Assembleia Municipal, e esperemos que também na Câmara, haja uma posição clara e muito afirmativa de que o museu deve manter-se em Lisboa, nomeadamente, no encontro de espaços alternativos e, portanto, pegando nas palavras do Doutor Bagão Félix, eu acho que não será uma causa perdida, esperemos que não e, portanto, estamos aqui todos, penso eu, para acompanhá-la. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado do PCP, João Carlos Pereira e preparam os Deputados do PS Simonetta Luz Afonso e António Cardoso. -----

----- João Carlos Pereira, 4 minutos e meio por favor.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Carlos Pereira (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado. Começamos por saudar os Senhores peticionários em nome do Grupo Municipal do PCP manifestando desde já que acompanhamos a Moção proposta pela 7ª. Comissão. -----

----- Aproveitamos para sublinhar algumas das reflexões que o PCP considera como válidas para o enquadramento de uma futura solução para as instalações do Museu Nacional da Música com sede em Lisboa. Há que ter em atenção a história do próprio museu e o facto de o acervo decorrer, sobretudo de doações de Lisboa, havendo uma forte ligação à cidade. -----

----- Ter em conta que em Lisboa se situam o Conservatório Nacional e a Escola Superior de Música. Assim consideramos ser uma má opção deslocar o acervo para o Convento de Mafra, o Museu deve manter uma centralidade em que o local onde esteja situado tem um peso próprio, deve avaliar-se a possibilidade, uma vez que as atuais instalações efetivamente não são adequadas, da criação de um edifício que reúna condições para pensar, por exemplo, um percurso expositivo museológico com objetivos pedagógicos e de fruição cultural e em que possam existir outros espaços como salas de concerto, mediatecas, espaços pedagógicos diversos. -----

----- Isto não significa necessariamente a construção de algo de raiz, ainda que talvez isso fosse preferível, mas reabilitando de uma forma adequada pensada e concebida de início para o que se pretende para um serviço público de cultura que valorize o património sonoro. -----

----- Consideramos também que a criação desta centralidade poderia beneficiar a opção por integrar Mafra como um polo deste museu podendo ser avaliada a

transferência de algum acervo para o Convento e a necessária ligação ao carrilhão, que deve ser divulgado, dinamizado e aproveitado, mas também é necessária uma interligação com o futuro arquivo sonoro nacional. -----

----- Como é do conhecimento as instalações do Convento de Mafra padecem de problemas de humidade e desadequações diversas, situações que comprometem a preservação do espólio, quer dos objetos expostos quer dos objetos em reserva, assim acompanhamos as preocupações dos peticionários e a moção emanada da 7ª. Comissão para a manutenção do núcleo central o Museu Nacional da Música em Lisboa. Disse.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado do PS António Cardoso e prepara Ana Mateus.

----- Deputado António Cardoso, tem 4 minutos e meio por favor.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Cardoso (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde. -----

----- Penso que isto tudo já foi dito relativamente à questão do museu, lamento, mas isso vou dizê-lo aqui, mais uma vez vou ser inconveniente politicamente, mas não tem problema, eu assumo, é uma característica deste rapazinho. -----

----- Ninguém falou no António Cardoso até agora, isto é verdade, ninguém falou como responsável pela Junta de Freguesia, com exceção do meu querido amigo, e peço desculpa trata-lo assim, Bagão Félix, já agora podia dizer-me Senhor Secretário quanto tempo e que eu tenho?” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu também falei no Senhor Presidente da Junta, Tem 4 minutos e meio.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Aline Beuvink (PPM)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu mencionei-o Senhor Presidente de Junta, eu mencionei-o.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Não são precisos mais comentários.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Cardoso (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Diogo Moura, como sabem eu gosto imenso do Diogo Moura disse que o CDS em São domingos, e bem, mas lamento que não foi só o CDS, aliás até foi em conjunto essa decisão que tivemos porque ele disse que o Museu da Música desde 2013. -----

----- A verdade é esta, o ano em que eu fui eleito e não tenho problema nenhum de dizer que estive e estarei contra uma diretiz ou indicação do Partido Socialista que era deixar que o Museu da Música, na altura Museu da Música, hoje, porque todos nós lutámos para que fosse Museu Nacional da Música, que é aquilo de que se trata

hoje, não era assim, era só o Museu da Música, bom, e a Junta de Freguesia, aqui convém também dizer que investiu algum dinheiro nas infraestruturas que envolvem onde está sediado o Museu da Música, que daqui ninguém referiu, achei importante, o Museu da Música tinha efetivamente, vergonhosamente, umas instalações exteriores, sem luz, sem dinâmica nenhuma, não havia absolutamente cuidado na higiene, limpeza e etc., hoje o mundo estar, pode não ser a última Coca-Cola do deserto, mas é tem um outro aspeto, tem luz, foi feito o projeto e desenvolvido pela Junta de Freguesia, é evidente que teve que ter o chapéu da Câmara Municipal de Lisboa, que como sabem para este tipo de infraestruturas nada pode ser feito, e bem, com a Câmara Municipal excluída- -----

----- Concordei em absoluto com a Doutora Simonetta quando se referiu que o museu é de todos e deveria de ser de todos, e é verdade que é de todos e deveria ser de todos, e por isso mesmo aqui estou eu a dar acara, como dei na petição, aliás, quero agradecer ao meu querido amigo Doutor bagão Félix pela coragem que teve de facto de dar a cara por esta causa, na qual numa das reuniões eu estive presente, também o digo aqui aos microfones, porque eu acho que foi aqui tocado nas bandas, nas músicas e isso é factual e aconteceu. -----

----- E aconteceu em coordenação, em parceria entre o Museu Nacional da Música, há época ainda o Museu da Música, com a Junta de Freguesia, trouxemos a banda do Exército, abanda de Almada, a banda da GNR, trouxemos uma quantidade de bandas quer à Junta quer ao Museu.-----

----- E havia e eu gostaria que continuasse a existir esta parceria com forças do CDS, do PSD, do Partido Comunista, porque eu olho para este povo como efetivamente uma causa nacional. -----

----- Claro que tenho que aqui também dizê-lo, coitada da Diretora não tem tido uma vida fácil, porque não é fácil e é verdade que não é fácil manter o Museu nas condições que está neste momento e muito limitada no seu exercício enquanto Diretora do Museu, porque a Junta sempre se disponibilizou para poder ele própria também conseguir angariar, ou neste sentido ir buscar gente para entregar ao Museu, ou seja, as escolas, as instituições...”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem que terminar Senhor Deputado, tem 24 segundos.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Cardoso (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Então resta-me desejar à Senhora o resto de uma boa tarde e feliz boa tarde! Pronto, não posso dizer mais nada! É assim! -----

----- Senhor Doutor Bagão Félix um forte abraço pessoal para si e pela sua dedicação e terei muito gosto em conversar com o meu querido amigo. -----

----- Até breve e obrigado a todos.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Tem a palavra a Senhora Deputada do PSD Ana Mateus e prepara Isabel Pires. ---

----- Ana Mateus, por favor, 4 minutos e meio.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Mateus (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada. Boa tarde Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Deputados e todos os que estão aqui a ouvir-nos e começava também desde já por saudar os Senhores Peticionários na pessoa do Doutor Bagão Félix.-----

----- O Museu Nacional da Música de âmbito Nacional desde 18 de Maio de 2015, o que começo por saudar o Sr. Presidente de São Domingos de Benfica, António Cardoso, pela dedicação à causa, encontra-se aberto ao público desde 1994, fruto de um Protocolo de mecenato assinado entre o ex-Instituto Português de Museus e o Metropolitano de Lisboa, localizando-se desde então, na Estação Altos Moinhos em São Domingos de Benfica.-----

----- Atendendo à importância do MNM, ao desenvolvimento das mais variadas sinergias ao longo dos anos com o Conservatório Nacional e possuindo este, um acervo único a nível Mundial, é sem dúvida uma mais-valia para os Estudantes do Conservatório e para a formação das mais variadas gerações, quer tanto a nível Cultural como turístico para a Cidade. Nesse sentido, a sua deslocalização para fora de Lisboa (Mafra) devido ao *terminus* do Protocolo com o Metropolitano de Lisboa, não é minimamente consequente com o trabalho desenvolvido ao longo destes vinte e seis anos, em que este tem estado ao serviço da comunidade, tanto Local, como Nacional e até Internacionalmente.-----

----- Nesse sentido iremos votar a favor. Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada.-----

----- Tem a palavra a Senhora Deputada do Bloco de Esquerda Isabel Pires e prepara José Inácio Faria.-----

----- Isabel Pires, tem 4 minutos e meio, por favor.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Em primeiro lugar cumprimentar obviamente os Peticionários, na pessoa do primeiro Peticionário que aqui fez a intervenção e também dizer que relativamente ao tema que estamos aqui a tratar, o Museu Nacional da Música, como foi dito ele está aberto há bastantes anos, desde 94 e foi importante desde 2015 passar a seu um Museu Nacional, até porque pelo menos em teoria serviria para proteger de forma acrescida também este Museu.-----

----- Sabemos e já foi dito também que grande parte da importância deste Museu vai muito além do espólio e do repositório de instrumentos musicais, instrumentos históricos que tem em sua posse, mas também a importância do papel que tem na dinamização das atividades culturais, em parceria com o Conservatório Nacional, mas também com outros estabelecimentos de ensino de música, concertos, acompanhamento de estágios curriculares e, portanto, tem um papel que vai muito

além de um simples museu para exposição de determinados instrumentos e isso também se reflete o papel que os museus devem ter na comunidade e desse ponto de vista, parece-nos importante que se salguarde a forma como este museu tem funcionado até agora e, obviamente, tendo também uma abrangência e um âmbito nacional que possa expandir estas mesmas parcerias, estas sinergias que têm existido e isso é relevante. -----

----- Sobre a sua localização e da parte do Grupo Municipal, nós acompanhamos obviamente, a Moção da 7ª. Comissão e todas as razões que foram invocadas até agora e que poderão mais ser evocadas. -----

----- Parece-nos também bastante óbvio, deve ser da, é justificado que seja encontrada uma solução para este Museu na cidade de Lisboa e, por isso mesmo também acompanhamos a Moção que será remetida ao Ministério da Cultura e que esperemos, obviamente, que o debate que tem sido tido na cidade de Lisboa e deste Museu também chegue a bom porto no próprio Ministério da Cultura, que tem aqui uma responsabilidade importante e, enfim, para manter a potencialidade e a articulação e de trabalho que este Museu tem tido ao longo dos anos e que não se perca por causa de uma questão que, se calhar muito facilmente poderia ser resolvida e, portanto, da nossa parte não vamos tomar muito mais tempo, mas apenas referir que acompanhamos exatamente, tal como todos os Grupos Municipais esta reivindicação e esta Moção. Obrigada Senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada. -----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado do MPT José Inácio Faria, e prepara Ana Gaspar. -----

----- José Inácio Faria, 4 minutos e meio, faça o favor.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Inácio de Faria (MPT)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Secretário, antes de mais agradecer as palavras do Doutor Bagão Félix e também saudar o Presidente da Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica, António Cardoso. -----

----- Começo por saudar todos os Peticionários bem como os sócios dos Amigos do Museu Nacional de Música no desempenho desta cívica missão de representar e defender os interesses da população de Lisboa na manutenção do Museu Nacional da Música na cidade de Lisboa, e como é do conhecimento de todos os presentes é no interior da estação de Metro do Alto dos Moinhos, que o Museu Nacional de Música está sediado desde os idos anos de 1994 a título provisório, como já referiu aqui a Deputada Simonetta Luz Afonso, Museu este que possui uma das mais ricas coleções da Europa de instrumentos musicais, com um acervo composto por instrumentos do século 16 ao século 20 de tradição erudita e popular. -----

----- Entre os vários instrumentos classificado como Tesouro Nacional encontra-se um vasto espólio documental e várias coleções cenográficas e iconográficas. -----

----- Em janeiro de 2019 foi anunciado pela Senhora Ministra da Cultura, Doutora Graça Fonseca, que o Museu iria ser instalado por inteiro no Palácio Nacional de Mafra. Uma decisão não coincidente com o que fora anunciado pelo seu antecessor em janeiro de 2018 que previa dividir a exposição entre Lisboa e Mafra. -----

----- Em abril do corrente ano a Câmara de Mafra, prorrogou pela segunda vez, agora devido à pandemia, o lançamento do concurso para a elaboração do projeto de instalação do museu de música no Palácio Nacional de Mafra. Aqui chegados, caros colegas, e sem pôr em causa a magnífica vila de Mafra, mesmo que as recordações militares que dela guardo não sejam as melhores, no MPT entendemos que o Museu em causa, o Museu Nacional de Música deverá manter-se na cidade de Lisboa, porque mudá-lo para Mafra, não é como muitos defendem dar-lhe uma segunda vida, mas sim eutanasiá-lo e retirar-lhe o seu papel de ligação com outras instituições. -----

----- Exemplo disto é a articulação com o Conservatório Nacional de Música e com as várias escolas de música na cidade que apresentam os seus concertos, estágios e audições nas instalações do Museu Nacional da Música, designadamente entre outros a Academia de Música de Santa Cecília da saudosa Embaixatriz Vera Franco Nogueira, entre outros. -----

----- Para além do mais a transferência do Museu Nacional da Música para Mafra iria fazer com que a acessibilidade do público, que se tem vindo a afirmar fiel semanalmente através dos concertos, se perca com a distância geográfica. -----

----- Meus Senhores é indesmentível que Lisboa representa no país o destino turístico nacional por excelência, onde aqui vêm os turistas gastar o seu dinheiro e que são uma componente importante das receitas do Museu Nacional de Música e da própria cidade de Lisboa, como, aliás, bem referiu o Doutor Bagão Félix e o António Cardoso. -----

----- O MPT entende que a deslocalização deste museu possa pôr em causa a sua própria identidade de Museu Nacional, que nasceu em Lisboa e que representa um património cultural histórico intimamente relacionado com o ensino artístico da música, sediado também ele em Lisboa, veja-se a exemplo, o próprio Conservatório Nacional de Música que está sediado em Lisboa e esperamos que nenhuma mente brilhante ou iluminada venha pôr em causa a sua localização e o mande para, sei lá, Freixo de Espada à Cinta, por sinal também uma belíssima vila. -----

----- Uma pergunta só que faço, por acaso alguém conhece bem o Convento de Mafra? Eu conheço. Por acaso sabem os problemas estruturais de que o Convento **pa**dece? Para além das humidades que foram aqui referidas, dos paióis e tudo o mais, imagino eu o banquete que será para as ratazanas que pululam o Convento, estes instrumentos museológicos. -----

----- Termina Senhora Secretária referindo que o MPT segue na totalidade as pretensões dos Senhores petionários e votará favoravelmente a Recomendação de 7ª. Comissão Permanente. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----



----- Tem a palavra a Senhora Deputada Ana Gaspar, que dispõe de 4 minutos e meio por cumulação do tempo dos Deputados do CPL. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Gaspar (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Bom, caras e caros, outra vez, saudar vivamente os peticionários que no seu propósito firme de manter este Museu Nacional de Música, que tão formidável é, na nossa cidade em Lisboa, revelou profundo respeito e amor pelo seu funcionamento, pelo seu acervo, pelas condições de preservação, bem como pelo trabalho dos músicos que ali se apresentam. -----

----- Elencar ainda todo o labor rigoroso deste museu com as escolas de música e o exemplo do Conservatório Nacional e desta colaboração são paradigmáticos, a promoção do ensino da música, todo o trabalho de criação de público/públicos. -----

----- Dizer ainda e também, obviamente da relevância da criação de polos deste museu a nível nacional, a par da natural atribuição de um espaço digno para este museu na sua cidade berço. -----

----- A fim de dar sequência à excelência do seu trabalho a nível da investigação e também da promoção da educação musical. O durante e pós pandemia tem revelado e que revelará, estou certa, o papel decisivo da arte na nossa vida, nas nossas vidas. -----

----- Por fim e sabem que eu gosto de alguns autores, apenas uma pequena frase de Antero de Quental, “Amar, mas de um amor que tenha vida”, eu penso que o Museu Nacional, e toda a gente que pugna por ele é paradigma deste amar, de um amor que e tenha vida, e que o Antero de Quental tão bem cantou. Obrigada e disse, boas férias.” -

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada. -----

----- Não tenho mais inscrições, pergunto à Câmara Municipal de Lisboa se pretende intervir. Faça favor.” -----

----- **O Senhor Vereador Carlos Castro,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Secretário. -----

----- Também naturalmente uma primeira palavra de saudação para os peticionários na pessoa do Doutor António Bagão Félix, e também depois de assistir a este vivo e bastante pertinente debate, manifestar que da parte da Câmara Municipal de Lisboa há toda a disponibilidade para, assim seja atendida pela tutela do Museu e, portanto, importa referir que a tutela é do Ministério da Cultura, mais propriamente da Direção-Geral do Património Cultural, se assim for entender, há toda a solidariedade da Câmara, mais propriamente do Pelouro da Cultura para encontrarmos alternativas para a instalação dos respetivos serviços e espólios do Museu Nacional da Música. Muito obrigado. “ -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador. -----

----- Senhor Presidente não tenho mais inscrições.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

-----" Muito bem, vamos passar à votação da Moção 103/01 relativa à Petição 15/2019."-----

----- **Moção 103/01 (7ªCP)**, não têm votos contra e nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, dos Senhores Deputado Municipais Independentes Paulo Muacho, Patricia Gonçalves, António Avelãs, Teresa Craveiro, Joana Alegre, Ana Gaspar, José Alberto Franco, Miguel Graça, Rui Costa, Rodrigo Mello Gonçalves e Raúl Santos. **A Moção 103/01 (7ªCP), foi aprovada por unanimidade.**-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- "Vamos agora passar à apreciação da Petição nº 07/2019."-----

----- **PETIÇÃO Nº 07/2019 - (APRESENTADA PELA PETICIONÁRIA SUSANA SIMPLÍCIO EM REPRESENTAÇÃO DE UM GRUPO DE CIDADÃOS) APECIAÇÃO DA PETIÇÃO N.º 07/2019 – “POR UM JARDIM NO MARTIM MONIZ”, NOS TERMOS DA PETIÇÃO E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 85º DO REGIMENTO;**-----

----- Relatório da 3ª e 4ª 7ª Comissões Permanentes-----

----- **Recomendação 115/04 (3ª e 4ª CP)** -----

----- (A Petição 07/2019 fica anexada a esta Ata como **Anexo XIII** e dela faz parte integrante)-----

----- (O Relatório da 3ª e 4ª. Comissões Permanentes fica anexada a esta Ata como **Anexo XIV** e dela faz parte integrante) -----

----- (A Recomendação 115/04 (3ª e 4ª CP) fica anexada a esta Ata como **V** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- "Peço ao António Avelãs que conduza os trabalhos."-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- "Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Eu chamo para fazer a sua intervenção a Peticionária cidadã Susana Simplício, que dispõe de 10 minutos, por favor."-----

----- **A Peticionária, Susana Simplício**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:

----- "Boa tarde a todos e a todas. -----

----- Estou aqui em representação do Movimento jardim Martim Moniz e da sua Petição. O projeto comercial que estava previsto para aquele espaço... e foi também a Câmara Municipal e não avançou. -----

----- Houve também então efetivamente a decisão de ser feito um concurso público, de haver participação pública, de construção de um espaço verde para aquela zona... quem nós representamos enquanto cidadãos. -----

----- Nós não ficamos muito contentes, obviamente, não ficámos muito contentes com as recomendações apresentadas pela Assembleia Municipal e do trabalho da Assembleia Municipal até pela a conjugação de votos e o mito de também juntar. -----

----- Acima de tudo, gostaria de fazer referência, de poder dizer pode é dizer e é importante a gestão deste espaço para a gestão pública não é? Que é importante aquele espaço porque é um espaço central na cidade, com uma dimensão bastante grande e centralidade, uma solução ambiental, questionável ambientalmente e que possa marcar a diferença na cidade com as soluções ecológicas para a cidade, que é algo que tem sido unanime e que se tem falado muito agora até pela questão de sermos a Capital Europeia Verde de 2020, portanto, essa é uma questão bastante importante e que gostaríamos de reforçar, obviamente, com a questão do processo participado, que é uma das coisas que nós também já solicitávamos na petição e que também fica em consonância com aquilo que se as sessões da Assembleia Municipal por acharmos que, de facto, poderá também fazer a diferença e tornar-se o exemplo daquilo que se pretende no futuro para a cidade. -----

----- Compreendemos que a questão da pandemia possa ter trazido aqui alguns atrasos, mas de qualquer forma começar a desenhar aquilo que é o projeto de participação e começar também a juntar aqueles que poderão ser os intervenientes e que possam começar também a contribuir para isso e, de facto, sentimos que aquele espaço que precisa de uma intervenção. -----

----- É um espaço que também necessitava de um processo participativo a também ali alguma... gostava de chamar a atenção para isso uma vez que falta também algum sombreamento e criar ali também mais conforto naquela praça. -----

----- Todo o processo está a ser feito e como é natural tem as suas demoras, efetivamente com um espaço verde nós compreendemos que existam ali algumas questões, que se colocam uns desafios para aquele espaço, mas que causam algumas limitações, que também essas sejam transparentes e tratadas de forma a que sejam compreendidas ou apresentadas em detrimento de outras, eu também gostava de ver ali uma solução ambiental na cidade, apesar de todas as problemáticas existentes e referentes às questões climatéricas e do calor, para além da saúde física e mental da população que já obviamente também defendemos... na Assembleia Municipal. -----

----- Resta-nos apenas agradecer o envolvimento de todas as partes que reconhecem a importância daquela praça e têm vontade de a mudar. Agradecer à população, cidadãos, que se manifestam pelo usufruto público...e torná-las também parte das soluções, desculpá-las porque achando que ia ser um processo fundamental de cidadania cada vez com um maior relevo e com uma forte motivação por parte dos que habitam e que trabalham e que usufruem do espaço público. Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Susana Simplício. -----

----- Pergunto ao Senhor Deputado Mário Patrício se pretende apresentar o relatório conjunto da 3ª. e 4ª Comissões? Pode começar.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Mário Patrício (PS)** no uso da palavra, enquanto relator, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Secretário. Obrigado Senhor Presidente, caros colegas, cara peticionária e restante público que está a ver por esta via. -----

----- Também esta petição na continuidade do que tem sido hoje a agenda de trabalhos me diz respeito aos temas de urbanismo na cidade representa e ilustra a valorização do trabalho conjunto entre cidadãos, neste caso, os peticionários, as Comissões Permanentes da Assembleia Municipal e a Vereação da Câmara. -----

----- Senhora Peticionária a senhora identificou bem o problema, ela que representa mais de 1600 cidadãos que que subscreveram esta petição, a 3ª e a 4ª. Comissões ouviram os representantes dos peticionários, assim como também ouvimos o Senhor Vereador Ricardo Veludo. -----

----- De referir que este tema também foi objeto de um debate da atualidade que se realizou em fevereiro de 2019 na Assembleia Municipal de Lisboa, também antecipando já este tema, a Junta de Freguesia de Santa Maria Maior também promoveu um primeiro debate público saudando e insurgindo-se contra algumas questões relacionadas com o projeto então preconizada para o local. -----

----- Na audiência do Senhor Vereador Ricardo Veludo foi-nos transmitido por ele que neste momento, na altura estava a concluir um processo de uma proposta a ser discutida com o Executivo Municipal e que não faria sentido estarmos a apresentar previamente qualquer metodologia sem primeiro discutir em sede de reunião de Câmara, o que nós entendemos, mas que salvaguardou que este processo, contemplará, no fundo, aquilo que nós apresentamos no relatório, como as recomendações do relatório vêm ao encontro daquilo que o Senhor Vereador nos apresentou, vem no fundo ou encontro daquilo que tanto peticionários como os Deputados Municipais esperavam da Câmara, portanto, é congratularmo-nos por esta situação e esperarmos que, em breve, possamos analisar o modelo participativo e cá estaremos também para dar os nossos contributos naquilo que entendemos e que possam vir a melhorar o projeto, que esperemos que seja realizado com alguma celeridade, porque é uma zona da cidade de Lisboa que há muito aguarda uma intervenção de monta que possa, no fundo, valorizar todo aquele território, respeitando sempre a interculturalidade, que é característica daquele espaço e de várias origens que estão naquela zona envolvente. Obrigada a todos e estarei disponível para qualquer outro tipo de esclarecimento que entendam necessário. “ -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Eu pergunto aos senhores presidentes da 3ª e 4ª Comissão, os Deputados Miguel Gama e Luís Newton se querem fazer a apresentação da Recomendação 115/04.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Gama (PS)** no uso da palavra, enquanto relator, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Secretário, eu prescindo da minha intervenção.-----

----- Gostaria apenas rapidamente de felicitar a Câmara Municipal de Lisboa, na pessoa do Senhor Vereador Ricardo Veludo e, principalmente dos Deputados a 3ª Comissão e também da 4ª., mas penso que o meu colega falará pela 4ª. Comissão, fruto do esforço que contribuiu para o sucesso que hoje tem vindo a ser alcançado nas soluções para estes problemas que nos foram apresentados pelos vários peticionários nestas questões de extrema importância para a cidade a acho que este esforço conjunto dos Deputados, com as outras restantes forças foram muito importantes para conseguirmos atingir estes resultados que me parecem bastante positivos. -----

----- E é só, muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- O Senhor Deputado Luís Newton quer usar da palavra?” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Gama (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Secretário muito obrigado, não, não tenho nada a acrescentar relativamente àquilo que já foi dito pelo Senhor Presidente da 3ª Comissão.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Tenho então as seguintes inscrições: os Senhores Deputados Cláudia Madeira, Aline de Beuvink, Diogo Moura, Miguel Santos, Fernando Correia, Miguel Coelho, Isabel Pires, Paulo Muacho, José Inácio Faria e Teresa Craveiro, se houver alguma alteração ou alguma falha façam o favor de dizer. -----

----- Dou a palavra então à Senhora Deputada do PEV, Cláudia Madeira e prepara Aline Beuvink. -----

----- Cláudia Madeira, tem 4 minutos e meio por favor.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada e boa tarde a todos. -----

----- Os Verdes começam por saudar os peticionários que, através deste acto de cidadania, nos trazem a sua proposta de criação de um jardim na Praça Martim Moniz, manifestando a preocupação com o projecto que estava previsto para aquela zona. -----

----- Sobre a matéria em discussão já tivemos oportunidade de, por diversas vezes, nomeadamente no debate de actualidade, manifestar a nossa posição em relação ao Martim Moniz e partilhamos as preocupações e as propostas dos peticionários. -----

----- A petição pretende e bem, na perspectiva do PEV, que esta praça se transforme numa zona verde, inclusiva e sustentável, que possa ser usufruída por todos, devendo o projecto resultar de um concurso público, com ampla participação, em oposição ao projecto de um núcleo comercial concessionado a privados com mais de quarenta lojas instaladas em contentores marítimos. -----

----- Este processo iniciou-se de forma inaceitável e pouco transparente, sem a devida discussão por parte dos cidadãos e dos órgãos municipais e até com alguma inflexibilidade por parte do executivo. -----

----- Perante a contestação imediata que se gerou, o promotor foi obrigado a rerepresentar o projecto, abandonando a ideia da vedação, numa simples operação de cosmética, porque tudo o resto se mantinha, segundo o que foi possível apurar, pois também é preciso dizer que muito do que se soube, foi pela comunicação social, porque o executivo não prestava os devidos esclarecimentos, apesar de a praça ter chegado a estar entaipada e com o alvará de obras afixado. -----

----- Este processo conheceu alguns avanços e recuos, para os quais muito contribuiu a participação e a contestação por parte dos munícipes e de algumas forças políticas, até que a CML assumiu que o projecto dos contentores não ia avançar, reiniciando-se o processo para a reconfiguração da praça, reflectindo a sensibilidade de várias vozes da cidade, incluindo a do PEV. Ou seja, a intenção de abandonar o projecto inicial é uma vitória de todos os que se mobilizaram em defesa da Praça Martim Moniz e até poderia e deveria ter acontecido mais cedo. -----

----- Não se pode ignorar que aquela zona tem falta de jardins e de espaços públicos que proporcionem bem-estar e qualidade de vida à população, além de problemas de ruído e de poluição. De facto, não existe um único jardim no eixo entre a Alameda e o Rio Tejo, e a CML não podia continuar a ver no Martim Moniz apenas mais uma zona comercial, quando podia fazer a diferença pela positiva. -----

----- A CML tem agora aqui uma oportunidade para requalificar aquela zona, dando especial atenção às questões ambientais e de saúde pública, indo ao encontro dos compromissos assumidos, em particular da Capital Verde Europeia. -----

----- Este é mais um exemplo que comprova que vale a pena lutar e que quando existe diálogo é possível melhorar e adaptar um projecto às necessidades da cidade e dos munícipes, pelo que é de valorizar esta inversão da CML em relação a este projecto. ---

----- No entanto, esta deveria ser sempre a actuação da autarquia e não apenas quando a contestação começa a ter muita visibilidade. Quando o erro que se está prestes a cometer é muito grande, é preferível parar, ouvir as pessoas e recomeçar do zero. -----

----- Em conclusão, esta petição mostra-nos dois lados opostos. Por um lado, tudo o que a CML não deve fazer, por outro, aquilo que é possível e desejável fazer. Ou seja, a petição e todas as iniciativas em torno desta matéria cumpriram a sua missão e evitaram que a CML insistisse no erro do projecto inicial. -----

----- Por fim, e sobre as recomendações, Os Verdes entendem que respondem aos que nos foi colocado pelos peticionários, nomeadamente o desenvolvimento dos mecanismos de divulgação e participação junto da população, a promoção de um concurso de ideias para a requalificação do Martim Moniz, que tenha em conta o aumento da oferta de espaços verdes e de equipamentos de recreio para crianças e jovens. Obrigada.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada. -----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Aline Beuvink do PPM, e prepara Diogo Moura. -----

----- Aline Beuvink, 4 minutos e meio, por favor.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Aline Beuvink (PPM)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhor Primeiro-Secretário, mais uma vez boa tarde a todos principalmente e dirigido aos senhores peticionários. -----

----- Temos em mãos uma Petição relacionada com um Jardim no Martim Moniz subscrita por 1607 cidadãos, que tem uma proposta concreta com objetivos claros para esta nossa praça no centro da cidade de Lisboa. -----

----- Segundo os promotores do projeto a requalificação desta praça através da construção do mercado Martin Moniz pretende tornar este espaço num local de lazer e convívio de culturas, tendo como base 90 contentores marítimos empilhados uns nos outros, em prol do turismo, os atuais quiosques desaparecem assim como as esculturas situadas mais a sul da praça que evocam a existência da muralha fernandina naquele local. -----

----- Na reunião pública do Executivo no dia 25/6/2019, o Presidente da Câmara Fernando Medina disse e passo a citar “A decisão é de não avançar com o projeto que tinha sido apresentado e de se reiniciar o processo para a reconfiguração da praça.”, fim de citação, uma decisão onde o PPM e muitos cidadãos louvam e agradecem -----

----- No entanto referiu que este projeto, e volto a citar, vai ao encontro daquilo que era o espírito expresso na Câmara, mas também a sensibilidade várias vezes da cidade, e eu pergunto que vocês são essas e a quem é que o Presidente? E a quem é que o Senhor Presidente Medina se referiria? -----

----- Para o PPM a Praça Martim Moniz, com muitas outras praças da cidade não deve ser vista como futuros negócios, muito menos centros comerciais, mas sim espaços que sirvam as populações, tanto residentes como de visitantes e deste modo, o que é que pedido para esta praça é, obviamente, um espaço verde. -----

----- Gostaria de convidar o Senhor Presidente da Câmara, Fernando Medina, bem como toda a vereação a dar um passeio pela cidade e fazer o percurso do Cais do Sodré até à dita Praça Martim Moniz, a conclusão a que chegaríamos seria óbvia, aliás, como já foi aqui falado pela Senhora Deputada do PEV, a falta de espaços verdes é gritante nesta parte da cidade devido à sua implementação urbanística maioritariamente setecentista, em que essas preocupações não tinham lugar. -----

----- No entanto, sabemos que hoje os espaços verdes são fundamentais para o dia a dia de cada um, portanto, se este local tão maltratado urbanisticamente no último século e meio irá ser reorganizado, então que o façam de forma lúcida e coerente com as necessidades da cidade e dos lisboetas. -----

----- É de louvar o relatório conjunto da 3ª. e 4ª. Comissões e todas as recomendações que constam no documento, tanto a nível dos mecanismos de divulgação como a promoção de concursos de ideias, sublinhando a participação pública bem patente neste relatório, João Seixas, Mário Alves e Manuela Correia apresentaram dados -----

concretos para as funções adotar neste espaço, bem como os riscos para a saúde atualmente presentes na praça desde a poluição atmosférica ao ruído do tráfego automóvel. -----

----- O PPM quer também louvar o papel do Senhor Vereador Ricardo Veludo sobre mais esta matéria que provou na audição de 15/5/2020 a importância da participação pública. -----

----- E acabo dizendo que, perante todo este trabalho realizado pelos petiçãoários e pelos Deputados da Assembleia, estamos esperançosos quanto ao desenvolvimento que a Câmara adotará e qual será a sua solução final. Disse.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada. -----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado do CDS, Diogo Moura, e prepara Miguel Santos.” -----

----- Diogo Moura tem 4 minutos e meio, faça favor.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Secretário. -----

----- Começo, obviamente, por saudar os petiçãoários por aquilo que nos trazem hoje por esta iniciativa da democracia participativa, mas, principalmente pela objetividade, pelo rigor e pelo conhecimento técnico nos caminhos que nos apontaram na petição que nos apresentaram na solução que preconizam para um Jardim e para um espaço público que seja e vivido por todos no Martim Moniz. -----

----- Relembrarmos aqui a importância da convivência social e o próprio envolvimento social daquela zona, a oportunidade única intervir na malha histórica da cidade, é preciso lembrar que toda a malha histórica está consolidada, este é o único espaço que ainda existe que pode ser, obter uma grande intervenção do ponto de vista da sustentabilidade ambiental da cidade, e daí a proposta de criar um espaço verde nesta zona e, obviamente complementá-lo com medidas de combate e mitigação das alterações climáticas. -----

----- Este processo do Martim Moniz todos nós sabemos que ele foi muito turbulento. Tínhamos um contrato de concessão que foi incumprido, sabemos que a Câmara sem dar conhecimento a qualquer eleito, seja da Câmara à Assembleia Municipal fez uma alteração da sua ação contratual e, portanto, voltou a fazer um novo contrato até 2032, o famoso projeto dos contentores e que o levantou então várias críticas de forma pública, não só a da comunidade envolvente, dos moradores, dos comerciantes mas também de muitos técnicos que consideravam que aquele espaço não era um espaço que devesse receber uma maior volumetria e aquele tipo de resposta que a cidade naquela zona mais não precisa e, obviamente fazê-lo sem, se não houve um debate nos órgãos camarários, muito menos houve um debate público, portanto, após esta manifestação a Assembleia Municipal fez aquilo que devia, promoveu a um debate da atualidade de onde saíram várias deliberações que vão hoje ao encontro daqui o que são as recomendações do relatório desta 3ª. e da 4ª. Comissão e a Câmara viu-se



obrigada, o Senhor Presidente da Câmara viu-se obrigado a voltar atrás com esta solução urbanística para a aquela praça.-----

----- Mantém-se obviamente o projeto de requalificações de exteriores e é preciso ter em conta que estamos a falar de projetos completamente distintos, e este projeto do Arquiteto José Adrião mantém-se, e bem, parece-nos a nós que é inexequível e que é adequado àquela zona, nomeadamente a construção de um parque infantil na zona exterior e, portanto, também sabemos que houve uma intenção de procurar a unanimidade, mas também esta Assembleia Municipal de um verdadeiro debate público, esse debate público infelizmente ficou digamos que condicionado, em *stand-by* pela crise pandémica e, portanto, leva-nos agora à discussão deste relatório apenas nesta altura. -----

----- Eu gostaria de salientar e terminar o seguinte, eu penso que é positivo a Câmara ter arrepiado caminho e ter voltado atrás com a solução, a solução não era boa, aliás, num encontro de opinião generalizada da população, mas também dos técnicos, que de resto até formulam esta petição, e que eu aproveitaria para novamente aqui felicitar pelo rigor com que nos apresentaram os debates. -----

----- Positiva também a abertura para que houvesse uma primeira discussão pública por parte do Senhor Vereador Ricardo Veludo, que foi manifestada como disse a Deputada Aline Beuvink, em sede de Comissão, e que haja obviamente um concurso, um verdadeiro concurso de ideias que seja uma verdadeira discussão, a discussão pública. -----

----- Nós estamos cientes da necessidade de criar mais espaço público, em particular, verde como já disse de uma malha consolidada da cidade, no caso histórico, que combata as ilhas de calor que são tão sentidas nesta zona da cidade e, portanto, temos aqui uma oportunidade única de criar o mini pulmão verde, se assim podemos chamar, e que obviamente se humanize esta praça e que se tenha em conta aquilo que é a diversidade cultural desta zona da cidade de Lisboa, em particular do Martim Moniz e da Mouraria, obviamente, acompanhamos as recomendações da 3.<sup>a</sup> e 4.<sup>a</sup> Comissão que sabemos também que na próxima quarta-feira em Reunião Pública de Câmara será apresentada uma proposta de metodologia de debate público, por parte do Senhor Vereador Ricardo Veludo, mas deixarei essa matéria obviamente para quem de direito, ao Senhor Vereador na sua intervenção, presumo que falará e, portanto, penso que é mais um passo positivo no sentido de que haja um verdadeiro debate público sobre este tema, que tanto deu que falar, o que nós queremos acima de tudo é que o Martim Moniz seja um espaço...”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Terminou o seu tempo Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Aline Beuvink (PPM)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “O PPM cede o seu tempo.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, estou mesmo a terminar apenas para dizer que o Martim Moniz tem, obviamente que ser um espaço que agregue e não um espaço que segregue. Muito obrigado”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado do PAN Miguel Santos e prepara Fernando Correia. -----

----- Miguel Santos tem 4 minutos e meio, por favor.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhor Secretário. -----

----- A 30 de abril de 2019 deu entrada na AML uma petição subscrita por 1607 subscritores, intitulada “Por um Jardim no Martim Moniz”, com o intuito de solicitar ao município o desenvolvimento das diligências necessárias para que se transforme a Praça Martim Moniz numa zona verde, dotada de sombras e mobiliário adequados, bem como de um parque infantil e equipamentos para exercício físico, em alternativa ao projeto de instalação de um núcleo comercial concessionado a privados com mais de quarenta lojas.-----

----- Do mesmo modo e apesar de cientes dos desafios que se colocam relativamente à reconversão e manutenção desta área numa zona verde, acima de tudo por questões técnicas relacionadas com a existência de um estacionamento subterrâneo na praça, fundamentam o pedido na alta pressão sonora e urbanística a que aquela área tem sido sujeita nos últimos anos, e no facto de não existir um digno e moderno espaço público, verde e ecológico, em todo o eixo Tejo-Alameda, com a agravante de que a execução do projeto irá agravar os problemas de ruído e de calor já existentes. -----

----- Com efeito, a Praça Martim Moniz integrada na freguesia de Santa Maria Maior, encontra-se limitada a Poente designadamente pelo Centro Comercial Martim Moniz, pelo novo conjunto edificado da EPUL e pelo Novo Quartel de Bombeiros e a Nascente pelo edifício do Centro Comercial da Mouraria e pela Igreja da Nossa Senhora da Saúde, sendo constituída pelo troço final da Rua da Palma e por pequenos troços das ruas que lhes são adjacentes, não sendo dotada de quaisquer espaços verdes. -----

----- Na reunião pública de câmara que teve lugar a 25 de julho de 2019, Fernando Medina anunciou que projeto de requalificação da Praça do Martim Moniz, que previa a construção de estabelecimentos comerciais em contentores, já não ia avançar e que se iria iniciar um processo de concurso de ideias” para a “reconfiguração da praça do Martim Moniz”. -----

----- No entanto e de acordo com as declarações prestadas pelos peticionários em sede de comissão permanente, os mesmos vêm contestar o projeto previsto para a Praça Martim Moniz, que prevê a instalação de um núcleo comercial com cerca de quarenta lojas, concessionado a uma empresa privada, e que vai ocupar toda a área central da Praça, quando pretendem que a mesma seja transformada numa zona verde para

usufruto pela comunidade local, residente, trabalhadora e visitante, uma vez que é uma zona bastante populosa e onde claramente faltam jardins e espaços públicos e de bem-estar social. -----

----- No decurso dos trabalhos da comissão, estiveram igualmente presentes três peticionários especialistas em diversas áreas de intervenção urbana que sublinharam que a Praça Martim Moniz tem um papel muito importante na regeneração da Baixa com a oferta de um espaço verde, e conforme já deve ser sabido por todos, os picos de poluição atmosférica fazem disparar os problemas respiratórios e também aumentar o risco de mortalidade, sobretudo na população idosa e que as partículas atmosféricas em suspensão que têm origem no tráfego rodoviário, estão presentes com especial incidência nas principais avenidas de Lisboa como a Avenida Almirante Reis, que não tem um sistema arbóreo. -----

----- Da audição do Vereador Ricardo Veludo, sobre o teor da presente petição que decorreu no dia 15 de maio de 2020, resultou que atendendo à área de intervenção a metodologia adotada assenta num processo que se quer participativo não só através dos meios digitais, mas sobretudo na promoção de sessões públicas, que devido à situação de confinamento, ainda, não foi possível realizar e que acompanha a necessidade de um espaço verde naquela zona, tanto mais que existem estudos que apontam para o desenvolvimento da Ilha de Calor ao longo da Avenida Almirante Reis. -----

----- Com efeito, os espaços verdes além de contribuírem para a diminuição da poluição atmosférica e da temperatura, são importantes para o bem-estar das populações. -----

----- Assim e apesar de no Programa “Uma Praça em cada Bairro – intervenções em espaço público”, se encontrar prevista uma intervenção para a Praça da Figueira, cujas linhas de ação principais são designadamente a reformulação do sistema de circulação e de promover o aumento do espaço público pedonal na área central da praça e bem assim o mobiliário urbano de estadia, julgamos e esperamos que seja efetivamente equacionada, com as limitações decorrentes com a existência de um estacionamento subterrâneo, a criação de espaços verdes para o Largo do Martim Moniz em proporção considerável que possam de alguma forma aliviar a poluição sonora e o tráfego que por aí passa diariamente. -----

----- A participação e a decisão do Senhor Vereador Ricardo Veludo neste processo que irá agora conduzir, por um lado o processo participativo que é fundamental para que se saiba realmente o que é que a população acha relevante e importante para este espaço e que irá definir posteriormente um concurso de ideias. -----

----- Portanto, este processo da forma como está a ser executado neste momento, tem tudo para ser um modelo daquilo que no futuro a Câmara poderá fazer para situações desta dimensão e desta nesta capacidade de polémica que podem gerar. -----

----- É uma zona muito importante para a cidade, como já foi referido não existem espaços verdes ali e eu creio que tem tudo para dar certo, tem neste momento os passos que estão a ser dados pela Vereação, são passos bem-vindos e agora temos que aguardar aquilo que a população no seu processo participativo também nos vai dizer e

que todos trabalhem pelo bem da cidade e que tenhamos uma praça que satisfaça todos os lisboetas e que proporcione uma quebra nas ilhas de calor da Baixa e seja um orgulho para todos nós. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado do PCP, Fernando Correia, e prepara Miguel Coelho. -----

----- Fernando Correia, faça o favor.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fernando Correia (PCP-Independente)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Mais uma vez, boa tarde a todos. -----

----- Uma saudação aos Senhores Peticionários por fazerem valer os vossos direitos, fazendo chegar a esta Assembleia uma petição que é informativa sobre a vossa pretensão, mas também tem uma componente formativa sobre a Praça Martim Moniz e o papel que esta deve desempenhar numa cidade que é este ano é Capital Verde Europeia. -----

----- Ultrapassada a intenção da Câmara Municipal de transformar a Praça Martim Moniz num centro comercial para turistas, depois da contestação pública a que o PCP se associou, intervindo em diferentes espaços institucionais: Câmara Municipal, nesta assembleia e na Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior, e do presidente Fernando Medina ter anunciado a 25 de julho de 2019 (há um ano) a decisão de não avançar com o projeto, queremos acreditar que vingará a vontade de todos os que querem um jardim no Martim Moniz. -----

----- Um espaço público que seja uma zona verde de referência em Lisboa, concebido para um efetivo usufruto pela comunidade local, residente, trabalhadora e visitante. Um jardim com sombras e mobiliário urbano. Com infraestruturas de lazer e recreio que fomentem estilos de vida saudáveis, nomeadamente um parque infantil e equipamentos para exercício físico, como muito bem descrevem na petição. -----

----- Retirados os tapumes e afastados os contentores e tendo o vereador Ricardo Veludo afirmado estar de acordo com a criação de uma zona verde, na audição das 3ª e 4ª comissões permanentes desta assembleia, queremos acreditar que a “salganhada” dos contentores marítimas, projeto atentatório da qualidade de vida das populações, está de todo arredada e que a consulta pública de nova proposta de requalificação a apresentar pela Câmara Municipal, que neste momento dependente de serem ultrapassadas as restrições impostas pelo COVID 19, trará um “revolução de veludo” ao Martim Moniz. Falta esclarecer se o projeto que está a ser desenvolvido se refere à requalificação da área envolvente da praça e exclui o seu interior, ou se abrange todo o conjunto. -----

----- O PCP sempre lutou e continuará a lutar para que os espaços públicos da cidade sejam devolvidos aos cidadãos, recusando a sua exploração por privados. Podem continuar a contar connosco!-----

----- Ninguém compreenderia que, quando a Câmara anuncia e investe no projeto “Uma Praça em cada Bairro”, o Martim Moniz, que já era praça, agora deixasse de o ser.-----

----- Votaremos a favor do relatório e das Recomendações da 3ª e 4ª Comissões.-----

----- Meus Senhores boa tarde, provavelmente não vou falar mais antes de setembro, umas boas férias para todos e saúde.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, igualmente e boa saúde.-----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado do Partido Socialista, Miguel Coelho, e prepara Isabel Pires.-----

----- O Senhor Deputado Miguel Coelho não vai intervir?-----

----- Alguém do PS quer substituí-lo? Nesse caso não há substituição do PS e o Senhor Deputado Miguel Coelho não vai intervir por enquanto.-----

----- Nesse caso passo a palavra à Senhora Deputada Isabel Pires, do Bloco de Esquerda.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Sobre esta sobre esta petição eu creio que isto é apenas mais um caso, em que, enfim, ficou bem patente, pelo menos duas coisas em primeiro lugar de que foi preciso uma movimentação popular bastante grande em torno deste tema para que se percebesse que o projeto estava a ser pensado para aquela zona era um erro tremendo, foi feito completamente de costas para as populações daquela zona para quem estava já a ocupar, digamos assim aquele espaço público e de costas completamente viradas para as várias organizações e associações que trabalham naquela zona com a comunidade e, portanto, era um projeto que foi um erro, era um erro absolutamente tremendo e que denota muito bem a forma como a Vereação de Urbanismo foi lidando ao longo dos anos com o espaço público da cidade de Lisboa.-----

----- Não é o caso Jardim do Martim Moniz, não foi um caso único, onde não só o projeto era errado e de costas para a população como também acabava por privatizar de alguma forma espaço público, isso é absolutamente inaceitável, mas depois porque também foi um processo onde se percebeu que já antes da petição dar entrada, poucos dias antes de petição ter dado entrada, percebeu-se que havia ali um problema e a própria Assembleia Municipal teve um debate de atualidade de Fevereiro de 2019 exatamente sobre este processo, porque se percebeu desde muito cedo que a ia ser um tema polémico.-----

----- O segundo ponto, exatamente que queríamos colocar, tem a ver com a forma como neste processo, mas também já hoje falámos da questão da Torre da Portugália são dois exemplos muito claros em como foi preciso haver movimentações populares bastante grandes contra determinados projetos para a Câmara finalmente ter uma atitude de cancelar a esses mesmos projetos e passar a ouvir a população.-----

----- Agora diz-se que sobre o Jardim do Martim Moniz haverá uma discussão pública e que o projeto terá que ter obrigatoriamente esta discussão pública, aliás, ao longo

das várias audições a própria Recomendação espelha um bocadinho essa ideia, e bem, mas há claramente uma forma diferente de lidar com estes processos que era aquilo que da parte do Bloco de Esquerda nós tínhamos vindo a dizer há muitos anos, esses processos não podem ser feitos sem ouvir as populações sem perceber o que é que se quer o que é que as comunidades querem para as suas zonas, para os seus espaços, o que os preocupa e a Praça Martim Moniz, todos nós percebemos ao longo deste processo que tem características muito próprias que iriam ser completamente perdidas com a criação de uma espécie de um, enfim, de um centro comercial feito de contentores que não tem sentido nenhum no meio da cidade e, portanto, ainda bem que houve esse recuo. -----

----- Esperemos daqui para a frente que esta tal consulta pública, esta tal discussão pública possa ser frutífera e possa ser feito sempre a partir de agora este tipo de projetos que a Câmara a partir de agora sempre faça estes processos juntamente com as comunidades, em contacto com as populações, percebendo sempre quais é que são as dificuldades, quais é que são as necessidades e não, como temos vindo a assistir até agora, estes projetos que já aparecem feitos ao arrepio da opinião de toda a gente e, por isso também acompanhamos não só, e temos acompanhado ao longo destes meses, os petiçãoários e as várias ações de protesto que foram feitas, acompanhamos a Recomendação da 3ª. e da 4ª. Comissões, também a nível de freguesia vários Partidos Políticos e o Bloco de Esquerda incluído, teve o seu trabalho de tentar com que a própria Junta de Freguesia pudesse ter esse papel importantíssimo de diálogo e de levar também à própria Câmara esta necessidade e, portanto, louvar todo este processo que permitiu colocar em contacto vários atores para resolverem esta situação e que daqui para a frente, possamos ter mais processos onde se ouvem as populações primeiro antes de se decidir. Obrigada.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada. -----

----- Presumo que o Senhor Deputado Miguel Coelho ainda não está, portanto, chamo o Senhor Deputado Paulo Muacho, que dispõe de 1 minuto e meio, por acumulação do tempo da Deputada Patrícia Gonçalves. -----

----- Paulo Muacho, por favor, e prepara o Senhor Deputado José Inácio Faria.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Muacho (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Secretário, muito boa tarde novamente a todos, saúdo em particular os senhores petiçãoários. -----

----- Esta reivindicação que consta desta petição que é isso que trazem e que hoje analisamos é no nosso entender justa, os argumentos dos petiçãoários merecem toda a atenção da Câmara, em particular quando se fala da falta de espaços verdes nesta zona e em todo o eixo entre o Tejo e a Alameda, relativamente à distância de Praça do Martim Moniz dos espaços verdes mais próximos ser superior àquela que é o raio médio de influência do próprio jardim e também sobre a inexistência de um jardim de

tamanho relevante, portanto, mais de 7.500 metros quadrados, na Freguesia de Santa Maria, que é a única freguesia de Lisboa nesta situação. -----

----- São também já conhecidos os benefícios que os jardins trazem à qualidade de vida das pessoas e também naquilo que diz respeito à mitigação dos efeitos das alterações climáticas como, por exemplo, quando estamos perante ondas de calor.-----

----- Como o já anunciado cancelamento do projeto previsto pela Câmara Municipal para a Praça do Martim Moniz, no nosso entender, é urgente que a Câmara Municipal considere a opção que é proposta pelos peticionários e que, portanto, a criação de um jardim neste local e que vai no sentido de melhorar a qualidade de vida das pessoas que ali vivem, tornar a nossa cidade mais verde e, portanto, mais sustentável. -----

----- Obrigado.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado do MPT José Inácio Faria e prepara Teresa Craveiro. -----

----- José Inácio Faria, 4 minutos e meio, por favor.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Inácio de Faria (MPT)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado senhor secretário.-----

----- Começo por saudar os senhores peticionários e dizer-lhes que o exercício de uma cidadania ativa, nomeadamente o direito de petição é uma saudável expressão da vida da cidade que deve ser incentivado e tomado em elevada consideração no sentido de que dando voz aos munícipes, lhes permite alertar a Assembleia Municipal de Lisboa para situações que os preocupa e colocar em perspetiva a procura de decisões alternativas no que toca às questões apresentadas.-----

----- Esta petição foi apresentada por um grupo de cidadãos que solicitam o desenvolvimento das diligências necessárias para que se transforme a Praça Martim Moniz numa zona verde, onde seja possível relaxar e sentir bem a cidade com sombras e mobiliário adequado, bem como um parque infantil, equipamento para exercício físico em alternativa ao projetado para a construção de um núcleo comercial concessionado a privados, com mais de 40 lojas. -----

----- Aliás, gostaria de referir aqui algo que ainda não foi dito, que em 1997 para atenuar os disparates ali cometidos com a construção dos centros comerciais da Mouraria em 1989, o Arquiteto Gonçalo Ribeiro Telles reconfigurou a configuração da praça com o propósito de dotar aquela zona caótica com alguma componente possível verde, como à época lhe permitiram. -----

----- Em relação a esta petição e com o objetivo de serem prestados esclarecimentos sobre várias questões, realizou-se em sede da reunião da 3ª. e 4ª. Comissões Permanentes, a audição do Senhor Vereador com o pelouro do Planeamento e Urbanismo, Ricardo Veludo, que nos assegurou a todos os Deputados presentes que o projeto inicial gizado para o Martim Moniz não iria avançar. -----

----- Os Deputados presentes naquela reunião saudaram a Câmara e nós saudamos aqui também por não insistir na proposta inicial e reforçaram a necessidade de criar espaços verdes naquela zona da cidade. A verdade é que quando existe diálogo é possível melhorar e adaptar os projetos de intervenção às necessidades dos munícipes e que há que tirar o chapéu ao Senhor Vereador Ricardo Veludo, e não a outro Ricardo, mas a este Ricardo Veludo, pelo excelente trabalho que tem feito à frente do pelouro do Urbanismo, especialmente dando ouvidos a todos os atores da cidade. -----

----- O MPT entendeu que, entende que a ilha de calor ao longo da Avenida Almirante Reis e a não existência de um único Jardim no eixo entre a Alameda e o rio poderá ser uma oportunidade única para repensar aquele espaço de forma benéfica e não apenas como mais uma zona comercial. A decisão de não avançar com um projeto que deu origem a esta petição a Câmara Municipal de Lisboa tomou uma medida adequada para encontrar uma solução que dê resposta às pretensões dos subscritores da petição. -

----- Posto isto e não esquecendo que estamos em ano que Lisboa é a Capital Verde Europeia, aliás, como disse, e referiu aqui e muito bem a Deputada Cláudia Madeira, o Grupo Municipal do MPT defende que com a maior brevidade possível e de forma integrada seja feita a requalificação da Praça Martim Moniz, tendo em consideração as necessidades claramente identificadas localmente de aumento de oferta de espaços verdes de qualidade e de equipamentos de recreio para crianças e jovens, realçando o valor simbólico e a interculturalidade das comunidades de imigrantes envolventes. ----

----- Termino agradecendo uma vez mais o ato de cidadania dos senhores signatários desta petição, informando que o MPT irá votar favoravelmente a Recomendação das 3ª. e 4ª Comissões Permanentes como não poderia deixar de ser. Muito obrigado.” ----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Tem a palavra Senhora Deputada Independente Teresa Craveiro e prepara Francisco Domingues.-----

----- Teresa Craveiro tem 4 minutos e meio, por acumulação do tempo do seis Deputados CPL.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Teresa Craveiro (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde a todos. -----

----- Os Deputados Independentes Cidadãos por Lisboa saúdam os peticionários e, de facto, todo o seu movimento de trabalho apurado e até avançando no apoio da tomada de decisão, ou seja, trazendo elementos para apoiar a tomada de decisão e também não podemos de deixar de reportar que Santa Maria Maior é a té há um ano a Câmara que, no fundo, também avaliou o processo e o suspendeu para ultimamente, o Vereador Ricardo vir efetivamente falar de uma nova metodologia de intervenção com que não se baseia no facto consumado. -----

----- Portanto, hoje podemos dizer que a cidade de Lisboa, o poder local sai mais forte e legitimado por uma cidadania ativa e que acima de tudo essa mesma cidadania, aconteceu a Câmara e a Assembleia Municipal como um binómio, como um



elemento, de facto, de acordo e pensamos que isso é um salto qualitativo e deve-se exatamente também aos peticionários e a toda esta movimentação. -----

----- No entanto nós deixaríamos aqui que a área não é tão grande como parece no fundo, ao falarmos, planeamento não é desejo, não é uma área tão grande aquilo que é preciso compatibilizar de facto os equipamentos, o espaço verde, a questão da onda, é preciso também preservar a memória das camadas como se interveio na cidade ali, ficar essa memória, esse memorial, saber as sobrevivências mesmo alguns elementos dissonantes que não gostamos, explicar como eles surgiram, isto também é um ensinamento, Porquê? Esta praça é uma praça de entrada do eixo da Almirante Reis, foi sempre entrada da cidade na Baixa pobre para a Praça da Figueira e, portanto, há aqui os elementos que temos que entender ligados como já hoje aqui foi dito, com a Almirante Reis até à outra praça, portanto, há aqui todo um trabalho que tem que ser articulado, ele não pode ser um elemento singular, porque senão será sempre um não lugar, mesmo que tenham os equipamentos e tenha os vários aspetos de sombra.-----

----- Por último dizer que a democracia nunca e é um desperdício de tempo quando se respeite os cidadãos, no entanto, é preciso não protelar o tempo na participação, ela tem que ser uma participação muito cirúrgica, metodológica para obtermos resultados, portanto, também era esse elemento que deixávamos aqui como sugestão de intervenção e de trabalho, com certeza que iremos acompanhar.-----

----- Por último dizer que aguardamos, de facto, uma intervenção participada, debatida, metodológica e, acima de tudo, que se cumpra não só a Capital Verde, mas também a agenda urbana, a agenda urbana das Nações Unidas 2030 é muito clara no seu lema central, não deixar ninguém para trás, e não deixar ninguém para trás, estamos numa praça de interculturalidade, a praça ainda pode ser todas as comunidades de multiculturalidade, mas temos que trabalhar também nesta questão do salto da interculturalidade que nos honra e que nos beneficia na intolerância e, portanto, não deixar ninguém para trás, deverá sempre ser o lema da intervenção nesta Praça. Boas férias e muita saúde.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada, boas férias também.-----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado Francisco Domingues, do PSD, por favor.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Francisco Domingues (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Secretário.-----

----- No dia 20/11/2018, o então Senhor Vereador Manuel Salgado, prometeu que a Praça do Martim Moniz ia ser requalificada para ganhar, e passo a citar “uma qualidade que hoje não tem”, a que se resumia essa anunciada requalificação? Resumia-se para além da construção de um parque infantil que seria importante, mas também à colocação de contentores marítimos na placa central da Praça do Martim Moniz substituindo os quiosques que ali tinham sido enquadrados há alguns anos, por estrutura que ocupariam uma área superior e mais densa, transformando a praça num

verdadeiro *Shopping Center* ao ar livre, de muito mau gosto que em se interligaria ao restante espaço urbano, criando antes um verdadeiro mono visual e urbanístico.-----

----- Logo aquando da apresentação os moradores daquela zona da nossa cidade protestaram, pedindo antes que fosse construído um jardim público.-----

----- O PSD esteve mais uma vez ao lado da população, porquanto aquela zona da cidade já tem excesso de zonas comerciais, invariavelmente demasiada pressão turística e necessita verdadeiramente de uma zona de lazer de que a população possa usufruir, um espaço de vazio e silêncio em plena Baixa, um verdadeiro pulmão que estivesse aberto 24 horas por dia aos lisboetas e a quem nos visita, não se tendo assim colocada qualquer limitação horária no acesso àquele espaço. -----

----- A população no entender do PSD não foi mais uma vez ouvida como em outros projetos urbanísticos da cidade e o redesenho de toda a praça que teria, em nossa opinião, que ser equacionado. -----

----- Outro assunto relacionado com a requalificação da Praça do Martim Moniz, que também nunca entendemos, foi o facto do projeto de implementação os contentores ainda não tendo sido aprovado pela Câmara Municipal de Lisboa e já se verificar que se encontram a decorrer obras com vista à realização de infraestruturas no subsolo e sendo desde logo parte da Praça dada à população com inestéticos tapumes metálicos.-

----- De que forma é que se autorizou desde logo a realização de obras de infraestruturas sem que o projeto dos contentores que iria beneficiar dessas infraestruturas, tenha sido aprovado, foi uma questão que sempre colocámos e que não obtivemos resposta. -----

----- O PSD preconiza que a Praça do Martim Moniz deverá ser uma praça pública e não um mero espaço comercial e de restauração e que aquele espaço público deverá contribuir para o bem-estar das famílias, das pessoas e das famílias que ali residem e de quem trabalha naquela zona, e para os turistas que visitam a nossa cidade, sendo nosso entender a melhor opção a criação de uma zona verde, tendo presente a falta de zonas verdes naquela zona. -----

----- Lisboa precisa que a Praça do Martim Moniz seja da cidade e que esta não seja despojada de um espaço nobre, com vista a poder vir a ser utilizada quase em exclusivo em prol de interesses privados. O PSD congratula os peticionários para a apresentação da petição 7, de 2019, porque cremos que a sua ação irá contribuir e muito para que venha a ser criada uma grande zona verde na Praça do Martim Moniz, sendo que relativamente às recomendações formuladas através do relatório independente à referida petição, o PSD acompanha as mesmas na íntegra votando-as favoravelmente. Disse.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Eu presumo que o Senhor Deputado Miguel Coelho não está presente, pelo que não havendo mais inscrições, pergunto à Câmara Municipal se quer intervir?” -----

----- Faça o favor Senhor Vereador Ricardo Veludo.” -----

----- **O Senhor Vereador Ricardo Veludo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “A Praça do Martim Moniz é um espaço, conforme foi referido, é um espaço emblemático da cidade de Lisboa a vários níveis, e corresponde de facto...”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Deixámos de o ouvir Senhor Vereador. Não sei se é possível retomar.”-----

----- **O Senhor Vereador Ricardo Veludo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Peço desculpa, tive aqui um problema técnico e a minha sessão fechou-se.-----

----- Muito obrigado, portanto, dizia eu da importância que esta praça tem no contexto na forma da cidade e da sua macroestrutura que corresponde, digamos, ao remate do principal eixo urbano da cidade.-----

----- Este espaço foi objeto de várias intervenções ao longo da história da cidade e todos sentimos que o resultado final não nos satisfaz completamente, não nos satisfaz na conjugação da edificação que está organizada na sua envolvente...-----

----- Peço desculpa, em dois equipamentos diferentes fiquei sem ligação, a ligação caiu, agora vou falar a partir do meu telemóvel, peço desculpa por esta situação.-----

----- Portanto, eu queria dizer que conforme já foi referido a Praça do Martim Moniz ao longo da história que foi sofrendo várias intervenções e nenhuma delas nos deixou completamente satisfeitos, portanto, há um sentido de necessidade, há uma espécie de não-lugar nesta praça, só que esta praça para além deste legado difícil e que não terá sido por falta de talento dos arquitetos e de aqueles que governaram a cidade de Lisboa nas últimas muitas décadas, é uma configuração geométrica difícil, é um espaço onde se concentra a maior diversidade cultural desta cidade, é onde se concentra uma multiplicidade de utilizações de infraestruturas e de edifícios quer abaixo do solo quer acima do solo, e tudo isto são condicionantes muito concretas para tudo aquilo que quisermos fazer.-----

----- Existem conjugações que são possíveis de conciliar outras conjugações vão ter que nos obrigar, eventualmente, a tomar decisões, porque podem não ser compatíveis, optar por uma coisa pode querer determinadas coisas, pode implicar ter que prescindir de outras coisas, e isso é importante estarmos cientes disso.-----

----- Por outro lado, como foi aqui dito, existe um problema de risco do fenómeno de ilha de calor ao longo do eixo da Almirante Reis e, por isso, todas as oportunidades que temos de intervenção no espaço público, devem ter como preocupação central aumentarmos as áreas de sombreamento de preferência com árvores e aumentando assim os percursos que a cidade oferece com sobriamente, com conforto climático para que a rua se possa utilizar de forma franca.-----

----- Tendo em conta todo este legado e a complexidade que temos presente, é essencial mobilizar toda a capacidade que temos, vai ser um processo excecional de participação pública, de mobilização da comunidade e da capacidade técnica que temos para pôr ao serviço da resolução deste problema que é um problema da nossa cidade, nesse sentido a Câmara Municipal de Lisboa, todos os vereadores das várias

forças políticas aprovaram, subscreveram e aprovaram uma proposta com orientações claras neste sentido e incumbiram-me de preparar uma metodologia que concretizasse o processo de participação. -----

----- Essa metodologia já foi distribuída aos Senhores Vereadores e será apreciada, discutida e votada na próxima Reunião Pública de Câmara, na próxima semana, dia 29 de julho. -----

----- No essencial essa proposta inclui as seguintes etapas, em primeiro lugar, uma etapa de auscultação pública livre, em que qualquer pessoa pode-nos enviar pela Internet ou por escrito, digamos, as suas propostas, as suas preocupações. Isto em si mesmo não é nada de novo, aquilo que faremos de diferente é que iremos ouvir em profundidade, em estudos qualitativos aquilo que são as inquietações, as preocupações e os desejos dos vários utilizadores desta praça, desde logo, as pessoas e as famílias que vivem na envolvente da praça e nos bairros que se organizam em torno dela, mas também os comerciantes, mas também aqueles que lá trabalham, portanto todos aqueles que utilizam a praça, portanto, vamos mobilizar a capacidade das ciências sociais para estudarmos em maior profundidade aquilo que são as preocupações e, por isso, e as propostas concretas e, por isso faremos focus grupo para este mesmo processo...” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Peço desculpa Senhor Vereador. O PS quer dar tempo ao Senhor Vereador?-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Segunda Secretária, o PS cede sempre o tempo aos seus!” -----

----- **O Senhor Vereador Ricardo Veludo,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado Manuel Lage e à Senhora Secretária. -----

----- Esse processo tem que iniciar-se precisamente como a partilha de informação que nos permita a todos nivelar o conhecimento sobre aquele espaço e a sua complexidade e, por isso organizaremos uma exposição pública sobre todas as componentes determinantes para aquilo que é o futuro da cidade, quer do ponto de vista biofísico, urbanístico, arquitetónico e socio demográfico e económico, e ambiental. -----

----- Também organizaremos um vídeo documental estes conteúdos deverão ser disponibilizados pelo menos em dois idiomas atendendo à diversidade cultural e linguística que temos ali presente, e com base nisso, será produzido um relatório pelos serviços de urbanismo e a participação pública para sistematizar, codificar numa proposta de objetivos e de programa funcional para esta praça, e que será submetida à apreciação da Câmara depois de ouvido o parecer da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, que é a freguesia onde se inclui esta praça. -----

----- “A Câmara aprovará um programa base, este programa base será disponibilizado à população e será iniciado uma outra etapa de participação pública, desta vez, abrindo espaço para todos aqueles queiram concretizar o programa com soluções desenhadas, seja qualquer cidadão arquiteto, urbanistas, engenheiros, ecologistas,

quem quiser, poder ajudar a interpretar aquele programa e fazer soluções que possam inspirar o projeto que se vier a desenvolver. -----

----- No fim desse ciclo teremos então um novo relatório que também levar em conta esta informação mais infografada, mais visual e que será também sujeita a parecer da Junta de Freguesia aprovada em reunião de Câmara e dará origem a um caderno de encargos para um concurso público internacional onde será escolhido o projeto e depois de um novo concurso para a obra. -----

----- Mas eu queria sublinhar que a participação pública não se deve esgotar nesta fase de conceção, ela deve fazer parte de todas as fases do processo de transformação da cidade e, por isso também iremos propor formas de garantir a participação quer na fase do projeto quer na fase de execução da obra e, naturalmente, na fase de fruição daquela praça. -----

----- Atendendo à diversidade de interesses e de opiniões que existe não sei se vamos conseguir encontrar uma solução que reúne a satisfação de todos, mas vamos seguramente ouvir todos, não deixaremos ninguém para trás, ouviremos todos aqueles que querem falar, inclusive e com grande preocupação, ouviremos aqueles que normalmente não têm voz e que não têm capacidade organizativa para se ouvirem, para se fazerem ouvir. -----

----- Queria terminar por dizer que estamos na presença de uma petição que evidencia uma grande seriedade intelectual e capacidade argumentativa e clareza nos propósitos e nas soluções apresentadas. Todos aqueles que participaram na redação desta petição estão de parabéns e agradeço em nome da Câmara, o tempo, o trabalho, dedicação, as horas infinitas de ativação social que fizeram para conseguirem redigir com esta qualidade esta proposta e que nos inspira para o processo que vamos desenvolver a seguir. -----

----- Esta praça, termino para dizer que esta praça não é uma folha em branco, ela tem muitas pré-existências e que temos que ter a capacidade de interpretar com sensibilidade e com engenho e arte a solução que se vier a propor para este local. -----

----- E era isto que queria dizer, sublinhando que estes movimentos, foi aqui referido, a favor ou contra determinados projetos que se apresentam na cidade, sejam eles privados ou sejam eles públicos, fazem parte de uma cultura democrática da vida na cidade e isso é parte, deve ser parte da normalidade. A liberdade democrática na cidade de Lisboa inclui, comporta e valoriza os movimentos a favor ou contra, sobretudo quando têm qualidade argumentativa e quando os propósitos são substanciais e, por isso estamos muito agradecidos àqueles que se opõem ou àqueles que querem apoiar um determinado projeto, e que com qualidade argumentativa nos ajudam a fazer melhor o nosso trabalho, a nós todos, nós Vereadores e creio que se me permitirem que também aos outros eleitos que fazem parte deste Órgão do Município. Muito obrigado às pessoas que fizeram esta petição e também aos Senhores Deputados que me fazem sentir sempre muito apoiado e estimular a continuar a ouvir e a interpretar de forma aberta aquilo que são as preocupações da população. Muito obrigado Senhores Deputados.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhor Vereador.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Portanto vamos passar à votação de Recomendação 115/04, emanada das 3ª e 4ª Comissões.”-----

----- **Recomendação 115/04 (3ª e 4ª CP)** não têm votos contra e nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, dos Senhores Deputado Municipais Independentes Paulo Muacho, Patricia Gonçalves, António Avelãs, Teresa Craveiro, Joana Alegre, Ana Gaspar, José Alberto Franco, Miguel Graça, Rui Costa, Rodrigo Mello Gonçalves e Raúl Santos. A **Recomendação 115/04 (3ª e 4ª CP) foi aprovada por unanimidade.**-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Deputados eu penso que é motivo de aplausos não apenas esta conclusão do debate desta Petição, penso que é motivo de aplausos toda esta tarde de trabalho, foi uma tarde memorável com petições muito importantes não apenas para o Urbanismo, fundamentalmente para o Urbanismo, mas que termina aqui com uma grande intervenção do Senhor Vereador Ricardo Veludo, construtivo e de diálogo muito importante para a Assembleia Municipal, mas queria também, naturalmente, não esquecer a 7ª Comissão, a 3ª. Comissão, a 4ª. Comissão que prepararam este trabalho porque a gente deve ser justo e não pode esquecer também o Senhor Vereador Carlos Castro, todos os que participaram nesta sessão. -----

----- Saudamos a participação dos cidadãos quanto ao bom trabalho com a Assembleia Municipal e pela parte da Câmara permite ter um efeito performativo sobre as situações que estão na origem da participação da população, o seu efeito positivo, portanto, queria saudar-vos a todos e desejar umas merecidas férias com muita saúde. Muito obrigado.”-----

----- A sessão terminou, eram dezanove horas e cinquenta minutos.-----

----- **Nota:** As propostas votadas na presente reunião foram aprovadas, em minuta, nos termos da deliberação n.º 353/AML/2017 tomada pela Assembleia, por unanimidade, na reunião realizada no dia 21 de Novembro de 2017. -----

----- Eu \_\_\_\_\_, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da então Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 6 de Novembro de 2017 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2017. -----

----- O PRESIDENTE-----